

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

João Gabriel Maracci

**REFLEXÕES SOBRE VERDADE E POLÍTICA: MAPEANDO
CONTROVÉRSIAS DO KIT GAY**

Porto Alegre

2019

João Gabriel Maracci

**REFLEXÕES SOBRE VERDADE E POLÍTICA: MAPEANDO
CONTROVÉRSIAS DO KIT GAY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Paula Sandrine Machado

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Produção de Subjetividades

PORTO ALEGRE

2019

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha família pelos vinte e seis anos de investimento contínuo em minha educação. Também aos meus amigos e amigas, que acompanharam de perto o percurso de pesquisa e escrita, sempre dispostos a fazer perguntas importantes e dar suporte quando necessário.

A Paula Sandrine Machado, minha orientadora, por ter aceitado me acompanhar nesse trajeto, me instigando, desde o primeiro momento, a pensar, refletir e me colocar em dúvida. Também, é claro, por ter permitido que eu voltasse atrás em decisões que pareciam já estáveis, mudando totalmente o rumo da pesquisa pouco tempo antes de entregar o trabalho final. Por ter acreditado e confiado em mim.

Ao Adolfo Pizzinato, que me abriu as portas de seu grupo de pesquisa no longínquo 2012, quando eu ainda estava no primeiro semestre da graduação. Por ter promovido um ambiente de qualidade e respeito para o pensamento, a criatividade e a diversidade, no qual eu tive o grande privilégio de participar e viver meus anos de mais intenso aprendizado. Por estar presente desde então.

Ao Carlos Baum, com quem eu tive a sorte de compartilhar um curto período da vida, que deixou marcas e contribuições inesquecíveis. Por ter sido fundamental na escrita desta dissertação, na qual sua influência se percebe em muitas das próximas páginas.

A Sofia Favero, grande amiga, colega de escrita e companheira mesmo em situações difíceis. A pessoa que leu este trabalho quase tantas vezes quanto eu.

Ao Rafael Cavalheiro e o Daniel Kveller pelas discussões, as divergências e os interesses compartilhados.

Aos bons professores e professoras que eu tive nos últimos anos. Aos colegas do NUPSEX, do PPGPSI e aqueles mais antigos.

Por fim, agradeço à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa concedida nesse período, fundamental para a realização da pesquisa.

Muito obrigado!

Resumo

O presente trabalho propõe-se a refletir sobre as relações entre verdade e política a partir da polêmica do Kit Gay. Para tanto, inicia-se abordando a concepção de verdade operativa, fundamentada nos Estudos da Ciência e Tecnologia, que subjaz a investigação. Em seguida, delimitam-se as bases metodológicas para um mapeamento de controvérsias acerca do Kit Gay, que consiste em perseguir na internet as redes performativas do objeto por um período de oito anos: de 2011 a 2018. Sob tal empreendimento, constata-se o movimento de aproximação e afastamento entre os significantes Kit Gay e Escola sem Homofobia, bem como o uso do primeiro enquanto mobilizador e articulador de oposição a pautas entendidas como “de esquerda”. Observa-se a força retórica e persuasiva que tal polêmica assume no campo político brasileiro, principalmente quando é associada à “ideologia de gênero” - suposta investida internacional e marxista contrária a um ideal de família tradicional. Além disso, aponta-se a dificuldade da crítica em considerar os complexos modos através dos quais a controvérsia assume graus de veracidade, apontando-a apenas como mentira ou falseamento do projeto financiado pelo Ministério da Educação. A partir dessas considerações, elaborase uma reflexão acerca da verdade, assumida não enquanto dado a priori, que habitaria o mundo de antemão, mas sim pela relação de contingência estabelecida entre diferentes atores que compõem realidades múltiplas a partir de engajamentos semiótico-materiais específicos.

Palavras-chave: Verdade; Política; Gênero; Sexualidade; Kit Gay; Ideologia de Gênero.

Abstract

This work presents reflections on the relations between truth and politics in the controversy of the “Kit Gay”. It begins by approaching the idea of operative truth, based on the Science and Technology Studies, which underlines this investigation. Then, we set the methodological basis for mapping this controversy, following the performative networks of the internet disputes throughout eight years: from 2011 to 2018. According to this understanding, we find out the dynamics of approximation and distance between the signifiers “Kit Gay” and “Escola sem Homofobia”, as well as the use of the former as an articulation of oppositions to left-wing issues. We also notice the rhetorical and persuasive power that the controversy assumes in the Brazilian political field, mainly when it is associated with the Gender Ideology - an alleged international marxist attack against an ideal of traditional family. Besides, we point out critical actors’ difficulty to recognize the complex ways in which this controversy multiplies and assumes a veridiction, understanding “Kit Gay” either only as a lie or as a distortion of the governmental program “Escola sem Homofobia”. By this considerations, we develop a reflection about truth, considered not as “a priori” data, but as the contingent relation established among different actors that compose multiple realities in specific semiotic-material engagements.

Key words: Truth, Politics, Gender, Sexuality, Kit Gay; Gender Ideology.

Lista de Figuras

Figura 1: Gráfico do <i>Google Trends</i>	44
---	----

Lista de Tabelas

Tabela 1: Notícias.....	163
Tabela 2: Textos e Colunas.....	166
Tabela 3: Vídeos no <i>Youtube</i>	167
Tabela 4: Documentos Oficiais.....	167
Tabela 5: <i>Tweets</i>	168
Tabela 6: Outros Materiais.....	168

Sumário

Introdução	7
1. A Verdade em Questão	11
1.1 Pós-Verdade?	12
1.2 Histórias da Verdade	16
1.3 STS e a Verdade Operativa	24
2. Mapeamento de Controvérsias	29
2.1 O que é?	30
2.2 O Kit Gay	37
2.3 Método	43
3. Um Mapa	48
3.1 2011	49
3.2 2012	60
3.3 2013	70
3.4. 2014	80
3.5 2015	88
3.6 2016	95
3.7 2017	105
3.8 2018	112
3.9 Caminhos do Kit	122
4. Fluxos de Performance	129
4.1 O Perigo	131
4.2 A Resposta	137
4.3 A Articulação	142
4.4 Da Verdade Operativa à Política Operativa	146
Considerações Finais	151
Referências Bibliográficas	156
Tabelas	163

Introdução

Esta dissertação resulta de um processo constituído ao longo dos quatro últimos anos, marcado por importantes rupturas e mantendo, também, linhas de conexão entre os diferentes momentos que o compõem. Como ponto inicial do trajeto, posso elencar a minha participação no grupo de pesquisa “Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática”, coordenado pelo professor Adolfo Pizzinato no PPG em Psicologia da PUC-RS. Lá, inseri-me em discussões sobre gênero e sexualidade sob o viés da Psicologia Social, tendo desenvolvido, ao final da graduação, um projeto de pesquisa que visava a compreender as mediações tecnológicas de relações afetivas e sexuais entre homens, sobretudo através de dispositivos móveis, como aplicativos de busca por parceiros. A partir dessa investigação, escrevi meu trabalho de conclusão de curso, apresentado em novembro de 2016, com o título “Autonarratividade e Produção de Si nas Composições de Perfis do *Grindr*”.

Quando ingressei no Mestrado, no ano de 2017, pretendia dar continuidade à pesquisa, alargando a metodologia empreendida a outros aplicativos em que a homossexualidade masculina é também performada e disputada. Na elaboração do projeto de dissertação, delimito como campo a ser investigado o aplicativo *Instagram*, dada a sua conexão nas dinâmicas de busca por sexo entre homens, principalmente a partir da inserção da ferramenta *Stories*, como me contavam os participantes da investigação anterior. No entanto, o arcabouço teórico utilizado no trabalho sobre o *Grindr* passou a mostrar-se insuficiente para essas novas compreensões fomentadas pela experimentação do *Instagram*. Sentia que as imagens deviam ser priorizadas, bem como as configurações tecnológicas do aplicativo, que não haviam sido mapeadas ou descritas com precisão em meu TCC.

Nesta direção, sob o auxílio de minha orientadora, me inseri em discussões referentes aos estudos das práticas e das materialidades, em especial a partir do trabalho de Bruno Latour (2016) e Annemarie Mol (2002). Com o primeiro, pude desenvolver uma metodologia de interação no aplicativo, compondo, no desenvolvimento da pesquisa, uma rede sociotécnica, que levasse em consideração elementos de diversas ordens - seja a configuração tecnológica do *Instagram*, o seu funcionamento algorítmico, suas condições econômicas e empresariais e até mesmo instituições como a sexualidade e a masculinidade - inevitavelmente presentes nas imagens produzidas por homens homossexuais.

Com Mol, fui instigado a alargar a pergunta da investigação: não mais bastava descrever os conteúdos das imagens, era necessário saber *como* elas haviam sido feitas: com que câmera, que celular, que iluminação. A ênfase da autora na praticidade ressoou, também, na ideia de que não apenas as imagens eram produzidas naquele aplicativo, mas também os próprios corpos por elas retratados. Nesse sentido, interessava-me compreender como uma série de técnicas acerca do desenvolvimento corporal eram acionadas na performance de corpos mais ou menos aptos a aparecerem no *Instagram*, como, por exemplo, as academias de ginástica e a alimentação *fitness*.

Dessa forma, havia estabilizado um problema de pesquisa, uma fundamentação teórica para compreendê-lo e uma metodologia para acessá-lo. Queria saber como se performavam os corpos, as imagens e as relações entre homens na plataforma *Instagram*. Esses, compreendidos sob o arranjo semiótico-material aglutinado pelo uso de três autores: para as narrativas, Butler; para a rede, Latour; para as práticas, Mol. Meu acesso aos usuários se daria por um perfil institucional no aplicativo, a partir do qual realizaria entrevistas e experimentaria a própria ferramenta em seu uso. Além disso, publicaria fotografias do desenvolvimento do projeto nesta conta, visando a que se tornasse interessante para ser seguida - no intento de fomentar, assim, o contato com possíveis participantes e constituir um diário de campo público e online de retorno da investigação.

A trajetória teórica e metodológica, até então, havia seguido em tons de linearidade. Houve, sim, modificações, como a passagem do *Grindr* para o *Instagram* e a inserção da discussão sobre praticidades e materialidades no projeto; no entanto, é evidente que o caminho investigativo havia se constituído por somas, em modificações facilmente compreendidas enquanto acréscimos ou melhorias. Se eram altas as expectativas, mais ainda foram as surpresas dada a decisão de abandonar esse projeto quase em totalidade para escrever sobre política. No entanto, para além das surpresas, tal decisão foi tomada frente a um plano de urgência, o qual já não podia mais ser contornado, vindo a se tornar, desse modo, o centro das minhas reflexões.

Essa ruptura diz respeito, por óbvio, ao período eleitoral vivido no segundo semestre de 2018, quando nos vimos impossibilitados de dialogar dado o assentamento de narrativas violentas sob o estatuto de verdade - movimento popularmente nomeado pela expressão de língua inglesa *fake news*, que denota o compartilhamento em larga escala de notícias inverdadeiras ou com distorções de fatos relevantes. Tal processo me fez refletir - como

busco desenvolver nesta dissertação - sobre a disputa em torno da ideia de verdade, que alguns afirmam ter perdido seus critérios de edificação, passando a operar, meramente, como uma confirmação de posicionamentos prévios.

Sob a constatação desta suposta “crise” na ideia de verdade, recorri ao professor Carlos Baum - que havia composto minha banca de qualificação e com quem, no momento, eu participava de um grupo de estudos sobre a obra de Latour -, que me auxiliou a formular as perguntas para um novo projeto. Carlos me ajudou a buscar linhas de conexão com o que já havia sido feito no projeto defendido, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. Nessa perspectiva, incitou-me a relacionar a proposta descritiva da Teoria Ator-Rede com o campo de estudos sobre política ao qual eu me aproximava no momento - sem abandonar, tampouco, as discussões sobre gênero e sexualidade que acompanharam a minha trajetória acadêmica.

Deste modo, ao apresentar tal proposta em reuniões de orientação, surgiu como ponto paradigmático do contexto de destituição de autoridade sobre a verdade a polêmica do Kit Gay¹ - que tomou centralidade na campanha eleitoral de 2018 -, à medida que conecta inevitavelmente as temáticas de gênero e sexualidade com crise na ideia de verdade e suas repercussões políticas. Além disso, este objeto também parece inserir-se em uma rede internacional de oposição às temáticas de gênero e sexualidade, sistematizada sob o nome “ideologia de gênero”², que indica a suposta ameaça imposta a um padrão ideal e hegemônico de família.

Mas o que é, afinal de contas, a tal “ideologia de gênero”? Em pesquisa bibliográfica, pude constatar que esse nome é assumido como uma denúncia contrária à suposta investida internacional e de conotação marxista para a imposição da “teoria de gênero”, consolidando-se como ameaça a um padrão tradicional de família - movimento que diversas autoras e autores vêm descrevendo como uma ofensiva antigênero³. Aponta-se que as origens de tal mobilização remetem ao seio da Igreja Católica, em meados da última década do século XX, sobretudo após a publicação do livro *O Sal da Terra*, em 1996, com autoria de Joseph

¹ O termo Kit Gay será utilizado ao longo do trabalho sem aspas e com letra maiúscula, a fim de não assumir previamente um julgamento sobre sua veracidade - discussão abordada em capítulos a frente.

² Por outro lado, “ideologia de gênero” será mantida com as iniciais minúsculas e entre aspas, como referência às produções acadêmicas recentes sobre o tema, que afirmam a importância de desnaturalizar e colocar tal nomenclatura em dúvida e questionamento (Prado & Corrêa, 2018).

³ Para maiores informações, indico a leitura do número 43 da Revista Psicologia Política, publicado em dezembro de 2018, que discute especificamente essa temática.

Ratzinger e Peter Seewald. Em anos recentes, no entanto, essa parece assumir contornos mais amplos e difusos, sobretudo por sua articulação a estados, partidos políticos, canais de telecomunicação e Igrejas Neopentecostais, como se pode ver amplamente no caso brasileiro (Miskolci & Campana, 2017; Prado & Corrêa, 2018).

Além disso, autores demonstram o caráter multifacetado e capilarizado com que tais premissas adentram as políticas de diferentes países, de modo que não seja possível delimitá-las conforme arranjos tradicionais de entendimento, tais quais o binário esquerda e direita. Em 2013, por exemplo, o presidente do Equador, Rafael Correa, representante do campo progressista na América Latina, declarava em canais públicos de comunicação a sua contrariedade à suposta “ideologia de gênero”, descrita como um investimento oposto à família (Prado & Correia, 2019). No Brasil do ano seguinte, sob a presidência do Partido dos Trabalhadores, passamos por uma querela relacionada ao Plano Nacional de Educação, no qual diversos atores se mobilizaram pela exclusão do termo “gênero” no documento, que acabou por ser aprovado sem o item dirigido ao combate à discriminação e ao preconceito.

Junqueira (2018) também refere o complexo papel estatal na ofensiva antigênero. Por vezes, essa parece se produzir em um “neoliberalismo radical”, renunciando qualquer interferência do Estado na esfera privada e protegida da família. No entanto, não são raras as situações em que agentes de tal movimento vinculam-se a setores estatais dispostos a alavancarem suas premissas enquanto políticas de governo. Assim ocorre uma série de alianças contingentes, que acabam por performar laços de coalizão entre pautas não previamente relacionadas, tais como o liberalismo econômico e a restrição de direitos sociais a grupos minoritários.

Se essa articulação parece descrever precisamente os arranjos contemporâneos da política brasileira, faz-se necessário adentrar as redes de produção e compartilhamento das “verdades” que sustentam o entendimento da diversidade sexual e de gênero como elementos de ameaça para o país. Por essa via, o Kit Gay torna-se um elemento privilegiado de estudo, à medida que conjuga um largo histórico de performances, o qual podemos perseguir e adentrar seus diferentes momentos e delimitações. Assim, tomando essa controvérsia como lugar de partida para a presente investigação, apoio-me nas seguintes perguntas para o delineamento teórico e metodológico da pesquisa:

Primeiramente, como a polêmica do Kit Gay se insere em uma rede de circulação de notícias e opiniões, tomando, por fim, um estatuto de verdade no debate público? Como

operacionalizar critérios de veracidade para controvérsias como esta? Como entender a polêmica do Kit Gay em relação ao movimento de ataque às temáticas de gênero e sexualidade que toma contornos internacionais? E, por fim, que reflexões sobre a política podemos extrair deste contexto de crise e destituição da autoridade para a verdade?

Assim, a partir destes questionamentos, pretendo articular, nos seguintes capítulos, uma proposição teórica e metodológica para o entendimento da suposta crise na ideia de verdade, bem como a mobilização de sua possível retomada, enfatizando a conexão desse contexto com as temáticas do gênero e da sexualidade - colocadas muitas vezes no centro das disputas sobre a verdade e seus limites. Para tanto, efetuo inicialmente uma revisão crítica de literatura acerca da temática, assumindo um marco conceitual operacionalizável no desenvolvimento deste trabalho. Em seguida, sistematizo tal perspectiva pela metodologia de mapeamento de controvérsias, inspirada na Teoria Ator-Rede, elaborando uma via de compreensão para a polêmica do Kit Gay. Esse movimento consiste em traçar suas linhas de conexão na internet para entendê-lo como parte de uma rede sociotécnica, onde os critérios de veracidade são constantemente re-delimitados e re-distribuídos.

A proposta metodológica parte do acompanhamento e descrição da polêmica do Kit Gay, delimitada por oito anos em que foi edificada: iniciando-se em 2011, com a apresentação do projeto Escola sem Homofobia, financiado pelo Ministério da Educação, estendendo-se até a eleição presidencial de 2018. Por esse trabalho, torna-se possível perseguir o desenvolvimento da controvérsia, reconhecendo as particularidades, as rupturas e as continuidades entre cada um de seus momentos.

Por fim, busco plantear reflexões decorrentes do procedimento de pesquisa, expostas como exercícios de pensamento acerca da verdade e suas repercussões na cena pública, visando a operacionalizar os dados obtidos na investigação e reconhecer, assim, sua agência enquanto atores políticos.

1. A Verdade em Questão

Neste primeiro capítulo, abordo, pela via de uma revisão de literatura, alguns modos de entendimento para as disputas em torno da ideia de verdade, centralizadas principalmente na ideia de pós-verdade. Para tanto, apresento uma contextualização histórica dos usos do termo, seguida da análise de três obras que, de modos distintos, o tomam como ponto de partida para análises sobre a verdade e a política no século XXI. Frente a algumas críticas e

questionamentos sobre o alastramento de tal expressão, desenvolvo a ideia de verdade operativa, inspirada nos Estudos da Ciência e Tecnologia, que será útil para a execução do mapeamento de controvérsias sobre o Kit Gay nos capítulos posteriores.

1.1 Pós-Verdade?

Ao final do ano de 2016, a página virtual do *Oxford English Dictionary* efetivou um dos movimentos mais importantes para o entendimento corriqueiro de que experienciamos uma crise na concepção de verdade. Trata-se de sua tradicional eleição para a palavra do ano: uma escolha que visa a condensar, a partir de um termo específico, mudanças importantes na língua inglesa, refletindo questões de ordem social e política através de sua inserção na linguagem. Tão grande a influência do dicionário, é comum que tal definição espalhe-se por outros territórios e idiomas, servindo como um balizador da importância de determinadas temáticas recorrentes em nível global.

Naquele momento específico, a escolha não deixa dúvidas quanto à vasta preocupação em torno da ideia de verdade: *post truth* (pós-verdade, na tradução usual ao português) foi eleita a expressão de maior relevância para 2016, estendendo-se, ainda hoje, como termo usual em avaliações políticas sobre o mundo contemporâneo. No editorial em que o veículo manifesta tal escolha, somos apresentados a um vídeo que explica a relevância da expressão, associada principalmente ao plebiscito que abriu caminho para a saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. Nessa publicação, aponta-se que as campanhas mobilizadas na consolidação de ambos acontecimentos, principalmente travadas em redes sociais como *Facebook*, pautaram-se não por “fatos”, mas sim por “opiniões” sem necessárias conexões com a realidade - impulsionadas pelo compartilhamento em larga escala de *fake news*.

Em seguida, a história do termo pós-verdade é contada na forma de um texto, remontando críticas de um jornalista à Guerra do Golfo na década de 1990 e um livro publicado em 2004, sendo esses os primeiros materiais nos quais a expressão apareceu em destaque. No entanto, um gráfico exibe o aumento de 90% do uso da palavra no ano de 2016 em relação aos anteriores - sobretudo, como demonstram os exemplos jornalísticos na publicação, em referência aos acontecimentos da política internacional supracitados (Oxford English Dictionary, 2016).

A partir da veiculação nas mídias sociais do dicionário *Oxford* (2016), a expressão pós-verdade tomou proporções ainda maiores, alastrando-se, em definitivo, no debate político, seja por meio da opinião pública, da mídia ou até mesmo da academia. Em relação a essa última, é importante notar a aproximação do termo, em publicações brasileiras, à conceituação marxista de ideologia (Guareschi; Amon & Guerra, 2018), pressupondo que o contexto de destituição de verdade sobre as opiniões opera como uma alienação do sujeito em relação o mundo. Neste sentido, o sujeito da pós-verdade seria privado de uma apreensão completa da realidade, que resultaria da mesma forma na incapacidade de agir politicamente sobre ela.

Ainda no debate acadêmico brasileiro, a ideia de pós-verdade, assim como na argumentação que embasa sua escolha como palavra do ano de 2016, se associa a eventos políticos e suas repercussões na opinião pública, especialmente vinculadas a expressões em comunidades *online*. Em revisão de literatura, pude perceber que a ideia de pós-verdade é comumente relacionada a temas como a reforma da previdência (Vianna, 2017), o impeachment de Dilma Rousseff (Fagnani, 2017), as bolhas de informação desenvolvidas em redes sociais, que delimitam o acesso de um usuário apenas ao que ele já apresenta algorítmicamente predisposição a se interessar ou concordar (Branco, 2017) e a campanha e eleição presidencial do ano de 2018 (Ferreira, 2018).

Dado esse contexto, o título do presente subcapítulo é exposto em forma de pergunta, à medida que não intenciono, aqui, assumir o termo como uma estabilidade ou mesmo como um conceito autoevidente. Pelo contrário, busco colocar em dúvida a ideia de uma sociedade pós-verdadeira, sobretudo pelo nexos temporal em que ela é usualmente tomada. Mesmo que o *Oxford English Dictionary* faça um adendo a esse ponto, afirmando que o prefixo “pós” não significa, necessariamente, um “depois” da verdade, mas sim o “pertencimento a um tempo no qual o conceito específico se tornou irrelevante ou desimportante”⁴ (*Oxford English Dictionary*, 2016, tradução livre), a conexão precisa aos eventos políticos da Inglaterra e dos Estados Unidos (ou até mesmo as versões brasileiras supracitadas) denota uma marcação não apenas temporal como também ideológica.

Endosso aqui algumas críticas que circularam no âmbito virtual, especialmente em redes sociais, quando da publicação sobre a palavra do ano em 2016 nas páginas do dicionário *Oxford*. Teria esse termo tomado a atual proporção não fossem os resultados

⁴ “[...] belonging to a time in which the specified concept has become unimportant or irrelevant”.

específicos dos dois eventos do norte global a que a palavra se refere? Ou melhor: se Hillary Clinton houvesse sido eleita presidente dos Estados Unidos naquele momento, estaríamos nós, hoje, lendo e escrevendo tanto sobre a pós-verdade? Perceberíamos tão facilmente enquanto espírito do tempo a destituição de autoridade sobre a verdade caso o plebiscito do *Brexit* fosse votado de outra maneira? E, se pudéssemos ver o mundo sob essas duas circunstâncias imaginadas, seria esse mundo tão diferente do nosso em termos de destituição de autoridade sobre a verdade?

Nesta direção, o tensionamento à pós-verdade que busco operar neste trabalho parte da compreensão de que o termo carrega uma estabilização para a ideia de verdade, que passa a ser tomada como algo regular à medida que já aparece superada sob o uso do prefixo “pós”. Assim como Latour (1994) apontou que o erro dos pós-modernos era acreditar demasiadamente na Modernidade, suponho que a pós-verdade encerra um debate ainda aberto sobre o que é - ou o que pode vir a ser - um conceito de verdade, bem como inviabiliza sua retomada no debate público.

Em primeiro lugar, nota-se que a estabilidade performada pela expressão prioriza determinadas posições do espectro político nas discussões acerca da destituição de autoridade para a verdade. Seja nos exemplos dos Estados Unidos ou da Inglaterra, seja nas circunstâncias brasileiras, o uso do termo pós-verdade aponta relação entre a disseminação de notícias falsas, ou mesmo a persuasão eleitoral baseada em critérios de emoção e não factualidade, a um grupo específico de atores, usualmente associados ao conservadorismo e à direita política.

Poderíamos considerar apressada tal associação? Se, de fato, abundam exemplos nos quais figuras públicas referidas a tal campo ideológico performaram sua agência na destituição de uma autoridade para a verdade, como nos vários casos citados, seria correto supor que o fenômeno aí se encerra, com tal precisão em seu delineamento? Como avaliar, dentro de tais circunstâncias, o apelo de alguns veículos de comunicação - que se autoafirmam como parte do campo progressista - em reiterar a falta de veracidade para outros grandes canais dada a sua não compatibilidade ideológica?

Por exemplo, o *site* brasileiro Diário do Centro do Mundo, que parece situar-se em um terreno de esquerda, organizou, no ano de 2019, uma campanha de arrecadação de fundos para bancar a viagem de seus jornalistas à Venezuela, a fim de apresentar sobre este país aquilo “que a Globo não mostra” (Diário do Centro do Mundo, 2019). Ainda em respeito à

nação vizinha, é notável o trabalho do canal de comunicações TeleSUR - empresa da qual o estado venezuelano é acionista -, que divulga diariamente notícias do país contrapostas à visão “hegemônica” sobre o mesmo. O conflito que lá tomou palco no início deste mesmo ano, para o jornal, é decorrência de uma tentativa de golpe de estado, da qual Nicolás Maduro seria apenas vítima (TeleSUR, 2019).

Não procuro discutir aqui a veracidade de tais investidas, muito menos supor simetrias ou equivalências entre os diversos campos do jogo político. Utilizo este panorama apenas apontar como diferentes movimentos se sustentam em um similar rechaço às instituições tradicionalmente responsáveis pela afirmação de uma verdade, propondo que essa não estaria acessível nos grandes canais de comunicação, mas somente naqueles menores e específicos - bem como se percebia na eleição de Donald Trump ou de Jair Bolsonaro. No entanto, a expressão pós-verdade - ao menos em referência aos materiais que tive acesso nesta revisão - parece ser distribuída diferencialmente de acordo com o campo ideológico a que se atribuem os atores envolvidos em determinado contexto. Teria tal termo um juízo político já preenchido de antemão?

Além desse questionamento, a publicação do dicionário *Oxford* não nos informa contra que tipo de mundo insurgiu-se a atual sociedade pós-verdadeira, nem sequer as publicações acadêmicas mencionadas. A contemporânea inserção do termo no debate político - que se propõe a descrever a realidade em que vivemos - teria entrado em cena a partir de quais circunstâncias prévias? Em outras palavras: o que havia antes da pós-verdade? Seria a própria verdade? Se sim, ao que parece, poderíamos responder sinteticamente os questionamentos provenientes dos últimos milênios de investigação filosófica, visto que saberíamos, enfim, o que seria a tal verdade sobre a qual tanto se teorizou a respeito. Justamente aquela a que não temos mais acesso.

Se tal pretensão parecer demasiada, devemos então considerar que o surgimento da “pós-verdade” enquanto explicação para o mundo produz uma estabilidade para a ideia de verdade, mas não a descreve com precisão. Assim, estabelecemos com ela apenas uma relação de perda: já tivemos a verdade, agora não temos mais. E, pelo lugar impossível a que é destinada, perdemos a disputa por ausência. Ou simplesmente elencamos, dentre as inúmeras compreensões possíveis para o que será tido ou não como verdadeiro, aquela que mais nos agrada a fins de afirmar: é esta a verdade que não temos mais - movimento que busco mapear no capítulo posterior.

Desse modo, a pós-verdade se insere nesta pesquisa não como uma perspectiva assumida ou uma ideia já estável, mas sim como um balizador de reflexões sobre a destituição de autoridade para a verdade e suas repercussões na política. Podemos afirmar que a expressão participa como um ator no desenvolvimento do trabalho, sem a pretensão de condensar o “espírito do tempo” contemporâneo, mas informando sobre este vasto campo de pensamento sobre a verdade e suas disputas. Colocar a ideia de uma sociedade pós-verdadeira em dúvida, assim, envolve também buscar uma alternativa para o entendimento da realidade tal qual experimentamos - na qual a verdade indiscutivelmente apresenta-se como um foco de tensão e conflito. Por essa via, busco articular, nas próximas páginas, um modo de entendimento e prática em relação à verdade que viabilize seu caráter operante: sem resumi-la à nostalgia de um objeto perdido, nem sequer a fixando em uma compreensão rígida e exclusiva.

1.2 Histórias da Verdade

Se a estabilização da “verdade” efetivada pelo uso do termo pós-verdade aparece aqui como ponto de dúvida ou tensionamento, o mesmo não se pode afirmar acerca de um amplo campo teórico, político e mercadológico no qual a expressão tem-se difundido com abrangência nos últimos anos. Podemos citar uma série de livros, artigos e colunas sobre a política contemporânea que passaram a circular recentemente na assunção dessa perspectiva, somando vendas, leitores e citações. A multiplicação dessas referências nos leva a supor que existe uma espécie de tendência de incorporação do uso da pós-verdade, constituindo um lugar-comum de onde se parte para entender o mundo. Isso não significa que contestamos a validade de tais obras, nem sequer que as consideramos fruto de mero “modismo”. Pelo contrário, quando dizemos tendência, colocamos em destaque não a futilidade que se pode associar a tal palavra, mas sim a recorrência, tal qual nos aponta o gráfico no *site* do dicionário *Oxford*. Pós-verdade é um termo da moda porque, dentre as diversas chaves de leitura disponíveis para compreender a atual realidade, essa é uma utilizada com especial frequência nos últimos três anos.

Dada a capilarização da palavra - que incorre também na amplificação de um modo específico de entendimento para o mundo - consideramos importante o movimento de colocá-la em perspectiva, conforme já mencionado: não assumindo pós-verdade enquanto conceito autoevidente, mas sim tensionando sua forma de estabilizar uma compreensão própria da verdade. Por essa via, o presente subcapítulo situa-se no corpo do trabalho em um sentido

duplo: por um lado, como revisão de literatura acerca da pós-verdade, mas também elencando essa temática como um ator presente na cadeia de controvérsias investigada a seguir.

Para tanto, serão analisadas três obras recentes que assumem a perspectiva da pós-verdade como forma de compreender a realidade contemporânea, abordando a condição de crise em que a verdade supostamente emerge no debate político. Tratam-se de três livros que podem ser enquadrados na categoria “divulgação filosófica”, ou seja, que pretendem tornar mais acessíveis ao grande público alguns conceitos trabalhados no meio acadêmico; ampliando assim o grupo de leitores, de modo que tal campo conceitual seja acessado de forma mais abrangente que aquela específica dos campi universitários de ciências humanas. Os três livros foram selecionados a partir dos seguintes critérios: ampla divulgação e circulação internacional - o que indica sua importância enquanto espécimes de um âmbito de elucubrações sobre a verdade e seus conflitos - e também a diversidade de perspectivas - produzindo versões distintas sobre a pós-verdade, mas que apresentam significativas complementaridades se os analisarmos em conjunto.

O primeiro deles, publicado pela crítica literária americana Michiko Kakutani, é o *best seller A Morte da Verdade* (2018), analisado aqui em sua versão traduzida ao português. Em seguida, abordamos o livro *Historia Reciente de la Verdad* (2018), escrito pelo jornalista uruguaio Roberto Blatt, contando com ampla circulação em países de língua espanhola. Por fim, insere-se na análise a obra *A Short Story of Truth* (2017), com autoria do filósofo inglês Julian Baggini, que já conta com tradução para o idioma castelhano. Os três textos, de modos distintos, compartilham de um diagnóstico comum: o reconhecimento de uma crise contemporânea na afirmação de verdades, efetuada por fenômenos como as *fake news* ou a descrença na ciência. E, como veremos a seguir, compartilham também de algumas premissas sobre a verdade e sua possível retomada.

Em primeiro lugar, o livro de Kakutani (2018) efetua seu diagnóstico a partir de uma crítica à administração de Trump como presidente dos Estados Unidos, valendo-se de repetidas mentiras que remontam suas ações enquanto empresário, apresentador de televisão, concorrente na campanha eleitoral e, por fim, chefe do executivo norte-americano. Em cada um desses momentos, Trump teria se erguido como figura pública manipulando os limites da verdade, como na reinterpretação de fatos que lhe seriam benéficos. Por exemplo, na corrida presidencial, o político-empresário veiculara reiteradamente o discurso de ameaça frente a imigrantes possivelmente violentos, face a pesquisas universitárias que comprovariam a

menor propensão à realização de crimes por esse segmento populacional. O descompasso entre a verdade inventada e a boa verdade, referida principalmente ao respaldo científico, parece ser a premissa central do livro *A Morte da Verdade* - levando a autora a percorrer uma crítica ampla acerca da cultura americana no último século.

Por essa via, Trump pode encarnar o momento de extrema desvalorização da verdade nos dias atuais, mas não seria o epítome deste movimento, dado que ele apresentaria origens mais densas e incrustadas no modo de vida dos Estados Unidos, principalmente frente à cultura do narcisismo que imperaria naquele país. Para Kakutani, é possível estabelecer, em uma espécie de genealogia da pós-verdade, o momento no qual autores franceses alinhados ao chamado “pós-modernismo” teriam adentrado as universidades norteamericanas, servindo de prefácio à destituição de autoridade sobre a verdade contemporaneamente experimentada. Foucault, Derrida e Lacan são repetidamente apontados como exemplos de teóricos que, em suas obras, propõem a ineficácia de uma verdade única, racionalizável e científica, de modo a proliferarem, a partir deles, uma série de questionamentos sobre a factualidade da história e das ciências exatas.

A autora não afirma uma responsabilidade do chamado “pós-modernismo” em seu diagnóstico, mas o supõe enquanto ponto de referência para deturpações quanto a conceitos estabilizados - tais quais a própria “verdade” -, resultando em um rechaço aos princípios iluministas da racionalidade e do empirismo. Esses valores dariam lugar a compreensões fragmentadas da realidade, sustentadas por um apelo narcisista e identitário, referido sobretudo à assunção de um conhecimento sempre parcial sobre o mundo. Ou seja: as críticas às pretensões de neutralidade e universalidade científica abririam caminho a um “caos epistemológico” do qual a pós-verdade seria signatária.

Em diversos momentos do livro, Kakutani evoca a retomada de princípios abandonados na era de destituição de autoridade, tais quais a “verdade objetiva” e a “pesquisa tradicional” como sua forma de acesso. Para ela, o século XXI teria produzido uma “banalização da verdade”, possivelmente contraposta pela retomada de convicções em declínio, como a unificação e estabilização para a verdade. No entanto, o próprio texto parece apontar uma contradição inerente a tal apelo: o fato de que é exatamente a mesma lógica que embasa discursos de políticos como Trump e Bolsonaro ao afirmarem a ausência de veracidade para os veículos que lhes promovem críticas ou oposição. *Fake news*, por

exemplo, é uma expressão corriqueiramente utilizada por ambos os presidentes, em repetidas afirmações de que a mídia divulga mentiras para prejudicar os seus governos.

Neste sentido, podemos perceber uma continuidade entre o discurso desses sujeitos ao de Michiko Kakutani: existe uma compreensão compartilhada da crise na verdade, que os três buscam superar na retomada de uma verdade única e universal. Assim, a pós-verdade diagnosticada pelo livro parece não indicar um momento no qual a verdade perde sua credibilidade em completo; pelo contrário, é justamente na mobilização de uma unidade - até mesmo transcendência - para ela que reside o apelo dos sujeitos políticos usualmente categorizados pela expressão. Como poderíamos pressupor, então, que a verdade teria simplesmente perdido seu valor no mundo contemporâneo (bem como se perceberia na suposta influência da filosofia “pós-moderna”) se é a própria afirmação de um ideal exclusivo estabilizado para ela que sustenta a retórica desses dois líderes políticos?

O texto de Roberto Blatt (2018) parece fornecer uma alternativa a essa compreensão. Para o autor, pós-verdade não indicaria simplesmente o momento em que a verdade perde seus critérios de edificação e sua capacidade de convencimento, mas sim o ímpeto de retomada de uma verdade única e transcendental, como aquela proferida pelas religiões. Por essa via, não se poderia concluir apressadamente que o século XXI promovera o declínio do valor social e político para a verdade; pelo contrário, seria a busca incessante pela mais rígida das verdades que sistematiza o espírito desse tempo. A procura por um ideal completo e indiscutível para o que pode ou não ser tomado enquanto verdadeiro e indubitável.

Tal é a premissa do livro *Historia Reciente de la Verdad* - história essa que se delimitaria na passagem, em nível social e político, de uma “verdade revelada”, associada ao discurso religioso, a uma “verdade objetiva”, afinada ao empirismo das ciências e do desenvolvimento tecnológico. O decurso entre os dois modos de entendimento remonta ao século XIX, com o advento da indústria, das tecnologias e das ciências. Nesse processo, a verdade passa a ser entendida enquanto algo observável e captável, assumindo tom universalista mediante a tecnologia disponível, o que culminaria em uma superação do discurso religioso. Por essa via, o princípio da “revelação” daria espaço ao método da “comprovação” enquanto modo de acesso à verdade no mundo ocidental.

Cria-se assim um ideal realista em torno da verdade, que superaria o modelo anterior de revelação cristã. Uma série de instituições são fundamentais nesse procedimento, em especial a fotografia e a imprensa. Se a primeira permitia a criação de imagens sem a

intervenção pictórica de um autor, como ocorria na pintura e no desenho, a segunda ampliava a possibilidade de noticiar um mesmo acontecimento a partir de diferentes periódicos, em qualquer lugar do globo. Por essa via, ambas foram reconhecidas como instrumentos próprios da verdade, dado que representavam o mesmo mundo, independentemente do contexto no qual este era produzido. Em contraposição à verdade revelada, que se situa em um exterior do humano (divino e transcendental), a verdade objetiva pode ser constantemente afirmada, como um *mesmo* objeto que se reitera em diferentes produções fotográficas ou um *mesmo* evento divulgado de modos distintos pela imprensa (contando inclusive com perspectivas políticas distintas).

No entanto, se o jornalismo e a fotografia alimentaram o ideal realista, com a promessa de um acesso mais fidedigno à realidade, são essas próprias instituições que, levadas a seu limite, apontam para a crise inerente a esse ideal, ou seja, a crise na verdade objetiva. Se o desenvolvimento da fotografia rapidamente demonstrou uma capacidade de distanciamento das representações realistas, possibilitando seu entendimento como produção e não mera representação do mundo, a imprensa tampouco cumpre o prometido realismo, à medida em que as “perspectivas políticas destoantes” não raro se traduzem em informações incompatíveis entre si.

Para Blatt (2018), tais contradições inerentes aos princípios da verdade objetiva sofrem um aceleração inédita na última década, causando um colapso no ideal realista que se intensifica e alastra socialmente como decorrência da crise de 2008. Neste momento, a realidade experimentada por enormes contingentes populacionais de países economicamente prósperos contrapõe todas as instituições tradicionalmente responsáveis pela atribuição de um caráter verdadeiro, como nas previsões de risco financeiro do mercado imobiliário americano. Como confiar na imprensa que divulgava um futuro vantajoso e otimista para um país quando seu povo passa a viver uma recessão econômica desconhecida nas últimas décadas, tomando literalidade na vida das pessoas com a diminuição de poder aquisitivo, demissões em massa, fechamento de empresas, aumento da violência urbana e até mesmo perda de imóveis?

De acordo com o livro, vê-se o retorno da verdade transcendente como decorrência da crise econômica, respondendo à lacuna na ideia de verdade resultante da do colapso do realismo, que acompanha o declínio das instituições agravado após 2008. As redes sociais *online* teriam importante papel nesse movimento, à medida que seu funcionamento algorítmico opera de modo particularizado, direcionando o usuário conforme sua ação prévia

na rede, de modo que esse passe a acessar progressivamente informações mais próximas àquelas com as quais já tem disposição a concordar. A internet, que outrora fora tomada como utopia realista - a ferramenta que tornaria possível um acesso democrático à verdade objetiva - atuaria agora em um caminho inverso, operando a retomada da verdade transcendental.

Para Blatt (2018), esses elementos auxiliam na compreensão do fenômeno de ressentimento das classes médias - que muitos apontam como explicação para a ascensão de líderes populistas tais quais Donald Trump. Financeiramente impactadas pela instabilidade econômica e descrentes nas instituições tradicionalmente responsáveis pela propagação de uma verdade, encontram nas bolhas algorítmicas uma resposta para seu ceticismo, servindo então como substitutivo para a imprensa e até mesmo para a ciência.

Por essa via, o autor aponta a retomada do modelo de verdade revelatória, outrora associado às religiões, dado que a disputa sobre a verdade se distancia do contraditório, do debate público e da própria realidade. Pós-verdade, como visto, é tomada aqui como o resgate deste primeiro modelo de verdade, relacionado aos ideais de revelação e transcendência. Essa verdade “neotranscendental” se associaria, nessa perspectiva, a elementos contemporâneos de informação e propagação de opiniões, como, por exemplo, o número de *likes* e reações obtidos por uma postagem em redes sociais. De acordo com o livro, esses passam a operar como critérios de validação para o verdadeiro e o falso, de modo que “a verdade, em vez de ser o resultado de testemunhos contrastantes, se converte em um referendo de constante audiência”⁵ (2018, p. 105, tradução livre).

Em similar perspectiva acerca da crise da verdade, a obra *A Short History of Truth* questiona o suposto alastramento de uma negação para a verdade experimentado neste século. Para Julian Baggini, “falar de uma sociedade pós-verdadeira é prematuro e errôneo”⁶ (2018, p. 15, tradução livre). O autor aponta que a ampla divulgação de tal ideia parte também de um derrotismo acerca da verdade; como se, frente a um mundo que coloca em questionamento os ditames tradicionais de autoridade para essa, pudéssemos simplesmente aceitar que já não temos mais recursos para distinguir o verdadeiro do falso, abandonando de antemão a presente disputa.

⁵ “La verdad, en lugar de ser un resultado de testimonios contrastados, se convierte en el veredicto de un referendo constante de audiencia”.

⁶ “[...] talk about a ‘post truth’ society is premature and misleading”.

Segundo Baggini (2017), os eventos políticos usualmente categorizados pelo termo apontam para uma recusa da complexidade, especialmente em discursos populistas que fornecem ferramentas fáceis para uma compreensão generalista e completa do mundo. Assim, em momentos de crise e descontentamento com as tradicionais elites políticas, o pensamento não-complexo mobilizado por campanhas e agentes políticos torna-se potente por assumir um caráter pleno e absoluto para a verdade, em contraste com um mundo cada dia mais desconcertante e duvidoso.

Na sequência desse debate, no qual a pós-verdade emerge como um modo de reiterar a busca por uma essência ou substância da verdade, Baggini corrobora com a premissa de Blatt (2018), assumindo que o termo mobiliza o retorno a um ideal de verdade que já não encontra respaldo no mundo tal qual se reconhece, uma verdade que pode ser compreendida e difundida sem questionamentos. Ou seja: a sociedade nomeada pós-verdadeira não seria aquela na qual vigora uma ausência da verdade, mas a que justamente mais se esforça para encontrar uma verdade única, que se sustenta como tal para além da incerteza percebida no mundo.

Nesse sentido, os críticos que assumem a “pós-verdade” como espírito do tempo deste século compartilham justamente o argumento central daqueles sob quem repousa sua crítica: o entendimento de que perdemos os critérios de edificação para a verdade. A diferença é que os primeiros tomam a perda como resignação, enquanto os segundos buscam, em contrapartida, algo que possa oferecer a segurança da verdade que se supõe não estar mais disponível nas instituições tradicionalmente responsáveis por sua propagação.

No entanto, se as perspectivas de ambos autores ajudam a mobilizar uma crítica acerca do alastramento da ideia de pós-verdade, reconhecendo como ímpeto deste século não a superação ou desimportância da verdade, mas sim a retomada de modos cristalizados e transcendentais para o seu entendimento, a contribuição encontra seu limite na proposta de um modo de ação sobre tal verdade. Com Blatt (2018), a resposta para a verdade “neo-transcendental” parece ser, justamente, a retomada de um realismo inatingível, supondo a verdade objetiva como um modo de, se não acessar a realidade em si mesma, chegar o mais próximo dela.

Baggini (2017), por sua vez, propõe uma verdade que estaria além da retórica, da qual poderíamos falar *sobre*, mas não atingir, modificar ou produzir. Daí as críticas que o autor emprega ao que nomeia “relativismo”: uma pulsão que busca contrapor a posse da verdade

por um grupo pequeno de pessoas, mas que falha ao reduzi-la à simplificação individualista de que cada um teria a sua própria verdade. Aqui, o autor parece assemelhar-se à perspectiva de Kakutani (2018), ao propor que as filosofias empenhadas na contestação de universalidade para a verdade incidem social e politicamente como precursoras do declínio de valor para a verdade em nosso século. Sob tal entendimento, as duas obras supõem uma linha de continuidade entre a referida produção intelectual (sobretudo francesa) e a perda de autoridade da ciência, do jornalismo e outras instituições usualmente responsáveis pela manifestação da verdade. Como se, nas profundezas de um fenômeno social - por exemplo, a eleição de Trump ou Bolsonaro - houvesse um filósofo desavisado corrompendo a veracidade do mundo cheio de boas intenções epistemológicas.

Contrapondo a suposta investida fadada a um fracasso civilizatório, os três autores se encontram na mesma solução: a aposta irrestrita no fortalecimento de todas as instituições em aparente decadência. A retomada da Verdade com V maiúsculo. A boa ciência contrária à má filosofia, os fatos contra a interpretação. E assim a pós-verdade, dita por três teóricos que a abordam em perspectivas amplamente distintas, parece indicar um denominador comum: a ideia de que a verdade perdida seria justamente aquela “por trás” de qualquer interpretação, mediada pelos ideais de empirismo, objetividade, racionalismo.

Se supúnhamos que o termo da moda performa uma estabilização para a verdade, esta parece residir justamente em um ideal de unificação e exclusividade, de modo que atores empenhados em reflexões críticas sobre a verdade passam, eles próprios, a compor a pós-verdade sob forma de denúncia. Neste sentido, a verdade estabilizada - que se insurge como resposta ao quadro de crise socialmente experimentado - passa a ser aquela que se situa por trás de qualquer questionamento. Ou seja: uma verdade tautológica que se basta na sua condição *a priori*, situando-se em um suposto exterior ao discurso, à técnica e à prática. Uma verdade desarticulada, que não permite manuseio ou sequer questionamento. A verdade das coisas em si mesmas contra a pós-verdade.

Com a análise destes trabalhos, podemos tomar em concordância a premissa da qual partem os três mencionados autores sobre a pós-verdade. Assumimos que vivemos o momento de afirmação de uma verdade única, compartilhada entre grupos de orientação política similar, usualmente sem encontrar respaldo e equivalência para além dos mesmos (chame-se isso de pós-verdade ou não). Assim, o compartilhamento de premissas tomadas enquanto verdadeiras se impossibilita no campo político, à medida que círculos aglutinados

por ideais semelhantes passam a se relacionar com a realidade sem que haja possibilidade de criação de um mundo comum. Porém, se vivemos essa retomada da verdade transcendental, mobilizada principalmente pelas bolhas algorítmicas, poderíamos encontrar solução justamente na aposta em uma Verdade estratificada por ideais de racionalidade científica? Teria essa Verdade um potencial de compartilhamento por distintos coletivos, com ideais e perspectivas conflitantes?

Ainda, em um contexto de destituição de autoridade sobre as instituições tradicionalmente responsáveis pela propagação da verdade - no qual a ciência talvez experimente seu momento de maior desprestígio nas últimas décadas - seria possível mobilizar como contraponto justamente o modelo idealmente científico de acesso a uma verdade que reside no mundo anterior às técnicas e aos saberes? Uma verdade única e exclusiva, da qual podemos nos aproximar, mas não a tomar por completo? Teríamos outra alternativa para lidar com a crise da verdade para além do dualismo entre a verdade estabilizada ou a relativa e particularista, que mais parece fornecer um mundo possível para o alastramento do que hoje se toma como pós-verdade?

1.3 STS e a Verdade Operativa

No intento de performar um entendimento sobre verdade que não a tome de antemão enquanto um ente fixo e estabelecido, nem tampouco a coloque no lugar do impossível, renunciando a disputa sobre o que pode ou não ser verdadeiro, busco auxílio nos Estudos da Ciência e Tecnologia (*Science and Technology Studies* - STS) e em sua compreensão sobre uma verdade operativa. Os STS podem ser tomados como um conjunto de teorias e saberes da filosofia, antropologia, sociologia, entre outras, que se associam na análise e observação das relações entre ciência, sociedade e política, enfocando que tais entidades não podem ser tomadas fora de sua articulação. Um importante elemento da proposta é descrever o trabalho científico como resultado de um empreendimento humano como qualquer outro - portanto, contingente, parcial e falível. Tal perspectiva inflamou os ânimos acadêmicos em um período nomeado por Isabelle Stengers (2002) como “guerras científicas”. Nesse momento, diversos autores temiam que uma ênfase na contingencialidade das afirmações das ciências colocaria em dúvida a sua própria capacidade de afirmar a verdade.

De acordo com Stengers (2002), tal polêmica decorre precisamente dos questionamentos desse campo de estudos à autonomia da ciência, ao problematizar uma diferenciação evidente e radical entre a comunidade de cientistas - dotada de instrumentos

que incluem de modo indissociável a produção (pesquisa), a reprodução (formação daqueles autorizados a falar sobre tais pesquisas) - e um “meio” - espaço político-social que potencialmente se beneficiaria dos subprodutos da atividade científica (tecnologia), mas que dever-se-ia limitar a aceitar e não pedir explicações dessa comunidade. Ou seja, aquilo que interessa, explica e motiva a prática da ciência estaria fora do alcance dos não praticantes, que devem se contentar com a palavra e os resultados fornecidos por alguns porta-vozes, os *experts*, aqueles que podem legitimamente falar em nome da verdade para os leigos. Nesse sentido, os STS destituem a ciência de um lugar neutro, supostamente afastado das relações sociais e políticas, à medida em que a fronteira entre os dois campos é apresentada de modo contingente e, portanto, maleável.

No presente trabalho, os STS são tomados principalmente a partir da obra de Bruno Latour (2012a), que propõe a Teoria Ator Rede (ANT)⁷ como metodologia de mapeamento e acompanhamento das redes que conectam determinado evento no tecido social, científico, tecnológico e político. A ANT é uma abordagem descritiva, que não supõe a existência de uma rede *a priori* na relação entre os fenômenos e o mundo, mas que preconiza que o delineamento e produção dessa rede ocorre ao longo mesmo do processo de persegui-la nos procedimentos de investigação.

Em relação à apreensão social desse campo de estudos, convém destacar o questionamento apresentado por um editorial publicado pelo jornal americano *The New York Times* (NYT), em outubro de 2018, se o surgimento dos STS - em especial na figura de Latour - poderia ser considerado como um prólogo para a destituição de autoridades sobre a verdade vivenciada contemporaneamente, relacionada sobretudo à descrença na ciência. Na matéria, a jornalista Ava Kofman (2008) aborda a obra latouriana e suas repercussões no entendimento de assuntos como mudanças na natureza, o aquecimento global e a influência humana nesses processos. Tais temáticas, que dividem as opiniões entre os que as consideram irrefutáveis ou apenas inverdadeiras, encontram no trabalho do autor um complexo modo de apreensão, que considera diversos agentes como conectados em uma rede que performa sua existência e sua capacidade de entendimento no âmbito público. No entanto, a ideia central para Latour - de que as coisas, para existirem, precisam estar conectadas a outras coisas -

⁷ A sigla é aqui mantida no idioma original em função do duplo sentido que promove, já que “*ant*”, em inglês, é o significante para formiga. Essa relação afirma uma postura metodológica sobre os objetos de investigação: “Os sociólogos do social parecem pairar como anjos, transportando poder e conexões quase imaterialmente, enquanto o estudioso da ANT têm de arrastar-se como uma formiga, carregando seu pesado equipamento para estabelecer até o mais insignificante dos vínculos” (Latour, 2012, p. 47).

pode, em uma leitura apressada, bem como aponta o NYT, indicar um espaço vazio “por trás” das conexões, ou seja, a retomada do fantasma solipsista de que nada existiria para além do conhecimento humano.

A obra latouriana pode se situar como uma crítica da razão como fonte superior do conhecimento, ao se destacar das outras faculdades humanas de modo transcendente. O “penso, logo existo” de Descartes é com Latour substituído pelo “pensamos, logo existimos” (2016), assumindo que a razão não comprova uma existência, mas essa só é possível - desbravável, navegável - por um conjunto de práticas e saberes conectados e também em disputa. “Pensamos”, nesse sentido, alarga-se também a um “fazemos”, “construímos”, “perguntamos”, “praticamos” - que não são viáveis sem uma íntima conexão entre a ação humana, a natureza e os objetos.

Por essa via, Latour é enfático ao afirmar que não é um negacionista da realidade (Koffman, 2018). Seus problemas de pesquisa não giram em torno da existência ou não das coisas, mas sim da forma como elas se tornam manipuláveis e inteligíveis à medida que se agenciam e compõem com outras coisas uma realidade específica. Desse modo, o autor contrapõe uma versão tradicional do entendimento da ciência: a crença de que ela descobriria - ou chegaria o mais perto possível - da verdade que habita o mundo de antemão. Pelo contrário, a verdade não estaria dada pela ciência, mas seria sim um resultado de inúmeros processos e co-engendramentos que transpassam o fazer científico: desde uma metodologia utilizada até a relevância do periódico onde o estudo é publicado.

Aberta a “caixa-preta” da ciência (Latour, 1997), desse modo, tornar-se-ia inteligível o seu caráter não transcendente. A verdade revelatória daria espaço a uma verdade articulada, que não é meramente descoberta por um procedimento metodológico, mas sim engendrada em uma larga rede composta por financiamentos institucionais, objetos - tais quais microscópios de maior ou menor precisão -, lugares, diplomas, entre outros. A ciência substantiva, com C maiúsculo, poderia finalmente ser substituída pelo “científico” enquanto adjetivo (Latour, 2016): menos uma condição autoevidente e mais uma prática articulada e contingente.

Latour não é o único a teorizar sobre os limites da ciência e da verdade tomadas enquanto universais - assunto que encontra respaldo e ampla discussão nos séculos de desenvolvimento da filosofia e estudos da ciência (Hacking, 2012). Para complexificar o entendimento acerca de tais controvérsias, abordo aqui o trabalho de duas filósofas também

comprometidas com a dinamização do que pode ser tomado como verdadeiro ou científico. Primeiramente, Donna Haraway (1995), que aponta a impossibilidade da produção de um conhecimento neutro, o qual assumiria perspectiva transcendente frente ao objeto que estuda. Para ela, a localidade do saber, ao contrário do ideal racionalista, não é algo a ser evitado ou superado metodologicamente, mas sim tomado como condição própria do desenvolvimento científico. Nesse sentido, o ideal de externalidade e distanciamento - que para muitos é premissa da relação entre quem pesquisa e o que é pesquisado - é substituído por uma “política do olhar”, levando em consideração o encontro decorrente de uma investigação científica ao enfatizar o lugar de onde a pesquisadora “olha” - ou manuseia, experimenta, pratica.

Ainda na crítica a uma concepção iluminista de verdade, Annemarie Mol (2002) propõe o conceito de ontologias múltiplas: a ideia de que a verdade sobre algo não está no seu mais irreduzível interior, mas sim na relação de contingência que estabelece com outros objetos, lugares, discursos, práticas. A partir do trabalho etnográfico em hospitais, a autora aponta o caráter múltiplo das patologias, que são performadas de modos distintos de acordo com as técnicas utilizadas para descrevê-las e enquadrá-las, o saber que as embasam, os objetos utilizados para tanto e também a própria posição do paciente nesses procedimentos. Utilizando o exemplo da aterosclerose, Mol propõe que as diversas práticas médicas circunscritas ao hospital em questão não produzem versões diferentes para a mesma doença, mas sim doenças diferentes e específicas, que operam juntas através da coordenação entre as práticas que as performam. Nesse sentido, os três autores parecem se encontrar no entendimento da realidade como algo que se pratica no encontro contingente entre atores de ordens diversas.

No entanto, se essas perspectivas contrapõem a ideia de uma verdade única e universal, como a preconizada pela razão iluminista, pode-se estabelecer comparações entre tais entendimentos e o alarmante movimento da opinião pública acerca da veracidade das notícias e das instituições responsáveis por sua propagação. Como aponta a matéria do NYT (Kofman, 2018), a questão climática é central neste processo, de modo que, a parte dos inúmeros estudos, pesquisas e publicações que afirmam o impacto da ação humana no aquecimento global, uma larga parcela da população coloca tais dados em negação, dúvida ou descrença. Podemos encontrar similaridades entre esse movimento e aquele percebido na controvérsia do Kit Gay, que - como será apresentado a seguir - coloca em disputa veículos

tradicionais de jornalismo com *blogs* e canais particularizados de informação, resultando em uma eminente vitória do segundo grupo.

Essa apreensão corrobora com a suspeita de que experienciamos, hoje, um deslocamento de autoridades para a verdade, com amplos questionamentos frente a instituições tradicionalmente atribuídas como responsáveis pela afirmação e comprovação de tal categoria. A partir dessa tendência, que muitos nomeiam como crise, surge-me a seguinte pergunta: como articular uma crítica da verdade universal sem abrir espaço ao negacionismo e ao conspiracionismo que decorrem de uma ausência da verdade? Ou: como retomar a autoridade sobre a verdade sem apelar à ciência com C maiúsculo ou à verdade com V maiúsculo?

Latour (2016) oferece uma alternativa ao presente impasse. Segundo ele, a profusão acelerada da divulgação de conteúdos via internet, principalmente por meio de *blogs*, teria causado um efeito de planificação das autoridades acerca de determinados assuntos. Se podemos, por exemplo, acessar informações sobre o aquecimento global em artigos acadêmicos, *sites* jornalísticos e *blogs* autônomos, a veracidade de tais veículos acaba por tomar uma equivalência, que borra as fronteiras entre o que é entendido enquanto conhecimento científico ou não. No entanto, se a *web* fornece tal perigo, é nela própria que reside a possível retomada de uma autoridade - não para a verdade universal, mas sim para o que o autor nomeia como verdade operativa, ou seja, aquilo que é efetivado como verdadeiro dado o seu caráter manipulativo e engendrável.

O acesso à verdade operativa seria viabilizado pelo rastreamento da rede na qual está conectado determinado fato. Desse modo, uma notícia poderia ser perseguida a partir de suas fontes e de sua cadeia argumentativa: com que elementos o fato se conecta, a que interesses ele atende, quais as instituições que o divulgam? Sob essas perguntas, Latour propõe uma metodologia de operar com a verdade, que também poderia ser traduzida em uma metodologia para pensar as *fake news* de modo articulado. Segundo ele:

Começaria a ser formada uma opinião sobre as questões discutidas sem esperar que elas se resolvam. Saber-se-ia quem disse o que a quem, com qual financiamento, qual instrumento, de acordo com qual paradigma, com qual autoridade e com qual relação a quais indústrias, quais interesses, qual visão de mundo. Em vez dos enunciados flutuantes dos quais já falamos, os enunciados estariam enganchados, rastreados, ancorados e, sobretudo, seriam debatidos (Latour, 2016, p. 168).

Tal perspectiva parece funcionar também em uma dimensão ética, pressupondo um movimento ativo na operação com a verdade - e não uma passividade frente a um conteúdo que de antemão já se apresenta verdadeiro (ou falso) dado o aval de certa autoridade. Assim, a verdade operativa só existe mediante a uma ação: de perseguir as redes, comparar fontes, navegar nas disputas narrativas - em suma, um movimento metodológico que o autor nomeia como mapeamento de controvérsias. Essa manipulação tampouco pressupõe grandes investimentos, sendo possibilitada pelo próprio funcionamento dos *sites* de busca na internet. Por exemplo, frente ao exame de veracidade para uma notícia, pode-se buscar suas informações principais e conferir se outros veículos de informação (dentre os quais podemos assumir maior ou menor credibilidade dado o tamanho das redes nas quais se inserem) a confirmam ou não.

Latour propõe que os graus de veracidade para o objeto de um mapeamento de controvérsias sejam estabelecidos do mesmo modo como se julga um artigo científico: qualidade do periódico, número de indexadores, instituições a que se vinculam os autores, reconhecimento da comunidade científica, etc. Nesse sentido, a autoridade da verdade relaciona-se, também, com a autoridade das instituições que a propagam - não sustentada aprioristicamente, mas sim pela rede na qual estas se conectam. Assim, torna-se possível complexificar a ideia de uma verdade operativa mediante as instituições que se relacionam para que essa seja tomada enquanto válida.

Desse modo, a verdade operativa, viabilizada pela metodologia de mapeamento, pode auxiliar na compreensão de que as verdades operantes no mundo não possuem natureza comum e que, portanto, podem assumir maior ou menor autoridade frente a deliberações políticas. É na direção desse rumo metodológico que busco analisar a polêmica do Kit Gay, traçando, a partir de materiais que abordam o suposto perigo de distribuir materiais que promovem determinada orientação sexual para crianças em escolas, a rede na qual essas verdades se estabelecem.

2. Mapeamento de Controvérsias

No presente capítulo, abordo na dissertação o debate sobre a perda e a redistribuição de autoridades sobre a verdade, bem como os seus desdobramentos políticos contemporâneos, utilizando as premissas do mapeamento de controvérsias. Para tanto, apresento em primeiro lugar uma revisão de literatura acerca da metodologia, enfocando seu caráter histórico, epistemológico e prático. Em seguida, introduzo a problemática do Kit Gay

como objeto a ser perseguido através de tais direcionamentos empíricos. Por fim, delimito os procedimentos metodológicos utilizados na inserção e análise dessa rede de controvérsias, nos oito anos em que foi publicamente desenvolvida, sobretudo no campo virtual.

2.1 O que é?

Mas o que é, então, um mapeamento⁸ de controvérsias em mídias digitais? Para responder a essa pergunta, é necessário percorrer, inicialmente, o caminho que aproximou os STS dos estudos sobre plataformas online de comunicação. Como visto, esse campo teórico-metodológico se consolida, a partir dos anos 1980, como crítica à suposição de uma verdade autoevidente, que poderia ser acessada apenas mediante o conhecimento científico. No entanto, tampouco bastava a crítica recorrente fornecida pela filosofia derivada da virada linguística, que supunha a verdade como um desencadeamento de relações de poder, à medida em que tal posição não equipava os cientistas sociais com as ferramentas necessárias para operar e manipular a realidade. Essa, pelo contrário, ficava reduzida a um lugar intangível, como mera produção imaterial de um regime discursivo.

Por essa via, os STS apostaram em outra metodologia para lidar com a ciência, embasada agora em um empirismo radical (Marres & Moats, 2015), questionando conceitos tradicionais para o entendimento da realidade e sua apreensão social, tais quais a “ideologia” e o “discurso” (Rocha, 2015). A negação de entidades invisíveis (Latour, 2012a) de explicação para fenômenos sociais incorre na modificação das formas de se aproximar do objeto de pesquisa: era preciso explicar *como* a realidade era feita, *como* os atores se articulavam na performance de uma verdade. Assim, tomou centralidade nos estudos da ciência a perspectiva etnográfica, de acompanhamento de cientistas em seus laboratórios, em um movimento de descrição acerca do fazer científico enquanto prática, como pode ser visto no clássico *Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos* (Latour & Woolgar, 1997).

⁸ O mapeamento, segundo Bastos et al (2014), deriva da ideia de topografia tal qual propõem Deleuze e Guattari. Para esses autores, um mapa diferencia-se de um decalque à medida que o primeiro diz respeito a um caminho traçado no próprio movimento, enquanto o segundo refere-se a um desenho já delimitado e formatado de antemão (Deleuze & Guattari, 1995). Por essa razão, poder-se-ia nomear a proposta metodológica da ANT enquanto “cartografia de controvérsias”, como nos trabalhos de Venturini (2010) e Rocha (2015). No entanto, evito aqui o termo “cartografia”, visto que este, no campo de estudos da Psicologia Social e Institucional, aparece usualmente associado a práticas de conhecimento que priorizam os afetos, sensibilidades e análise de implicação no trabalho de pesquisa, como em Kastrup & Passos (2013) e Rolnik (1989). A metodologia que busco abordar nesta dissertação, mais afinada com a proposta etnográfica, me parece distante das referidas conceituações teórico-práticas, e por isso estará especificada aqui apenas pelo termo “mapeamento de controvérsias”.

No referido trabalho, é demonstrado como, em um espaço próprio para o desenvolvimento da ciência, inúmeros atores de ordens diferentes se articulam na produção de um acontecimento, que passa por processos de estabilização até se consagrar como fato científico por excelência. Adentrando tal processo, Latour e Woolgar (1997) utilizam da inserção etnográfica para o entendimento da ciência tal qual ela acontece no cotidiano, sem recorrer a uma compreensão simplesmente instrumental da prática, em um plano micro, nem sequer meramente sociológica, com enfoque macro. Pelo contrário, o trabalho etnográfico descreve o fazer científico como uma rede de conexões e engajamentos entre os níveis conceitual e experimental, não se distinguindo de outras práticas sociais.

Afinando essa análise, trabalhos posteriores de Latour (2012a) apostam na ampliação da ideia de agência para além dos contornos humanos a que ela é usualmente atribuída. Assim, propõe que os atores *agem* ao se conectarem, sejam eles humanos ou não-humanos, de modo que os próprios objetos da cena do laboratório passam a ser dotados de agência. Essa, no entanto, não pode ser confundida com uma agência deliberativa ou reflexiva, devidamente humana, mas sim como a dupla contingência que liga um estímulo à sua variável resposta. Como apontam Bastos et al (2014): “quando aplicamos força bruta a um dispositivo tecnológico, situação frequente na interação homem-máquina, o dispositivo não necessariamente responde de modo previsível” (p. 582).

Tal compreensão operativa da agência, que a toma não como intenção, mas como performance de algo no mundo, embasa o princípio de simetria geral entre os atores de uma cena, tanto humanos quanto não-humanos. Isso não significa que não se possa estabelecer prioridade entre os atores, ou a maior relevância de um deles no fato social mapeado, mas sim que essa distinção não se determina a priori, como pressuporia uma concepção antropocêntrica da agência - que toma a ação humana como anterior à agência do objeto. O princípio simétrico, pelo contrário, aponta que a disparidade entre os atores só pode ser mapeada na contingência do acontecimento e, portanto, demonstrada na prática empírica - ou seja, um ator deve ser entendido como qualquer coisa que faça diferença em uma ação. Por essa via de entendimento, a própria ideia de ator-actante⁹ deixa de figurar como um ente *a priori*. O ator não é uno, não está pré-definido na cena, mas delimita-se no próprio acontecimento, na relação com os outros atores. Em uma complexificação desse

⁹ Tomamos os termos ator e actante como equivalentes.

entendimento, podemos concluir que o ator *também* se delimita como uma rede (Bastos et al, 2014).

Por essa via, o mapeamento de controvérsias surge como modo de acesso à Teoria Ator-Rede, viabilizado pelo caráter empírico da etnografia. Nas décadas seguintes à consolidação dos STS, essa metodologia passou por inúmeras sofisticações e adaptações a outros campos do conhecimento, desdobrando-se nas fronteiras entre áreas como a Psicologia, a Geografia e os Estudos de Redes Sociais. Quanto a essa última, no entanto, é preciso levar em consideração algumas tensões entre as disciplinas, à medida em que a “Análise de Redes Sociais”, método tradicional nesse domínio de estudos, apresenta significativas diferenças metodológicas em relação à ANT, sobretudo na suposição de uma rede já pré-definida, servindo como objeto de estudo para o pesquisador (Bastos et al, 2014).

No que se refere a essa disputa, Latour (2012a) afirma que a ANT tem pouca relação com o estudo de redes sociais, à medida que a compreensão da rede como um objeto de pesquisa difere-se da metodologia de pesquisar *em* rede. Para Latour, a rede não é um fato social a ser analisado à luz de uma teoria, pelo contrário, ela é o próprio movimento da pesquisa, de acompanhamento dos atores em seus nexos com outros atores, formando nesse mapeamento uma rede de conexões. Por isso, segundo o autor, é necessário diferenciar a “rede desenhada pela descrição da rede usada para descrever” (2012a, p. 207), demarcando a particularidade metodológica que compõe a ANT. Se trabalhamos com um objeto que tem forma de rede, como linhas de trem ou um fluxo de notícias na internet, é preciso sinalizar que a pesquisa em rede não se resume ao acompanhamento das conexões materiais já disponíveis, mas sim à compreensão dos atores e suas respectivas agências no encontro. Como propõe Rocha (2015): temos de considerar a rede metodológica da ANT “como esse elemento que se confunde em sua materialidade e virtualidade” (p. 120).

Desse modo, o mapeamento de controvérsias apresenta-se como uma metodologia descritiva, cujo princípio fundamental é delimitar e explicar como atores se encontram e produzem em rede determinado fenômeno social. Assim, é importante ressaltar que o “social”, segundo tal perspectiva, é o que emerge do resultado desse encontro: ou seja, não pode servir como categoria explicativa para algo no mundo, como na explicação de que “determinada coisa é assim porque é um fenômeno social”. Pelo contrário, é o próprio social que precisa ser explicado pelo trabalho empírico, demonstrando a partir de *que* encontro entre *quais* atores ele se estabelece como tal. O social da ANT não é uma substância, tampouco

habita o mundo de antemão: ele é, sim, aquilo que se constrói entre as redes das ciências, das técnicas, das mídias, das instituições, entre infinitas outras (Bastos et al, 2014; Rocha, 2015).

Se tomamos como social o resultado de um encontro entre diferentes atores, de que modo poderíamos definir o que é uma controvérsia? Venturini (2010) propõe o uso dessa palavra para designar “situações onde atores discordam (ou melhor, concordam com sua discordância)”¹⁰ (p. 261, tradução livre). O enunciado entre parêntesis complexifica a dimensão que a discórdia assume em momentos como tal - não basta apenas dois campos de atores distintos promovendo versões diferentes sobre algo que pode ser entendido como um *mesmo*. É necessário que o seu desacordo apareça como ponto de tensão, e que, na arena formada, um lado reconheça o outro na disputa. Reconhecer, aqui, não significa acolher suas premissas, ou compor consensualmente um sentido comum a partir de lugares antagônicos; pelo contrário, o reconhecimento implica apenas na identificação do problema na forma de disputa. Como aponta Venturini:

A noção de discordância deve ser tomada no seu sentido mais amplo: controvérsias começam quando atores descobrem que não podem ignorar uns aos outros e controvérsias terminam quando atores conseguem operar um compromisso de viver juntos. Qualquer coisa entre esses dois extremos pode ser chamada de controvérsia¹¹ (Venturini, 2010, p. 261, tradução livre).

Assim, podemos assumir que o encontro desses atores divergentes produz um social em conflito, que se modifica constantemente à medida em que é tensionado pelos componentes da querela - que, por vezes, chega a tomar contornos de batalha. O mapeamento, por essa via, não é uma metodologia pacífica, como se poderia supor de um analisador externo, que contempla a controvérsia tal qual um espectador. Se Venturini (2010) propõe como metodologia básica de um mapeamento *acompanhar e descrever*, essas ações não devem ser tomadas em um viés de pureza ou imparcialidade frente à situação pesquisada. É preciso adentrar e participar da controvérsia - até porque, no momento em que a descrevemos, já estamos propondo um novo contorno para ela, delimitando a forma como será entendida e performada em nossa investigação.

¹⁰ “[...] situations where actors disagree (or better, agree on their disagreement)”.

¹¹ “The notion of disagreement is to be taken in the widest sense: controversies begin when actors discover that they cannot ignore each other and controversies end when actors manage to work out a solid compromise to live together. Anything between these two extremes can be called a controversy”.

Quando efetuado no ambiente da internet, como em mídias sociais, o mapeamento de controvérsias é sujeito a inúmeros desafios e questionamentos, sendo o principal deles talvez aquele sistematizado por Noortje Marres e David Moats na pergunta “mas o que é que estamos mapeando quando mapeamos questões com mídias digitais?”¹² (2015, p. 12, tradução livre). A indagação diz respeito à metodologia descritiva aplicada a essas plataformas que, não raro, esbarra na interrogação de se o mapeamento diria respeito a uma controvérsia específica ou à própria delimitação de tal controvérsia nas redes digitais. Em outras palavras: o mapeamento refere-se ao conteúdo da controvérsia ou à forma que a mesma assume em relação às diferentes plataformas nas quais é performada?

Para os autores, o uso dos STS em redes digitais implica na formulação de um outro princípio da simetria, levando em consideração que o ambiente digital também se constitui como ator na delimitação de fenômenos sociais (Marres & Moats, 2015). Assim, entende-se que fatores como o *template* de um *site*, a presença ou não de caixa de comentário, a possibilidade de interação entre os usuários, entre muitos outros elementos, não são apenas o cenário no qual uma controvérsia ocorre; pelo contrário, eles são também atores da própria controvérsia e, como tal, dispõem de agência na composição do social que emerge do seu encontro com outros atores.

Como exemplo desse processo, Marres e Moats (2015) apresentam uma pesquisa realizada no *Twitter* acerca da repercussão social dos vazamentos de dados da Agência Nacional de Segurança (NSA) americana por Edward Snowden em 2013, a partir das hashtags “*privacy*” e “*surveillance*”¹³. Nesse mapeamento de controvérsias, percebeu-se que, em muitos *tweets*, o conteúdo referente ao vazamento de notícias se mesclava a outros assuntos abordados na plataforma, de modo que essa passasse a agir no modo como a polêmica se delimitava e consolidava. Sob tal constatação, frente à pergunta “estaríamos mapeando a repercussão do vazamento de dados ou o modo como essa se configura em uma plataforma específica?”, os autores concluem que o *Twitter* poderia estar “participando na substantiva especificação do vazamento na NSA como um *matter of concern*”¹⁴ (2015, p.12, tradução livre).

¹² “What are we mapping when mapping issues with social media?”

¹³ “Privacidade” e “vigilância”, respectivamente.

¹⁴ “As such, we hypothesize that Twitter does not just further spread news articles, but may indeed be participating in the substantive specification of the NSA leak as a matter of concern”.

Matters of concern é uma terminologia utilizada por Latour como contraposto aos *matters of fact*. Resumidamente, *matters of fact* diriam respeito a uma compreensão estabilizada das coisas, como se pudéssemos entender algo no mundo separado da rede no qual se torna manejável e, portanto, representável. Adicionando a perspectiva da conectividade, *matters of concern* sistematizam as coisas em seu caráter de rede, viabilizando uma concepção articulada dos diferentes atores que se conectam na performance de algo no mundo (Latour, 2004a). Ou seja, no exemplo específico da controvérsia sobre os vazamentos da NSA, a pesquisa aponta para o modo como a plataforma *Twitter* não é apenas o cenário para um conteúdo já definido (*matter of fact*), mas sim compõe a rede que delimita e performa esse próprio conteúdo.

Nessa direção, o impasse acerca do mapeamento em mídias sociais talvez forneça a maior vantagem da metodologia no contato com redes tecnológicas virtuais, servindo como balizador de compreensões não apenas de um conteúdo especificamente delimitado ou da forma como este se estabiliza em plataformas específicas. Para além dessa divisão, o mapeamento de controvérsias desfaz qualquer fracionamento entre forma e conteúdo, à medida que acompanhar determinado assunto em um campo de aparecimento implica, inevitavelmente, em considerar o modo como tal campo opera na performance do próprio assunto. Ou seja, a controvérsia e o lugar onde ela ocorre são faces do mesmo processo e, em uma metodologia inspirada na ANT, não é possível analisá-los separadamente.

A partir desse panorama conceitual e prático acerca da metodologia que busco empregar na presente dissertação, posso agora sofisticar as perguntas lançadas na introdução deste trabalho, agregando a elas a perspectiva de impossível desmembramento entre a controvérsia e seu lugar de aparecimento. Assim, se considero que o social não explica um fenômeno, mas é aquilo que necessita de explicações, questiono: como a tecnologia performa o social? Ou, mais especificamente: como as plataformas virtuais de compartilhamento de notícias performam uma verdade sobre o Kit Gay?

Para conduzir a investigação através dessas perguntas, parto de um empenho metodológico no delineamento da rede que subjaz tais polêmicas, acompanhando os seus conectores - em *sites* em que tal informação é publicada, o público a que é dirigida e os inúmeros fatos que se conectam nesse procedimento. O mapeamento de controvérsias aqui desenhado não busca conceber a gênese do Kit Gay, mas sim compreender a partir de quais acontecimentos, perspectivas e opiniões ele é performado no presente.

Nesse sentido, o mapeamento é traçado em notícias, colunas, vídeos e textos de portais *on-line* que divulgam e apresentam o Kit Gay, sejam elas pela via da denúncia ou da contestação de sua existência, visto que ambos os lados se articulam na performance da mesma controvérsia. Assim, a pesquisa não se constitui apenas como um estudo *sobre* o âmbito da internet, já que utiliza também as próprias ferramentas disponíveis na internet para pesquisar o seu funcionamento - como, por exemplo, os critérios de busca presente em *sites* como o *Google*. Por essa via, considera-se a intrínseca relação da controvérsia com as plataformas nas quais é performada: em outras palavras, a ação e suas condições de aparecimento.

Devo dizer que tal escolha metodológica já parte de um entendimento prévio do Kit Gay: considerando-o, pois, como uma controvérsia. Tal assunção será exaustivamente abordada nos capítulos subsequentes, mas gostaria de antecipar aqui os seus principais pontos de explicação: o reconhecimento de que pelo menos dois campos de atores disputam a existência do Kit Gay enquanto uma verdade ou uma mentira. Para cada um dos domínios de argumentação e performance, existe uma série de arranjos contingentes e conexões com elementos de ordens diversas, sejam eles pedagógicos, morais, políticos, religiosos, tecnológicos, científicos, entre muitos outros.

Por essa via, poderíamos assumir que o mapeamento diz respeito a uma série de controvérsias distintas, e não a apenas uma. No entanto, é preciso estabelecer limites para o que se pesquisa, dado que, se as redes são potencialmente infinitas, o mesmo não se pode afirmar sobre nosso tempo de investigação. Assim, estabeleço o Kit Gay como campo do presente estudo, mesmo quando suas linhas conectivas apontam caminhos que o excedem e superam amplamente. De fato, as persigo ao longo do trajeto, mas sempre mantendo o foco naquilo que podem informar para este trabalho em específico. Ou seja, no que se referem à controvérsia contingentemente escolhida e delimitada, o Kit Gay - sem o supor como objeto *a priori* ou verdade em si mesmo, mas sim como o campo de disputas onde pretendo me inserir e acompanhar suas redes de performance.

Sob tais apontamentos metodológicos, busco adentrar, nas próximas páginas, as controvérsias constituintes do Kit Gay e suas implicações na cena política do país. Primeiramente, pela via de uma revisão do assunto na literatura, apresento, em uma contextualização histórica e política, o primeiro delineamento sobre o que seria o Kit Gay. Em

seguida, realizo a inserção de inspiração etnográfica nos veículos de comunicação e informação, onde se re-delimitam os seus contornos e as implicações no âmbito da internet.

2.2 O Kit Gay

Como início desse mapeamento, apresento aqui uma revisão amparada na produção acadêmica como forma de delimitar uma estabilidade para a temática que será, posteriormente, perseguida em suas redes conectivas no campo da internet. Estabilidade essa assumida contingentemente, sem a pretensão de tomar o objeto como um ente *a priori* - mas sim assumindo, dentro de seus múltiplos encadeamentos, uma demarcação precisa para que possamos, ao menos momentaneamente, nos comunicar. Tal procedimento é importante para que se saiba, no começo da inserção, do que é que estou falando quando eu digo Kit Gay. Já antecipando a discussão abordada nos capítulos finais deste trabalho, aposto em práticas de coordenação e tradução para que a experiência política seja efetivada na cena pública.

Isaías de Oliveira Júnior e Eliane Maio (2017, 2016, 2015) talvez sejam os autores com mais vasta produção acerca do Kit Gay e sua reverberação social, sobretudo nas práticas escolares. A partir da perspectiva da Educação, desenham um panorama histórico acerca das investidas do estado em regulamentar e fomentar o combate à desigualdade e à exclusão no âmbito das escolas, com especial atenção à população LGBT, tendo como ponto de maior desagregação a proposta de um material didático informativo a respeito da diversidade sexual e de gênero financiada pelo Ministério da Educação, em 2011, apropriado no debate público sob o apelido pejorativo de Kit Gay.

A linha cronológica traçada por Oliveira Júnior e Maio (2017) remonta o programa Brasil sem Homofobia, levado a cabo pelo Ministério da Saúde, em parceria com diversas ONGs, órgãos públicos e representantes do ativismo e da academia no ano de 2004. As bases do programa dirigiram-se à conscientização de agentes do estado e à elaboração de políticas públicas que levassem em consideração a diversidade sexual e de gênero, além de incentivar a sociedade civil a organizar-se na consolidação desses direitos, como pode ser visto em sua introdução:

Um dos objetivos centrais deste programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação e adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta. A expectativa é que essa integração interministerial, em parceria com o movimento homossexual, prospere e avance na

implementação de novos parâmetros para definição de políticas públicas, incorporando de maneira ampla e digna milhões de brasileiros. As políticas públicas traduzidas no Programa serão exitosas porque é uma decisão de todos, elaboradas pelo consenso. Entretanto, a participação de cada um de nós como cidadão é importante para a consolidação dos direitos humanos como direito de todos (Ministério da Saúde, 2004, p. 7)

Em 2009, como especificação do programa Brasil sem Homofobia no campo da Educação, iniciou-se a ação Escola sem Homofobia, também composta por setores governamentais e representantes do movimento LGBT, mas executada agora pelo Ministério da Educação. O projeto era composto por três grandes eixos: o primeiro deles voltado à capacitação de gestores públicos para a efetivação de políticas anti-homofobia nas escolas, para qual o estado efetivou uma parceria com a ONG *Pathfinder*. O segundo dizia respeito a uma pesquisa qualitativa acerca da homofobia no âmbito escolar, efetivada pelo MEC em colaboração com a ONG *Reprolatina*. Já o terceiro eixo, que acabou por incitar a grande polêmica envolvendo o estado, meios de comunicação e a sociedade civil, referia-se à elaboração de uma cartilha contrária à homofobia, que utilizava cartazes, apostilas e vídeos como instrumentos didáticos a serem distribuídos em seis mil colégios brasileiros no ano de 2011, com um gasto aproximado de 1.8 milhões de reais (Oliveira Júnior & Maio, 2017).

De acordo com Nardi, Rios e Machado (2012), as polêmicas sobre o projeto iniciaram-se ainda na fase de construção, à medida que carecia-se de dados públicos sobre suas formas de subsídio e elaboração. Segundo os autores, o Governo Federal nunca explicitou publicamente “o modelo de seleção para a produção do kit (se foi um edital ou outra forma de seleção pública), nem das formas de financiamento e do montante, nem tampouco quais os responsáveis pelo acompanhamento do projeto no MEC” (Nardi; Rios & Machado, 2012, p. 257). Nesse sentido, a ausência de informações explícitas sobre o programa já o anunciam como objeto de tensões entre estado e sociedade civil, servindo de base para muitas críticas que viria a receber nos anos seguintes, quando foi associado à má administração pública dos governos petistas.

A primeira exposição do material deu-se no seminário “Escola sem Homofobia”, em novembro de 2010, no Congresso Nacional. O caráter polêmico do projeto se manifestou já nesse momento, e não apenas por opositores do setor conservador da política brasileira.

Como apontam Oliveira Júnior e Maio (2017), a Comissão Participativa¹⁵ e os representantes do movimento LGBT presentes no evento demonstraram indignação com a fala do então secretário do Ministério da Educação, ao referir em tom jocoso a decisão sobre o material audiovisual em que constava um beijo entre duas meninas:

“Só para contar uma história sobre a dificuldade num dos materiais didáticos, dos filmes, tinha um beijo na boca, e a gente ficou, um beijo lésbico na boca, e a gente ficou três meses discutindo até onde ia, até onde entrava a língua né [risos]” (Oliveira Júnior & Maio, 2017).

O discurso do secretário parece ter aberto um amplo campo de críticas ao projeto, que se tornou alvo de oposição por inúmeros atores da política institucional e da sociedade civil. A partir de então, tornaram-se comuns as manifestações públicas contrárias ao Escola sem Homofobia, apresentado agora sob a alcunha de Kit Gay. Para Marina Lacerda (2016), duas importantes figuras na trajetória da polêmica foram os então deputados federais Jair Bolsonaro (no momento Partido Progressista), que compunha o parlamento desde 1991, e Marco Feliciano (Partido Social Cristão), eleito no mesmo ano de divulgação da cartilha anti-homofobia. Ambos empenharam-se na disseminação dos perigos do Kit Gay, usualmente com informações distorcidas e incompatíveis com o caderno oficial, seja em programas da televisão aberta, seja em suas falas no plenário, que rapidamente se convertiam em vídeos curtos, tornando-se virais em redes sociais como o *Facebook*.

Ricardo da Silva (2015) aponta que, dentre os materiais que compunham o Escola sem Homofobia, os vídeos foram os maiores vetores da querela, sobretudo por sua rápida divulgação e viralização em redes sociais, à medida que estavam disponibilizados na plataforma *Youtube* - na qual se encontram acessíveis até hoje, sobretudo em canais contrários à sua implementação, onde são avaliados com reações expressivamente negativas, seja na ferramenta “gostei - não gostei” ou na caixa de comentários. Tratavam-se de cinco materiais audiovisuais que constariam em um DVD relativo ao kit, finalizados com propostas de discussão para professores trabalharem em sala de aula com os alunos.

Sob o título de “Boneca na Mochila”, a primeira peça audiovisual apresentava uma mãe que havia sido chamada na escola em respeito a uma boneca encontrada entre os materiais de seu filho, e que, no caminho, narrava a situação para um taxista. A animação

¹⁵ Órgão composto por membros da sociedade civil com o objetivo de facilitar a participação social no processo de elaboração legislativa

“Medo de que?” expunha as angústias do personagem Marcelo, em conflito por não corresponder às expectativas sociais atribuídas a si mesmo. “Torpedo”, um vídeo em fotomontagem, referia-se a um romance entre duas garotas, exposto vexatoriamente para a escola - o que, ao final, não as impedia de permanecerem juntas. “Encontrando Bianca” apresentava a autodescoberta de uma jovem enquanto travesti. Por fim, “Probabilidade”, no mesmo formato que os anteriores, narrava a história de Leonardo, confuso por sentir-se atraído pela namorada, Carla, e pelo amigo Rafael - atenuando seu sofrimento ao descobrir-se bissexual (Silva, 2015).

Após alguns meses de polêmica, é de conhecimento popular o anúncio feito pela então Presidente da República ao cancelar a distribuição da cartilha presente no projeto Escola sem Homofobia: “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais nem de nenhuma forma nós podemos interferir na vida privada das pessoas” (Passarinho, 2011). Tal recuo, de acordo com Oliveira Júnior e Maio (2015), não foi um caso isolado nas deliberações presidenciais; pelo contrário, marcou o início de uma nova organização política do poder executivo acerca das temáticas de gênero e sexualidade - bem como nas correlacionadas esferas de outros direitos civis -: a cultura do *desagendamento* nas políticas públicas. Segundo os autores:

O Governo Federal, devido a pressões políticas e sociais, recuou em relação à distribuição desses materiais desagendando a sua elaboração e/ou distribuição. No entanto, pesquisas demonstram que o ambiente escolar é promotor da “heteronormatividade compulsória”, o que, por si só, já justificaria a necessidade da produção de materiais didáticos que pudessem colocar esses temas em xeque e da criação de novas políticas públicas de reconhecimento e de valorização das diferenças (Oliveira Júnior & Maio, 2015, n.p.).

As organizações responsáveis pela elaboração dos cadernos Escola sem Homofobia empenharam-se em argumentar que a polêmica dizia respeito a um material não compatível com o proposto pelo Ministério da Educação. Nesse sentido, emerge na controvérsia o entendimento de que o Kit Gay seria uma deturpação do projeto verdadeiro, passando a ser mencionado como um apelido pejorativo para o mesmo. Tal versão é questionada por Nardi, Rios e Machado, que apontam um contexto de aparente confusão nas manifestações de defesa do kit:

Os jornais, assim como a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Transexuais e Travestis), afirmaram em público que a Presidente tinha visto um material errado, a partir de uma manipulação de deputados/pastores evangélicos. Entretanto, um representante do MEC estava presente, o que nos faz perguntar: Se foi isso que aconteceu, o MEC não conhecia o material? (Nardi; Rios & Machado, 2012, p. 256).

Nesse sentido, notamos que o lugar do estado na presente polêmica é foco de disputas para seu entendimento. De um lado, um grupo de atores parece diminuir a ação de Rousseff quanto ao cancelamento do kit, relacionando tal atitude a uma compreensão equivocada do que seria a cartilha em questão, tendo acesso a um material equivocado. Por essa via, a deturpação e falseamento do Escola sem Homofobia na forma do apelido Kit Gay explicaria a sua renúncia. No entanto, a presença de representantes do governo em distintos momentos da controvérsia contradiz tal assunção, à medida que, para isso ser verdade, deveríamos supor que o Ministério da Educação não tinha conhecimento sobre os cadernos construídos na sua gestão, ou que deixou chegar um material errado nas mãos da presidente.

É notável que tal leitura não se sustentou nos anos subsequentes da controvérsia, dado que foram frequentes as associações entre o Partido dos Trabalhadores e o Kit Gay como forma de denúncia e oposição. Por exemplo, Denise Carreira (2015) aponta que, já em 2012, um ano após o cancelamento da distribuição dos materiais, o Kit Gay foi retomado no debate político, dessa vez na campanha eleitoral para a prefeitura de São Paulo. Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores) disputava o pleito com José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira), e dele sofreu a acusação de “fazer apologia ao bissexualismo”, por ter sido Ministro da Educação quando da elaboração do programa.

Anos à frente, na campanha presidencial de 2018, o Kit Gay retornou à cena pública, dessa vez com ainda mais intensidade. Dentre as inúmeras manifestações sobre a polêmica na campanha - seja ela oficial ou não - de Jair Bolsonaro, destaca-se sua entrevista no Jornal Nacional, quando exibiu o livro *Aparelho Sexual e Cia* como parte do programa relacionado ao Partido dos Trabalhadores - informação logo desmentida por grandes canais de comunicação (O Globo, 2018). Esse momento, que se tornou paradigmático da campanha eleitoral, ajuda a compreender a permanência e relevância do Kit Gay como um ator político, em uma controvérsia que já se desenvolve há mais de oito anos. Além da entrevista, foram muitas as referências ao kit durante o pleito presidencial, encaminhando-se por vezes a conteúdos situados no limite entre a paródia e a informação, como na notícia falsa de que o

candidato petista distribuía mamadeiras eróticas em seu governo, com o bico em formato de pênis, nas escolas públicas de São Paulo (Lopes, 2012).

No entanto, o alastramento de informações sobre o Kit Gay - desde o livro que nunca figurou no extinto material do programa Escola sem Homofobia até a mamadeira erótica, por exemplo - suscitam a seguinte pergunta: pode-se, ainda, estabelecer alguma relação entre o Kit Gay, tal qual utilizado como categoria retórica em meios conservadores nacionais (sobretudo no pleito presidencial), àquele financiado pelo Ministério da Educação em 2011?

Na presente revisão bibliográfica, percebemos que, em todos os artigos mapeados, existe um entendimento comum sobre a aproximação das duas nomenclaturas, assumindo o Kit Gay como apelido pejorativo para o Escola sem Homofobia. Por essa via, podemos compreender o primeiro como uma mentira ou deturpação do segundo; ou seja: Kit Gay seria o falseamento dos cadernos anti-homofobia relacionados ao MEC. A lógica fica evidente nas seguintes citações, retiradas dos trabalhos de cada um dos autores aqui mencionados (com destaques nossos):

A notícia, na época, se espalhou pela internet e se transformou em assunto polêmico para os que apoiavam e para os que repudiavam o kit, que **ganhou o apelido de “Kit Gay”** – um termo bastante pejorativo do material. (Silva, 2015, p. 58)

Esse material [Escola sem Homofobia] foi **batizado pejorativamente** pelo Deputado Jair Bolsonaro **de “kit gay”** – conforme explicação do Deputado Vilalba, em discurso do dia 26/05/2011. O “kit gay” foi objeto de 47 discursos no ano de 2011. (Lacerda, 2016, p. 9)

Como a segunda parte deste ensaio é dedicada a analisar mais especificamente a esfera jurídica, trataremos aqui, brevemente, da suspensão do material pedagógico, **apelidado** pelos seus simpatizantes de “kit anti-homofobia” e **pelos seus detratores de “kit gay”** (Nardi, Rios & Machado, 2012, p. 256).

Além de conter uma série de medidas para combater o preconceito contra a livre escolha sexual, também fazia parte da estrutura do Projeto Escola sem Homofobia a distribuição às escolas da rede pública de um chamado Kit de Combate à Homofobia nas Escolas, **também encontrado pelo nome de:** “Kit Contra a Homofobia” ou “Kit Anti-homofobia” ou **“Kit Gay”** (Oliveira Júnior & Maio, 2017, p. 133)

A coleção [Escola sem Homofobia] ficou conhecida na mídia como **o chamado “kit gay”**, depois do pronunciamento do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) no

Congresso Nacional em novembro de 2010, logo após as eleições (Carreira, 2015, p. 232).

Percebemos, assim, uma estabilização performada pelos trabalhos acadêmicos acerca da presente controvérsia - que, de certa forma, nem chega a ser considerada propriamente como uma controvérsia, nos termos latourianos. Pelo contrário, vemos que a conexão entre as duas nomenclaturas é tomada linearmente, de modo que não haja dúvidas ou questionamentos para a compreensão de ambas. Constata-se, portanto, um fechamento semântico para o Kit Gay nesses artigos: sabemos que ele é uma farsa, um apelido calunioso para um projeto verdadeiro financiado pelo Ministério da Educação.

No entanto, se tomamos o desenvolvimento da controvérsia até o ano de 2018 - quando o livro utilizado para anunciar os perigos do Kit Gay sequer constava no programa Escola sem Homofobia -, poderíamos continuar assumindo apenas essa relação de continuidade entre os dois entes? Quando o então candidato à Presidência da República anuncia os perigos de um suposto o kit, atrelado discursivamente ao que nomeia como “ideologia de gênero”, estaria ele, ainda hoje, dizendo respeito ao mesmo material há oito anos desativado? Será que, ao delimitarmos uma conexão *a priori* entre as duas nomenclaturas, não acabaríamos por perder a complexidade desse estranho objeto que é o Kit Gay? Será que estamos, de fato, falando sobre a mesma coisa?

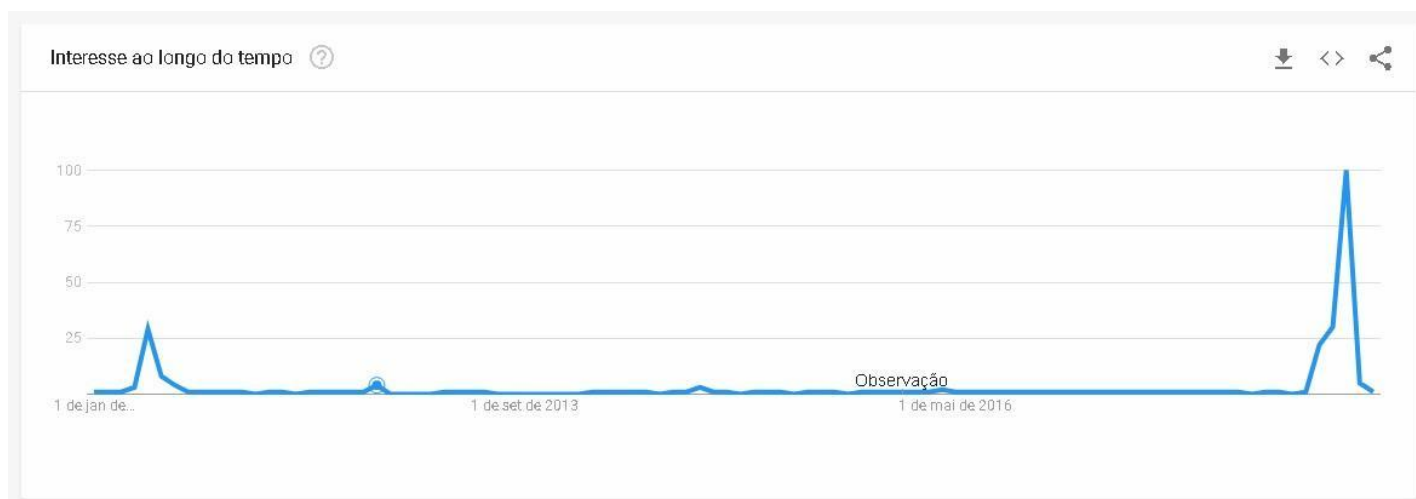
2.3 Método

Para responder a essas perguntas, proponho-me a traçar linhas de conexão entre os oito anos que dividem a polêmica em relação ao Kit de Combate à Homofobia, com início em 2011, se estendendo até 2018, quando das eleições presidenciais. Na delimitação dessa rede, busco seguir os atores que se articulam no desenvolvimento da controvérsia, em cada um desses anos, a fim de compreender por essa via o modo como se estabelecem, no presente, as disputas em torno da verdade sobre o Kit Gay.

Como inserção nessa teia de controvérsias, utilizo a ferramenta *Google Trends*, disponível na plataforma *Google*, que atua na elaboração de gráficos acerca da frequência com que um termo é procurado nesse *site*. A busca pode ser personalizada em termos de data, idioma e lugar onde as pesquisas são realizadas. Também é possível delimitar os critérios de procura entre pesquisas na *web* em geral, pesquisas de notícias, de imagens, de compras ou no *Youtube*. Dessa forma, aponta um panorama geral de interação dos usuários com

determinados conteúdos ao longo do tempo, a partir do qual se pode formular hipóteses e conexões a eventos e questões sociais ocorridas em determinado período e região.

Assim, a busca inicial que realizei na ferramenta parte do descritor “Kit Gay”, com período de abrangência circunscrito entre janeiro de 2011 e dezembro de 2018, em todo território brasileiro. A pesquisa é delimitada pelo número de buscas na web em geral a partir da página principal da plataforma *Google*. O gráfico gerado aponta dois picos de interesse: em primeiro lugar, o mês de outubro de 2018, com o número máximo de buscas (100%) e, em seguida, maio de 2011, com 25% de interesse em relação ao número máximo. Além disso, há uma pequena elevação de 4 pontos percentuais em outubro de 2012 e uma de 3 em outubro de 2014, como mostra a figura:



Essas estatísticas podem auxiliar na compreensão de alguns fenômenos sociais. Primeiramente, é notável que o interesse acerca do Kit Gay se dá em maior nível nos períodos em que ocorreram as duas grandes polêmicas: a divulgação do Escola sem Homofobia, em 2011, e as eleições de 2018. No entanto, o aumento de interesse sobre materiais da *web* em geral em outubro de 2012 e 2014 pode ser associado a fatos que ocorreram nesses dois momentos: eleições municipais e federais, respectivamente. Como já mencionado, Fernando Haddad concorria em 2012 à prefeitura da cidade de São Paulo com José Serra, que apontou o envolvimento do ex-ministro com o Kit Gay durante a campanha.

De todo modo, se o gráfico permite o entendimento de que o interesse geral pelo Kit Gay em buscas na plataforma *Google* se dá majoritariamente em dois momentos, não se pode afirmar que, entre esses anos, a polêmica estabilizou-se ou deixou de ser gestada no âmbito

virtual. Pelo contrário, observa-se uma mudança significativa entre os atores que compõem a controvérsia em 2011, quando repercutia midiaticamente o material financiado pelo Ministério da Educação, e, em 2018, na eleição que levou Jair Bolsonaro à Presidência da República. Por exemplo, em relação aos vídeos educativos que compunham o kit de combate à homofobia, que tomaram centralidade no primeiro momento, mas não foram sequer citados em campanha por seus opositores oito anos após a apresentação do material. Nesse segundo período da controvérsia, apontado pelo pico de interesses de pesquisas no Google, o material de destaque passou a ser sobretudo o já mencionado livro *Aparelho Sexual e Cia.*

No intento de seguir tais mudanças e entender o modo como essa polêmica é performada no presente, delimito aqui os procedimentos para realização do mapeamento de controvérsias sobre o Kit Gay. Como aponta Venturini (2010) tal metodologia não fornece ferramentas específicas ou já determinadas para o acompanhamento de um objeto de estudo, permitindo a inventividade ao formular técnicas de realização para uma pesquisa, mas mantendo o objetivo prático que fundamenta epistemologicamente tal modo de investigação: reconhecer a agência dos atores e perseguir a forma como eles se conectam a outros atores, formulando assim uma rede de compreensão para determinado fenômeno social.

Por essa via, o método aqui construído se dá pela análise de materiais online divulgados ao longo dos oito anos de edificação das controvérsias do Kit Gay. Objetivando um panorama amplo e diverso sobre tais, analiso ao menos cinco publicações de cada um desses anos - 2011 a 2018 -, atentando para os atores articulados e suas modificações ao longo do tempo¹⁶. Ao todo, compuseram o mapeamento 30 notícias, 14 colunas de opinião, 7 vídeos no *Youtube*, 3 documentos de órgãos governamentais, 3 *tweets* e 4 materiais de outros tipos - somando 61 publicações mapeadas. Todas essas estão referenciadas ao final da dissertação, dispostas em 6 tabelas organizadas conforme sua ordem cronológica de divulgação, seguidas dos respectivos *links* de acesso.

A escolha de materiais gerais disponíveis na internet - sejam eles referentes a jornais, *blogs*, canais do *Youtube*, entre outros - ao invés de portais específicos de notícias se dá pelo reconhecimento de que, no âmbito virtual, os modos de conhecimento excedem os canais tradicionais de informação, bem como apontado por Latour (2016) sob a ideia de uma “planificação de autoridade sobre a verdade”. A partir dessa perspectiva, me interessa

¹⁶ O número mínimo de cinco publicações contempla aquelas selecionadas inicialmente e também as acessadas pelo movimento da pesquisa - por exemplo, quando realizo uma nova busca para perseguir mais informações acerca de algum elemento presente em um material analisado.

acompanhar o trânsito da informação pela internet, de modo a perseguir não apenas performances específicas que a verdade assume em cada um dos núcleos analisados, em imagens de estabilização, mas também o modo como essas se constituem em constante movimento, na passagem de um portal para outro.

Por essa via, a efetuação do mapeamento deu-se em uma espécie de “praxiografia virtual” (Mol, 2002), de modo que se apresentem, nos capítulos seguintes, não apenas os conteúdos referentes aos materiais - dizendo respeito a momentos particulares da controvérsia -, como também as suas cadeias de tráfego. Assim, os resultados são exibidos na via de uma descrição minuciosa do exercício da pesquisa, visando a contemplar o cruzamento das informações em diferentes *sites* e prestando atenção, também, nos pequenos detalhes: como uma mudança de título, uma republicação, uma alteração no texto original de uma matéria, entre tantos outros.

O acesso às publicações se deu, inicialmente, a partir da busca pelo descritor “Kit Gay” na ferramenta de pesquisas gerais na internet da plataforma *Google*. É interessante, por essa razão, explicar como funciona o mecanismo de apresentação de resultados disponível no *site*. Na página institucional “Como funciona a pesquisa” (Google, 2019), delimita-se a exibição e organização dos resultados a partir de três critérios: Rastreamento e Indexação, Algoritmo da Pesquisa e Respostas Úteis.

O primeiro desses itens diz respeito a uma teia de conexões entre as bilhões de páginas que compõem a internet. O rastreamento, dessa forma, se dá por programas de computador que seguem os *links* disponíveis de um *site* para outro, em uma forma de localizar a informação na rede. Os próprios *sites* fornecem os conectores por onde segue esse processo, além de poderem, a partir de uma ferramenta disponibilizada pelo *Google*, delimitar com maior precisão os *links* por eles direcionados, e até mesmo desativar totalmente esse recurso, caso prefiram.

Os algoritmos da pesquisa, por sua vez, são uma série de regras que organizam e filtram as buscas, seja pela análise de palavras - reconhecendo sinônimos ou erros de digitação -, classificação de páginas úteis - envolvendo a data de criação do conteúdo, o número de vezes em que a palavra chave é repetida, a quantia de acessos da página - e interpretação do texto - relacionada também ao histórico de pesquisa realizado naquele buscador. É importante atentar que a relação da conta *Google* na qual a busca é efetuada, o computador que realiza a navegação, ou até mesmo a cidade e o país onde ele está situado são

indissociáveis do processo de pesquisa, de modo a não existir posição neutra na utilização da ferramenta.

Além disso, as Respostas Úteis descritas pela página apontam 1.600 melhorias realizadas a partir do ano de 2016 para a apresentação de resultados mais satisfatórios ao usuário. Dentre elas, destacam a criação de um banco de dados próprio da ferramenta, a incorporação de rotas de trânsito na plataforma, o uso de respostas diretas para perguntas feitas no buscador e a criação de listas inteligentes. Da mesma forma, todas essas melhorias se relacionam com o padrão de buscas do computador, a conta conectada, a região onde se realiza a pesquisa, entre outros aspectos.

Por essa razão, não existe local neutro de introdução na rede *Google*. Seria impossível filtrar meu envolvimento na *web* tentando a uma busca imparcial, dado que essa parcialidade compõe a própria organização da ferramenta para disponibilizar e agrupar seus resultados - de modo que um “computador neutro” precisaria estar, literalmente, em “lugar nenhum” do mundo. Assumo desta forma um lugar posicionado na rede, à medida que a informação que tenho acesso é também influenciada algoritmicamente pelos conteúdos com os quais me relaciono usualmente em meu computador.

Além disso, o imperativo de imparcialidade frente ao objeto de pesquisa contradiz a própria metodologia empregada neste estudo, que parte, sobretudo, da capacidade do pesquisador em criar uma rede no fluxo de atores por ele perseguido. Tal qual propõe Haraway (1995), a neutralidade da investigação não só é impossível como também é contraproducente para uma pesquisa, dada a não existência de um ponto transcendental e isento de acesso à realidade. O lugar de onde se olha para um fenômeno, assim, também é um elemento a ser considerado na elaboração de resultados sobre ele, sendo importante sua demarcação e descrição a fim de constituir uma política do olhar.

Sob tais pretextos, a fim de selecionar as publicações, configurei a pesquisa *Google* para o ano específico de busca e escolho entre os resultados apresentados alguns materiais sobre o Kit Gay. A seleção para tais parte de três critérios: primeiramente, a pluralidade. Em um mesmo ano, considero portais vinculados a ideologias diversas, a fim de que o panorama sobre a controvérsia se torne mais rico em conteúdos. Em segundo lugar, elenco publicações que me fornecem reflexões sobre o desenvolvimento da controvérsia - ou seja, que podem ser situadas como materiais relevantes para acompanhar as dinâmicas do Kit Gay. Por fim, o critério de disseminação, mapeando publicações que tiveram alto índice de compartilhamento

em sites como *Facebook* e *Twitter*. Para delimitar tal difusão, lanço mão da ferramenta *Social Animal*, que mapeia a porcentagem de engajamentos que determinado conteúdo obteve nas duas referidas redes sociais; ou seja, uma média para seus *likes*, compartilhamentos, comentários e outras formas de interação (Carvalho & Bragança, 2016). Pesquisando o descritor Kit Gay, por exemplo, essa ferramenta expõe, no intervalo de tempo selecionado, os *links* jornalísticos de maior interação em ambas as plataformas, informando uma média de engajamentos para cada uma delas. O *site* também fornece resultados sobre as redes sociais *Pinterest* e *Reddit*, mas essas não foram consideradas durante a pesquisa dado o seu baixo índice de difusão.

É importante frisar, no entanto, que esse procedimento só funciona em relação a materiais que foram amplamente divulgados, de modo que, nos anos 2013 a 2016 - que, como visto, não participaram dos picos de interesse sobre a controvérsia mapeada -, não há *links* expostos pelo *Social Animal*, mesmo que, em contrapartida, se possa acessar inúmeras páginas com o mesmo descritor e delimitação temporal na plataforma *Google*. Além disso, os resultados expostos pelo portal restringem-se aos de cunho jornalístico, de modo que tal delimitação tornaria expressivamente menor a abrangência deste mapeamento. Por essa razão, a ferramenta específica é utilizada apenas como auxiliar em relação à busca de resultados gerais no *Google*, e não como eixo central da metodologia empregada.

Sob tais considerações, dou encadeamento ao mapa de controvérsias. Os resultados desse empreendimento são expostos no próximo capítulo, demarcados pelo ano de produção dos conteúdos analisados. Em cada um, delimito os materiais mapeados, explicitando, quando há, o grau de interação informado pela ferramenta *Social Animal*, buscando reconhecer em cada um deles os atores articulados na controvérsia e como, ao longo do tempo, esses foram se transformando até o quadro presente de performance do Kit Gay.

3. Um Mapa

No presente capítulo, são descritos os movimentos de inserção na rede de controvérsias realizados para esta pesquisa e a busca pelas conexões entre os atores que a compõem. Cada ano mapeado é apresentado em um dos próximos subitens, nos quais os objetos do estudo são organizados em ordem cronológica - com algumas rupturas em situações nas quais uma informação me instiga a buscar referências em outros veículos. No último subitem, descrevo as linhas gerais de movimentação do Kit Gay acompanhadas no percurso da investigação, já articuladas aos referenciais teóricos escolhidos, a fim de

desenvolver reflexões sobre a controvérsia e o que ela pode nos informar sobre a verdade e suas disputas.

Como informado na metodologia, optei por realizar uma descrição minuciosa dos materiais que compõem o mapeamento, para que as reflexões deles decorrentes sejam acompanhadas no relato de minhas ações em rede. Seria possível apenas apresentar os resultados, informando a que matéria se refere cada observação - o que tornaria este capítulo deveras mais conciso e enxuto. No entanto, acredito que a exposição detalhada de cada notícia, coluna, vídeo ou *tweet* seja uma importante ferramenta de compreensão sobre os fluxos informativos na internet. Ainda, descrever o objeto a que se refere a análise auxilia em um entendimento compartilhado para o mesmo: não está em jogo apenas a minha “interpretação” sobre um acontecimento, já que a perspectiva teórica e metodológica assumida propõe a própria perseguição da rede como forma de análise.

Por essa via, tento abrir a “caixa preta” na avaliação dos dados, a fim de que os processos de compreensão estejam explícitos no modo como descrevo cada um dos materiais, em um detalhamento guiado pelas articulações entre os atores componentes. Além disso, a descrição minuciosa permite também ao leitor ou leitora que estabeleça outros caminhos de análise, em outras articulações possíveis para os objetos em questão. Afinal de contas, o mapeamento não visa a resolver ou apaziguar os conflitos; pelo contrário, é justamente no conflito que reside a possibilidade de compreender situações políticas na sua disposição de controvérsia.

3.1 2011

A busca inicial pelo descritor Kit Gay na ferramenta *Google Search* é efetuada no intervalo entre primeiro de janeiro de 2011 até o último dia desse mesmo ano. A primeira matéria analisada chama-se “Bolsonaro critica 'kit gay' e diz querer 'mudar alguma coisa' na Câmara”, divulgada pelo portal G1 dia primeiro de Fevereiro. A publicação diz respeito à eleição da presidência da Câmara dos Deputados, pela qual Jair Bolsonaro concorria como representante do Partido Progressista. Em manifestação no plenário, o deputado defende sua candidatura argumentando os perigos do material ainda em construção, financiado pelo Ministério da Educação, afirmando o dever dos deputados em impedir sua efetivação.

Jovens parlamentares, este ano está sendo distribuindo um 'kit gay' que estimula o homossexualismo e a promiscuidade. Temos de trazer esse tema aqui para dentro,

votar essa questão, e não deixar que o governo leve esse tema para a garotada (G1, 2011).

Nesse trecho, homossexualismo e promiscuidade tomam centralidade na crítica ao kit. Além desses elementos, a matéria aponta dois outros vetores utilizados como argumento para sua eleição à presidência da Câmara: a oposição ao Partido dos Trabalhadores, mobilizada no discurso a partir do Kit Gay e, em seguida, a crítica à Comissão da Verdade, na época ainda um projeto para investigação de crimes cometidos durante a ditadura militar.

"Se eu hoje estou aqui é porque eu quero tentar mudar alguma coisa. Nós queremos resgatar a credibilidade. E uma coisa muito importante. O partido que está no governo é um partido profissional, eles lutam em primeiro lugar para continuar no poder e tudo farão para permanecer no poder", disse, em crítica ao PT, que apoia a candidatura do deputado Marco Maia (PT - RS) (G1, 2011).

Militar da reserva do Exército, Bolsonaro criticou a proposta de criação de uma comissão da verdade para investigar ações ocorridas durante a ditadura. "Na verdade a comissão da verdade é uma comissão da mentira. Sete membros serão do poder Executivo. Eles não querem democracia. Eles querem humilhar ainda mais as Forças Armadas. A comissão da verdade não quer apurar crimes como execuções, não quer apurar carros-bombas. É uma comissão da mentira", declarou (G1, 2011).

A publicação indica que a controvérsia acerca do Kit Gay aparece antes mesmo da divulgação do Escola sem Homofobia, em maio do mesmo ano, visto que a eleição à presidência da Câmara é travada no mês de fevereiro. Nesse sentido, a menção ao Kit Gay é anterior à exposição do material relacionado ao Programa Escola sem Homofobia. Com essa notícia, podemos entender que o Escola sem Homofobia já surge, enquanto elemento retórico de oposição, na forma de um Kit Gay, associado aos perigos da homossexualidade e da promiscuidade.

Além disso, o ato de campanha do então deputado Jair Bolsonaro permite a associação entre os três elementos retoricamente articulados em seu discurso. Tomando como ponto de partida o Kit Gay, o parlamentar traça uma linha narrativa que enuncia a oposição ao Partido dos Trabalhadores - passando da formulação do Kit à sua intenção de permanecer no poder -, e finaliza-se na crítica à Comissão da Verdade, sobretudo por essa, de acordo com sua perspectiva, não levar em consideração as ações de movimentos de oposição à ditadura militar, na figura de carros-bomba.

Nessa direção, já se anunciam, nesse momento inicial, articulações de alguns atores da controvérsia. Jair Bolsonaro figura centralmente como opositor do projeto, conectando-o às ameaças da pedofilia, promiscuidade e “homossexualismo”, em suas palavras. Além disso, propõe uma continuidade entre os perigos do Kit Gay e outras temáticas associadas ao Partido dos Trabalhadores, em especial a Comissão da Verdade, indicando a presente controvérsia como uma canalizadora de oposição a essa organização partidária.

A segunda publicação intitula-se “Projeto de distribuir nas escolas kits contra a homofobia provoca debate”, referente ao dia 12 de maio, também no portal G1. A matéria diz respeito ao mês de divulgação do Plano Nacional de Combate à Homofobia, ainda em sua versão piloto, após seminários envolvendo o Ministério da Educação, educadores, ONGs e membros da sociedade civil. O foco da reportagem centra-se no repúdio ao projeto por deputados, sobretudo Jair Bolsonaro, que havia lançado mão de uma iniciativa contrária ao kit em escolas fluminenses: “Em panfletos distribuídos em escolas do Rio de Janeiro, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) alega que o MEC e grupos LGBT "incentivam o homossexualismo" e tornam "nossos filhos presas fáceis para pedófilos" (G1, 2011). Além disso, o jornal aponta:

No panfleto, Bolsonaro criticou o MEC. O principal alvo foi o que o deputado apelidou de “kit gay” - filmes e cartilhas contra a discriminação sexual, que o MEC deve começar a distribuir nas escolas de ensino médio no segundo semestre. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”, diz o panfleto (G1, 2011).

Em seguida, o texto divulga a opinião de juristas, pedagogos e agentes de movimentos sociais acerca do projeto: alguns pela via da oposição; outros, da defesa. Assim, a temática do Kit Gay é abordada na forma de uma controvérsia, contrapondo perspectivas contrárias e a favor de sua efetivação. Constitui-se um grupo de atores empenhados na defesa do Escola sem Homofobia, que se baseiam na afirmação de uma escola engajada na luta contra o preconceito, sustentada também por critérios técnicos referentes ao documento do projeto, relativos à faixa etária dos alunos a que seriam dedicados os materiais. Nesse sentido, a defesa do Escola sem Homofobia sustenta-se na afirmação de que esse não seria um Kit Gay, negando tal nomenclatura, visto que se trataria apenas de um apelido pejorativo ao material financiado pelo MEC.

Assim, a notícia parece performar o Kit Gay enquanto uma polêmica, travada na disputa entre dois campos de atores - de um lado, aqueles encabeçados pelo deputado Jair Bolsonaro; de outro, acadêmicos, pedagogos e membros da sociedade civil associados aos Direitos Humanos. A querela centraliza-se principalmente em torno das idades a que se dirigiria o projeto, de modo que essa se delimite, também, entre visões e expectativas diferentes acerca da infância. Além disso, o próprio termo Kit Gay entra no conflito, sendo assumido como referência da controvérsia pelo primeiro grupo, mas renegado pelo segundo como um nome falacioso para o projeto em realidade.

A terceira matéria mapeada foi publicada também no *site* G1, sob o título “Governo não fará ‘propaganda de opção sexual’, diz Dilma sobre kit”, datando do dia 23 de maio. Nessa, anuncia-se a decisão da Presidente da República em cancelar a distribuição dos kits financiados pelo MEC, visto que neles haveria uma intromissão na vida privada das pessoas. A notícia conta com esclarecimentos de Fernando Haddad, então Ministro da Educação, apontando o descontentamento da chefe do Executivo quanto ao projeto, bem como a sua possível reformulação. Ainda, ele explica que “o kit anti-homofobia ainda não tinha sido aprovado pelo comitê de publicações do Ministério da Educação” (G1, 2011), de modo que a controvérsia tenha se dado em torno de um material ainda não pronto para ser efetivado.

Por fim, o jornal aponta uma associação entre a renúncia do kit a uma outra questão em cena na época: a evolução patrimonial do então Ministro-Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci:

Diante da decisão de Dilma, o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PR-RJ), que participou da reunião com Carvalho, afirmou que estão suspensas as medidas anunciadas pelas bancadas religiosas em protesto contra o "kit anti-homofobia". Em reunião, os parlamentares haviam decidido colaborar com a convocação do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para que ele explique sua evolução patrimonial. O ministro Gilberto Carvalho negou ter pedido que os parlamentares desistissem de trabalhar pela convocação de Palocci diante da decisão da presidente sobre o "kit anti-homofobia" (G1, 2011).

A mesma associação é feita sob forma de denúncia em matéria do periódico *Estadão*, publicada também no mês de maio: “O kit foi usado como moeda de troca para evitar a investigação do ministro Antonio Palocci, desgastado com suspeitas em torno de sua

evolução patrimonial nos últimos quatro anos” (Estadão, 2011). Dessa forma, a equivalência entre as publicações indica um ator a ser perseguido nessa cadeia de controvérsias.

Para acompanhar a teia, realizo uma outra pesquisa no buscador *Google*, referente ao mês de maio de 2011, com o descritor “Antonio Palocci”. A primeira matéria exibida, referente ao portal G1, foi divulgada dia 16 de maio, 10 dias antes do cancelamento dos cadernos Escola sem Homofobia, e aponta uma evolução patrimonial do ministro, que não correspondia com seu salário. O último parágrafo da notícia indica o contexto de crise entre parlamentares e o governo:

A oposição pediu explicações ao ministro. O líder do Democratas na Câmara, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, disse que o partido vai apresentar um pedido de convocação do ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, à comissão de fiscalização e controle da câmara. O PPS afirmou, em nota, que vai pedir que a Receita Federal investigue e solicite esclarecimentos ao ministro. Já o presidente do PSDB, Sérgio Guerra, disse que Palocci deve explicações públicas (G1, 2011).

Na mesma busca, encontro a notícia “Após pressão contra Palocci, governo suspende kit anti-homofobia do MEC”, publicada dia 25 de Maio pelo portal UOL Educação. O periódico aponta que a bancada evangélica havia ameaçado o executivo com a possível chamada de Palocci para depor sobre sua evolução patrimonial, bem como a abertura de uma CPI na área da Educação caso o Escola sem Homofobia fosse levado a cabo pelo MEC. Tal informação é desmentida pelo Secretário Geral da República, Jader Carvalho, que afirma não haver “toma lá, dá cá” entre essas decisões. No entanto, o material expõe uma frase do deputado Anthony Garotinho (Partido da República) que permite a associação entre as duas polêmicas:

Já o deputado Anthony Garotinho afirmou: "todas as decisões que tínhamos tomado ontem, obstrução, criação de CPI do MEC e a convocação do ministro Palocci, estão suspensas com o compromisso que o ministro assumiu [de suspender o kit e colocar as bancadas nas discussões do material sobre costumes] e não com o pedido deles". Na sessão de ontem, Garotinho já havia sugerido a ameaça: "Hoje em dia, o governo tem medo de convocar o Palocci. Temos de sair daqui e dizer que, caso o ministro da Educação não retire esse material de circulação, todos os deputados católicos e evangélicos vão assinar um documento para trazer o Palocci à Câmara", afirmou à Agência Câmara (UOL, 2011).

A partir dessas informações, não se pode, precipitadamente, apontar que a discussão sobre o enriquecimento ilícito do então ministro tenha funcionado como causa para o efeito de cancelamento do programa financiado pelo MEC. No entanto, é possível relacionar tais disputas enquanto um campo de tensionamentos, que tornou mais frágil a relação entre Executivo e Legislativo, de modo que o segundo pudesse operar persuasivamente em relação às deliberações do primeiro. Nesse sentido, a matéria do G1 fornece importantes referências de análise para a efetivação do Kit Gay enquanto dispositivo retórico de oposição ao governo de Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores - articulação já efetivada na primeira matéria analisada no presente mapeamento.

O que se vê na declaração de Rousseff para a suspensão do Escola sem Homofobia - "Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais nem de nenhuma forma nós podemos interferir na vida privada das pessoas" e "Eu não assisti aos vídeos. Mas não concordo com um pedaço que eu vi na televisão, passado por vocês. É uma questão que o governo vai revisar" (Estadão, 2011) - é justamente a associação entre o programa financiado pelo Ministério da Educação ao Kit Gay divulgado pela oposição. É notável, dessa forma, que a argumentação da Presidente da República é oposta a dos defensores do programa mapeados pela segunda notícia: não de oposição entre o Kit Gay e o programa anti-homofobia, mas sim a afirmação de que os dois, de fato, significavam a mesma coisa.

Além disso, a matéria do Estadão finaliza com a retomada de dois acontecimentos anteriores à referida polêmica, associadas ao seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, a decisão por unanimidade do Supremo Tribunal Federal de reconhecimento do status "família" para as uniões estáveis compostas por casais do mesmo sexo. A publicação aponta que tal deliberação foi acompanhada do questionamento sobre se essa era uma função do Poder Judiciário ou Legislativo - respondida pelo Ministro Gilmar Mendes, que acusava o parlamento por "inércia, de não decisão por razões políticas" (Estadão, 2011). Ainda, o jornal relembra o Projeto de Lei 122, de autoria da então deputada petista Iara Bernardi, que previa a criminalização da Homofobia, encontrando-se hoje arquivado.

Com esse panorama, adicionamos alguns atores à controvérsia mapeada: a relação tensa entre legislativo e executivo, delineada aqui em dois principais aspectos - a oposição ao Escola sem Homofobia e o enriquecimento ilícito do ministro Antonio Palocci, que parece ter servido de substrato de persuasão para os deputados opositores ao projeto. Ainda, a matéria

do Estadão permite associar a controvérsia a atores do passado, por ela reavivados: o PL 122 e a decisão do STF, que repercutiu negativamente na Câmara dos Deputados, sobretudo em relação à ala conservadora.

O quarto material mapeado é aquele informado pela ferramenta *Social Animal* com o maior número de engajamento nas redes *Twitter* e *Facebook* - contando com cerca de dois mil compartilhamentos na primeira e 800 mil na segunda. Trata-se da matéria “Haddad afirma que o ‘Kit gay’ será reformulado e lançado até fim do ano”, publicado dia 28 de maio pelo portal Gospel Prime - página de divulgação da fé neopentecostal, com mais de 600 mil seguidores no *Facebook*. Refere-se, na página, que o texto contém informações provenientes da Revista Veja, com um *link* para a matéria original.

Na publicação do Gospel Prime, afirma-se que, frente a suspensão da cartilha Escola sem Homofobia pelo governo Rousseff, o ministro teria afirmado que esse seria reformulado e reenviado a professores da rede pública até o final daquele ano. Ainda, aponta novamente o contexto de crise entre legislativo e executivo como motivo para o cancelamento do programa:

Nessa data o material já havia sido suspenso pela presidente Dilma Rousseff depois da pressão que a bancada evangélica e católica fizeram no governo, ameaçando até convocar o Ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para depor sobre seu enriquecimento atípico nos últimos quatro anos (Gospel Prime, 2011)

A partir do *link* disponível na publicação, dirijo-me ao texto original que serviu de fonte para o Gospel Prime, disponível na página virtual da Revista Veja. A matéria intitula-se “Governo Dilma: ‘Kit gay’ será reformulado e lançado até fim do ano”, tendo sido publicada na mesma data da notícia em análise. Antes das primeiras linhas do texto, há menção a uma decisão editorial para a troca de título da matéria, efetuada cinco meses após a sua publicação: “Esta matéria, publicada em maio de 2011, foi atualizada no dia 13 de outubro de 2018 para a inclusão no título da expressão ‘Governo Dilma’” (Veja, 2011). As informações replicada no portal Gospel Prime referem-se sobretudo aos primeiros parágrafos do texto:

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira em São Paulo que o controverso kit anti-homofobia será reformulado e enviado a professores da rede pública de ensino até o fim deste ano. O anúncio acontece um dia depois de a presidente Dilma Rousseff criticar o conteúdo do material, que ainda está em fase de

avaliação pelo MEC. De acordo com Haddad, os vídeos do projeto serão refeitos e distribuídos a professores do ensino médio de escolas onde houver registro de casos de homofobia (Veja, 2011).

O ministro afirmou que ainda está em discussão se serão mantidas as diretrizes que guiaram a formulação do material. “Essa será uma discussão técnica, que contará com a participação de especialistas no assunto”, disse Haddad, que esteve em São Paulo para a inauguração do Campus de Osasco da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) (Veja, 2011).

É interessante apontar que o texto original da revista *Veja* é, de acordo com a plataforma *Social Animal*, o segundo *link* com maior engajamento nas redes sociais *Twitter* e *Facebook*, somando ao todo mais de 300 mil engajamentos. Nesse sentido, a troca de título, mencionada antes da matéria, parece indicar um interesse em relacionar o Kit Gay com a então Presidente da República, não apenas ao seu ministro, corroborando com a impressão inicial de que a oposição ao Partido dos Trabalhadores é um agente importante na performance dessa controvérsia.

Além disso, pode-se perceber que, ao contrário das publicações anteriormente mencionadas, referentes aos *sites* G1 e Estadão, essas duas matérias são as únicas em que o Kit Gay aparece assumido no título, e não apresentado na forma de uma tensão ou conflito. Ainda assim, é notável que as palavras aparecem entre aspas, seja no texto original ou na republicação, indicando que o termo se refere a um apelido para o projeto Escola sem Homofobia financiado pelo MEC e cancelado pela Presidência da República. De todo modo, a estabilização desse nome no título demonstra que, para tais veículos, o programa em questão podia, sim, ser linearmente associado a um Kit Gay.

O quinto material mapeado é um vídeo disponível na plataforma *Youtube* de nome “Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) - Kit Gay”, divulgado em 7 de julho de 2011 pelo canal ParlaTube Brasil. Esse conta com cerca de 4.000 visualizações, 60 avaliações positivas e 14 comentários. Os números indicam uma baixa popularidade para a publicação; no entanto, seu conteúdo aponta importantes caminhos de análise para a presente controvérsia. Trata-se de um pronunciamento do parlamentar Jair Bolsonaro na Câmara Federal contrário ao Kit Gay. Nele, Bolsonaro afirma primeiramente seu histórico de oposição ao projeto, rememorando um pronunciamento realizado em novembro do ano anterior (2010), o que corrobora com o entendimento de que o Kit Gay antecede a apresentação do Escola sem Homofobia.

Em seguida, a fala do deputado centra-se na Segunda Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que seria realizada em Brasília em Dezembro de 2011. Sua crítica inicia-se pela verba pública destinada ao evento: “Essa conferência contará com 800 homossexuais, e toda a despesa com deslocamento, hospedagem e alimentação ficará por conta de você, contribuinte”. Na sequência, Bolsonaro cita alguns itens que seriam debatidos na conferência, como a inclusão da população LGBT em programas de alfabetização nas escolas públicas, chamada por ele de “cota para professor homossexual”, e a classificação como inadequadas para obras voltadas ao público infantil que apresentam conteúdos homofóbicos, ao que ele complementa: “Se não tiver dois homens ou duas mulheres como casal, é tido como homofóbico. Tá aí o Kit Gay 2”.

Essa afirmação é relevante, aqui, para acompanhar o movimento do Kit Gay em relação ao Escola sem Homofobia. Para o deputado, o Governo Federal havia suspenso um programa por ele nomeado como Kit Gay 1, enquanto a conferência em questão passa a ser nomeada de Kit Gay 2. Nesse sentido, o programa abandonado é referido em sua manifestação pelo número “1”, enquanto o significante “Kit Gay” permanece na referência a outra situação, enunciada pelo número “2”. Dessa forma, efetua-se uma separação discursiva entre o Kit Gay e o Escola sem Homofobia, dado que o Kit Gay passa a delimitar outros eventos que não aqueles referentes ao projeto custeado pelo Ministério da Educação.

Dada a menção do deputado, pesquisei no buscador *Google* sobre a referida conferência, e encontro seu caderno de anais, publicado em dezembro de 2011, com a transcrição das falas proferidas durante o encontro. Há citação do Kit Gay no documento apenas na transcrição da conferência de Luis Mello, professor da Universidade Federal de Goiás. Mello retoma a polêmica de recuo na confecção do Escola sem Homofobia, em um tom crítico à postura do Governo Federal. Ele afirma:

Estive ontem na abertura desta Conferência e também estive na abertura da de 2008. Confesso que lamentei profundamente algumas ausências e quero registrá-las. Eu lamento a ausência da Presidenta Dilma Rousseff. Lamento que ela não tenha nos enviado uma carta de saudação, ou um vídeo, qualquer coisa. Eu lamento que o Ministro da Saúde não tenha vindo, após ter lançado um documento tão bacana, como é a Portaria da Política Nacional de Saúde Integral para a População LGBT. Lamento o Ministro da Educação não ter vindo para nos dar explicações pessoalmente de por

que o kit anti-homofobia não foi aprovado. E lamento, profundamente, o Ministro Gilberto Carvalho não ter usado a palavra para nos explicar por que ele negociou com setores religiosos fundamentalistas o veto do kit. Por fim, lamento que o representante do Ministério do Trabalho não esteja na Mesa hoje (Mello, 2011).

Se conectarmos os anais à denúncia proferida por Bolsonaro, é interessante notar a ausência de representantes do governo no evento, que havia sido organizado pela deputada petista Maria do Rosário, sobretudo no contexto de crise entre o parlamento e a presidência. Não se pode, como já dito, relacionar linearmente os fatos enquanto causa e consequência, mas é de todo modo notável a ausência de representantes do Governo Federal em uma conferência realizada em Brasília, por uma parlamentar do mesmo partido de Rousseff, que debateria, justamente, as ações executivas quanto à população LGBT. Tal circunstância remete à proposição de Oliveira Júnior e Maio (2017), apontando a deliberação sobre o Escola sem Homofobia como um marco inicial na cultura do *desagendamento* nas políticas públicas federais quanto às temáticas de Direitos Humanos.

Retomando o vídeo, outras frases também são consideráveis para o delineamento da controvérsia. Nelas, Bolsonaro opõe-se ao PSOL - Partido Socialismo e Liberdade -, apelidando-o de “Partido da Solidariedade e da Homoafetividade”. A crítica se estabelece em função de uma representação mobilizada pelo partido na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados contra o parlamentar, acusado de homofobia. “Vocês tem um deputado que se orgulha de ser gay e outro que arrecada milhões para Kit Gay e para movimento LGBT”, e ainda: “um partido que não tem qualquer respeito com a família, os bons costumes, com a religião, com a moral”. Por fim, Bolsonaro pede aos deputados que estariam de acordo com sua denúncia que se mobilizem junto a ele para o cancelamento da conferência.

Nos comentários desse vídeo, vê-se manifestações de apoio a Bolsonaro e críticas ao Kit Gay, sobretudo com tom homofóbico: “FAMILIA LGBT É O PIOR TIPO DE FAÍLIA PARA UMA SOCIEDADE. ALIÁS, ISSO NEM É FAMÍLIA. PORRA!!!”. Além disso, é notável que alguns comentários já parecem se inserir em um contexto de campanha eleitoral, afirmando apoio a uma possível candidatura de Bolsonaro para a Presidência da República, como em: “Por um Brasil decente, Bolsonaro presidente!” e “Presidente da República Federativa do Brasil e Jair Messias Bolsonaro e Marco Feliciano seu vice presidente nas eleições presidenciais de 2018”, publicados nos anos 2011 e 2016, respectivamente.

A análise do vídeo permite delinear a conexão entre alguns atores: em primeiro lugar, Jair Bolsonaro parece encenar, mais uma vez, o Kit Gay enquanto elemento de mobilização

contrária ao PT. Além disso, seu discurso performa uma continuidade entre tal partido, a referida conferência e o PSOL - que, naquele ano, havia eleito Jean Wyllys, o primeiro parlamentar assumidamente homossexual do Brasil. É interessante notar que, já aqui, atores empenhados na crítica à renúncia do projeto por Rousseff passam a ser englobados como parte do próprio projeto: se a Conferência apresentava alguma oposição ao PT pelo cancelamento, bem como fazia Jean Wyllys na época, o discurso de Bolsonaro os torna parte justamente daquilo que criticavam o Governo Federal por não levar a cabo. Assim, vemos um alargamento semântico em torno do Kit Gay, que, além de incorporar novos atores, também expande aquilo que pode ser compreendido por seu nome, tal qual a II Conferência LGBT, assumida pelo parlamentar como Kit Gay 2.

Nesse sentido, o panorama mapeado em relação ao ano de 2011 aponta o seguinte delineamento da controvérsia: inicialmente, vemos que o Kit Gay surge como nomeação do Escola sem Homofobia antes de sua apresentação ao Congresso, de modo que esse já surja em meio à controvérsia e oposição parlamentar. Por essa via, é possível notar que a apresentação do programa cumpre o papel de materializar os riscos que já eram inerentes e anteriores a ele. Assim, o Kit Gay vai dando indícios de ter, desde seus primórdios, uma vinculação não linear a qualquer material didático-pedagógico, o que demonstra sua abrangência para além das discussões acerca da cartilha custeada pelo MEC.

Ainda, acompanhamos que o principal vetor de críticas ao projeto é o deputado Jair Bolsonaro, que o relaciona especialmente à promiscuidade, ao homossexualismo e à pedofilia. Além disso, notamos que a polêmica estende-se à oposição ao Partido dos Trabalhadores, como visto na articulação discursiva entre o Kit Gay e a Comissão da Verdade, bem como na mudança de título efetuada pela Revista Veja, que passa a associar a controvérsia à Presidência da República, na figura de Dilma Rousseff, e não apenas de seu ministro, Fernando Haddad.

As matérias apontam uma tensão entre Legislativo e Executivo, na qual as denúncias de enriquecimento ilícito do ministro Antonio Palocci aparecem como elemento persuasivo do primeiro contra o segundo. Nesse momento, vemos a decisão da Presidência da República em cancelar o material ainda não aprovado, atitude apontada nos veículos de comunicação como decorrência da polêmica envolvendo o ministro. Surgem também dois novos atores referentes ao passado: o PL 122, arquivado no Congresso, e a decisão do STF em reconhecer a união estável entre casais homossexuais, que gerou desavença entre os deputados conservadores.

Notamos ainda uma diferença entre veículos acerca do modo de apresentação da controvérsia. Kit Gay, para os portais Veja e Gospel Prime, parece não ser um elemento de dúvida ou tensão, já estando assumido entre aspas nos títulos de suas publicações. As aspas, no entanto, relacionam-se com o texto à medida que significam, como termo pejorativo, o projeto abandonado por Rousseff. Dessa forma, para essas duas plataformas, Kit Gay é uma interpretação depreciativa do Escola sem Homofobia.

Com o último delineamento, percebemos o descolamento entre a ideia de um Kit Gay em relação ao projeto custeado pelo MEC a que era inicialmente associada. Quando Bolsonaro aponta como Kit Gay 2 uma conferência, esse atua na ampliação do que pode ser entendido enquanto Kit Gay: não mais um evento específico, mas um *tipo* de evento, delimitado pela presença de conteúdos referentes à orientação sexual e à identidade de gênero. Nesse momento, são retomadas as questões da infância, que operam como interdição moral para a ação executiva à medida que a relaciona com pedofilia e promiscuidade. Por fim, notamos a adição do PSOL nas associações ao Kit Gay, sobretudo pela figura de Jean Wyllys, deputado homossexual que recém havia ingressado na Câmara.

3.2 2012

Na inserção na rede de publicações sobre o Kit Gay no ano de 2012, elenco como primeiro *link* do mapeamento a notícia do periódico G1 “Materiais didáticos 'não vão resolver' homofobia, diz ministro da Educação”, referente ao dia 14 de março. Nessa, acompanhamos o pronunciamento do novo ministro, Aloizio Mercadante, especialmente a partir de uma fala dirigida ao parlamentar Jean Wyllys durante a reunião da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, na Câmara dos Deputados. Em sua alegação, o representante do MEC afirma o problema do preconceito nas escolas, argumentando que jovens “voltariam para casa humilhados” em função da homofobia. No entanto, refere que um material didático “não resolveria” a questão, de modo que fosse necessária uma pesquisa para amparar a construção do diálogo em respeito à diversidade no âmbito escolar.

Em seguida, a notícia rememora a polêmica envolvendo o Escola sem Homofobia no ano anterior, enfocando a suspensão promovida por Rousseff e a polêmica travada entre a câmara e o executivo:

Em maio de 2011, a presidente Dilma Rousseff suspendeu o projeto de produção e distribuição de material didático sobre homofobia para estudantes do ensino médio na rede pública. O chamado "kit anti-homofobia", também popularizado como "kit gay", era composto por três vídeos acompanhados de apostilas voltadas aos professores e estava sendo analisada pelo MEC como parte do programa Escola Sem Homofobia, do Governo Federal (G1, 2012).

A proposta provocou forte reação de setores do Congresso Nacional. O ministro da Educação na época, Fernando Haddad, foi chamado para explicar os vídeos para a bancada evangélica da Câmara dos Deputados. Em meio à polêmica, a presidente Dilma Rousseff anunciou a suspensão do chamado “kit anti-homofobia” (G1, 2012)

O material, divulgado no primeiro trimestre de 2012, aponta uma suspensão da polêmica, que remete ao ano anterior. Nesse momento, o representante do MEC afirma a necessidade de abordar o problema da homofobia nas escolas; no entanto, rejeita o projeto já abandonado e propõe que, para a confecção de outra proposta, seria necessário anteriormente realizar uma pesquisa, de modo que qualquer deliberação sobre essa temática ficasse destinada a um futuro impreciso. Ainda, é interessante notar que a matéria refere o Kit Gay como uma expressão popularizada em relação aos cadernos Escola sem Homofobia, assumindo o primeiro não como um termo estável, mas sim uma leitura pejorativa do segundo.

A próxima matéria do mapeamento diz respeito ao *site* Participação em Foco, um portal do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que publica notícias, pesquisas e dados relacionados à instituição. Sob o título de “Serra afirma que 'kit gay' tinha aspectos 'ridículos'”, o material foi ao ar dia 17 de agosto, e consta antes de seu texto que as informações foram originalmente publicadas no periódico Estado de São Paulo, sem *link* para a fonte. Pesquisando o mesmo título na plataforma *Google Search*, encontro a notícia original, que contém exatamente o mesmo texto presente no *site* do instituto.

Essa matéria insere-nos em outro contexto, diferenciando-se significativamente das anteriores. Trata-se, agora, dos meses de campanha eleitoral dos municípios, pleito que, na cidade de São Paulo, José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira) disputava contra o ex Ministro da Educação Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores). O texto refere-se a uma entrevista que o tucano havia concedido à Rádio Jovem Pan, na qual afirma que o Kit Gay, em referência ao Escola sem Homofobia, “tinha aspectos ridículos e impróprios para

passar para crianças pequenas” (Participação em Foco, 2012). O então candidato à prefeitura de São Paulo alega não querer utilizar o tema em sua campanha, mas a informação é contraposta pelo próprio texto jornalístico:

Apesar de dizer que não pretende apresentar o tema durante a campanha, o tucano ligou diretamente Haddad à criação do material. "Quem fez foi o Ministério da Educação quando Fernando Haddad era titular, então é natural que cobrem isso na campanha. Ele é quem tem que se explicar, não são os outros candidatos", disse o candidato do PSDB (Participação em Foco, 2012).

A notícia menciona também críticas que Serra havia proferido ao Partido dos Trabalhadores, em especial sobre a polêmica do Mensalão - escândalo de corrupção envolvendo a compra de votos durante o primeiro mandato de Lula, intensamente divulgado pela mídia entre os anos de 2005 e 2006. Nessa conexão entre Kit Gay e Mensalão, percebemos, novamente, a articulação da presente controvérsia com o repúdio ao Partido dos Trabalhadores, assumindo agora novos contornos dada a eleição municipal.

Aborda-se também a resposta de Fernando Haddad, que ironiza a fala de seu rival: “Acho que é a primeira vez que ele elogia algo que a Dilma tenha feito” (Participação em Foco, 2012). Ainda, o texto afirma que o petista teria considerado a decisão de Rousseff em suspender o kit como “acertada naquele momento”, criticando, entretanto, as assunções de Serra, que, segundo ele, seriam desrespeitosas à ONG que havia produzido o material. Aqui, é interessante notar a separação operada por Haddad entre seu trabalho como ministro e o kit abandonado no ano anterior: a confecção diria respeito não ao MEC, como afirma seu opositor, mas sim a uma ONG, não se vinculando, assim, diretamente ao conteúdo polêmico.

Por fim, a matéria aponta o investimento de Serra em angariar votos entre a população evangélica de São Paulo, que estaria eleitoralmente dividida entre ele e outros dois candidatos. No texto, a fala de Serra é associada à Igreja Universal - que, segundo o veículo, apoiava o candidato Celso Russomano (na época, Partido Progressista Brasileiro) - e à Assembleia de Deus - cujos fiéis estariam divididos entre o tucano e Gabriel Chalita (então Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Nesse sentido, podemos compreender que a mobilização do Kit Gay opera no jogo eleitoral a partir de dois movimentos: primeiramente, a oposição ao Partido dos Trabalhadores, seguindo o direcionamento já percebido no ano anterior, mas também na aproximação ao eleitorado evangélico, associado a duas grandes Igrejas Neopentecostais.

Assim, nota-se um novo delineamento para a controvérsia a partir da associação aos diferentes atores de agosto de 2012. Em primeiro lugar, José Serra aparece como eixo central da polêmica, mobilizando o Kit Gay em sua campanha à Prefeitura de São Paulo contra o petista Haddad, articulado nesse momento ao escândalo do mensalão. Celso Russomano, Gabriel Chalita, Assembleia de Deus e a Igreja Universal surgem também como novos atores, inserindo a controvérsia do Kit Gay nas circunstâncias específicas do pleito eleitoral daquele ano.

O terceiro material abordado nomeia-se “Edir Macedo ataca Haddad com mensalão, 'kit gay' e Enem”, disponível no portal portal IHU - vinculado ao Instituto Humanitas Unisinos, que republica notícias e colunas de outras páginas virtuais - no dia 4 de outubro de 2012. Trata-se da republicação de uma notícia do jornal Valor Econômico, referente à mesma data, sem alterações no texto. A matéria aborda o texto “Desabafo da Revolta”, publicado por Edir Macedo (Fundador da Assembleia de Deus e proprietário do canal de telecomunicações Record) em seu *blog*, no formato de uma carta supostamente enviada por um remetente identificado como “amigo”.

Realizo no buscador *Google* uma pesquisa com o descritor “Desabafo da Revolta” e encontro a publicação original do *blog* de Macedo, na qual constam cinco razões para não se votar em Haddad naquelas eleições. As duas primeiras versam especificamente sobre a polêmica do Kit Gay:

1. Tenho um filho de 11 anos. Está na sexta série e é um excelente aluno, dedicado aos livros, respeitoso com suas professoras, colega de todos em sua turma. Como homem de Deus eu jamais aceitaria que esta realidade fosse alterada pela chegada do kit gay à sala de aula dele. (...) Haddad quando era ministro da educação tentou obrigar as escolas a distribuir uma publicação que defende a homossexualidade, que estimula nossas crianças a viverem em pecado, que rasga tudo o que conseguimos transferir de valores e verdade aos nossos filhos. Isso não aconteceu à época porque nós, os evangélicos, fizemos valer nossa força junto a presidenta Dilma. Somente por isso.
2. Com o sr. Haddad na prefeitura, sem a presidenta como chefe, é óbvio que ele estará livre para infestar as escolas municipais com seu kit gay, revertendo todos os princípios morais e ignorando (pois não precisará mais de nossos votos) os nossos

clamores por moral. (...) Não duvido que seja uma de suas primeiras medidas como prefeito, caso seja eleito (Bispo Edir Macedo, 2012).

Em seguida, o texto adiciona aos motivos para não votar em Haddad, uma polêmica travada entre ele e o candidato Russomano, na qual o petista afirmava que seu concorrente aumentaria o preço das passagens de ônibus no município, informação contestada pela carta. O quarto ponto refere-se ao vazamento da prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), ocorrido no ano anterior, o segundo no qual essa avaliação não seria apenas um medidor para o ensino brasileiro, mas operaria também como vestibular para inúmeras universidades federais. De acordo com a carta, o vazamento do exame é associado à presunção de Haddad em não reconhecer seu erro como ministro, transferindo a responsabilidade para os funcionários de uma gráfica. Por fim, o último elemento retoma a polêmica do Mensalão, associado ao petista em função dos membros de seu partido integrantes do escândalo.

Retornando à matéria do IHU, após as menções à carta, contextualiza-se a disputa à prefeitura de São Paulo entre os três principais candidatos: Haddad, Serra e Russomano, enfocando sobretudo a oposição dos dois últimos ao petista. A matéria aponta que a campanha do progressista poupava críticas ao tucano, enquanto esse veiculava materiais contrários às duas outras candidaturas.

Esse momento da incursão permite o reconhecimento de outros atores articulados na controvérsia, agora em outubro, o último mês de campanha eleitoral. O bispo Edir Macedo toma centralidade midiática na oposição ao Kit Gay, referência ao Escola sem Homofobia atrelado ao MEC. Na crítica exposta sob formato de carta anônima, o Kit Gay é associado ao perigo da homossexualidade, tomada enquanto pecado, e à preservação da infância. No entanto, é interessante notar que a posição do Bispo desvincula o kit do governo Rousseff, atrelando-o apenas à figura de seu Ministro da Educação. Pelo contrário, a rejeição ao projeto é tomada como ação conjunta à Presidente da República, tal qual afirma a carta: “(...) fizemos valer nossa força *junto a* presidenta Dilma. Somente por isso”.

Além disso, o contexto eleitoral encena uma configuração específica para a controvérsia, na qual ela se articula a uma gama muito ampla de críticas ao Partido dos Trabalhadores, mobilizada pelos dois outros candidatos. Dentre esses, destacam-se o Mensalão, novamente, e também a prova do ENEM, implementada em 2009 como vestibular

em universidades brasileiras, resultando em inúmeros protestos em grandes cidades brasileiras.

“‘Kit Gay quer doutrinar em vez de educar’, diz Serra” é a quarta matéria analisada, indicada pela ferramenta *Social Animal* como aquela com maior número de engajamentos, com 1.400 e 100 mil compartilhamentos respectivos às redes sociais *Facebook* e *Twitter*. Publicada no dia 14 de outubro pela página *online* da revista Carta Capital, a matéria aborda uma entrevista de José Serra para o jornal Estado de São Paulo, na qual ele dirige críticas ao seu rival petista pela cartilha contra a homofobia nas escolas. Para o tucano, o Kit Gay faz “apologia ao bissexualismo” e ainda apresenta um erro de matemática: “Diz que é bom ser bissexual porque aumenta em 50% a chance de ter programa no fim de semana. Não é 50%, é 100%” (Carta Capital, 2012) - em referência ao vídeo “Probabilidade”, que compunha o DVD do extinto Escola sem Homofobia.

A matéria associa as referências do Kit Gay na campanha de Serra à sua ligação com Silas Malafaia, influente pastor da igreja evangélica Assembleia de Deus. Sobre a relação entre os dois, a Carta Capital posta uma frase que parece incompleta, indicando referência à matéria do jornal Estadão: “Embora o tucano oficialmente tenha do pastor, reportagem de O Estado de S. Paulo da sexta-feira 12 aponta que o distanciamento entre ambos, na verdade, é uma estratégia combinada entre a campanha de Serra e Malafaia” (Carta Capital, 2012). Em função da má compreensão da frase, realizo uma busca pela fonte original, que não consta em forma de *link* na notícia em questão.

Utilizando a sentença do tucano como descritor - “Kit Gay quer doutrinar em vez de educar” -, encontro a reportagem do Estadão, publicada também no dia 14 de outubro, cujo título é a própria frase. Trata-se, como visto, de uma entrevista com José Serra, na qual o pano de fundo é o segundo turno das eleições municipais de 2012, que ele disputa agora com Fernando Haddad. Em críticas ao petista, José Serra enuncia os “maiores erros” do rival enquanto ministro:

O pior foi a área educacional propriamente dita. Quem tem que se explicar sobre o kit é ele, a Dilma, que revogou (a distribuição), e o TCU, que está cobrando os R\$ 800 mil gastos nisso. Quando eu era ministro, não saía peça publicitária ou educacional sem que antes eu tivesse revisado o conteúdo. Mas a questão é a gestão, que vai deixar marcas desastrosas para o futuro: a desmoralização do Enem, as maiores greves desde o governo Figueiredo (Estadão, 2012).

Serra ainda aponta que as críticas ao apoio de Silas Malafaia à sua candidatura são contraditórias, pois esse teria ajudado também a campanha de uma chapa cujos partidos principais eram PMDB e PT no Rio de Janeiro, quando da eleição anterior: “Malafaia apoiou o Eduardo Paes com vice do PT no Rio. Foi daquele conselho de desenvolvimento social do Lula. Declarando apoio a mim, virou inimigo do PT” (Estadão, 2012). Quando questionado se efetuaria um programa de combate à homofobia em seu governo, o candidato responde:

Homofobia, intolerância têm que ser combatidos sempre, de forma adequada. Fiz isso sempre: políticas para deficientes, mulheres, idosos. Meu currículo em matéria de enfrentamento da discriminação e do preconceito ganha de qualquer petista. Essa questão religião-política: os católicos e os evangélicos têm o direito de se manifestar. De repente isso fica proibido. No caso do PT, sempre que não é a favor deles. Eu não sou cristão de boca de urna (Estadão, 2012).

Sobre essas duas publicações, percebe-se um reposicionamento da controvérsia referente ao segundo turno das eleições, centrado agora na disputa entre Haddad e Serra. É interessante notar as diferenças entre a matéria fonte e sua republicação, que obteve um impacto superior de engajamento nas redes sociais. Na frase incompleta da Carta Capital, pode-se concluir que a publicação original comprovaria o distanciamento entre o político e o pastor como uma “estratégia combinada” de campanha - assunção que não se verifica no texto da entrevista. De todo modo, o ponto em comum entre ambas é a relação de Serra com Malafaia, inserindo esse último como novo ator na controvérsia. A figura do pastor é associada ao respeito pelas religiões cristãs e seu direito de manifestação - que seria proibido pelo Partido dos Trabalhadores “sempre que não é a favor deles”.

Além disso, vemos novamente o Kit Gay associado ao Mensalão e ao mau funcionamento do ENEM, apontando a recorrência do engajamento entre esses três atores na oposição ao Partido dos Trabalhadores travada naquele momento. Percebe-se, ainda, que o candidato do PSDB não se opõe a estratégias governamentais de combate à homofobia, afirmando sua necessidade, bem como de combate a outras formas de preconceito. Sua crítica ao Kit Gay centraliza-se na “forma inadequada” do programa. Apesar do político não apresentar qual seria a forma correta, é notável que seu posicionamento retórico distancia-se daquele adotado por Jair Bolsonaro no ano anterior - não de rechaço ao combate à homofobia, mas sim ao programa específico em questões formais.

Por essa via, é interessante o complemento aportado por outra matéria, publicada no portal G1 dia 15 de outubro, que atua na performance dessa reflexão. Sob o título “Serra nega semelhança entre 'kit gay' e material produzido em sua gestão”, consta uma resposta do candidato à interpelação de que um material contrário à homofobia, produzido enquanto era governador de São Paulo, seria equivalente ao kit relacionado ao MEC, ao qual ele fazia agora oposição. O material chamava-se “Preconceito e Discriminação no Contexto Escolar”, que sugeria atividades para professores trabalharem em sala de aula com foco no preconceito, sobretudo à diversidade sexual e de gênero, contendo aspectos iguais aos da polêmica cartilha abandonada no ano anterior. O vídeo “Boneca na Mochila”, por exemplo, consta como sugestão pedagógica nos dois cadernos.

A jornalista Mônica Bergamo abordou a similaridade entre os kits em sua coluna na Folha de São Paulo. No texto, consta a resposta que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo forneceu nas circunstâncias de campanha:

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo esclarece que o material "Preconceito e discriminação no contexto escolar" é distribuído apenas para a equipe docente das escolas, diferentemente do kit sobre homofobia, que foi produzido pelo Ministério da Educação para ser apresentado diretamente aos alunos (Folha de São Paulo, 2012).

Ao que o Ministério da Educação replicou, em nota, que seu material, caso houvesse sido aprovado, também se destinaria aos professores, de modo que só chegasse aos alunos por meio de atividades propostas pelo corpo institucional de docentes.

De volta à matéria do G1, temos acesso ao posicionamento de Serra em respeito à polêmica. Para ele, o material efetuado por seu governo seria correto, pois “Não é um material só voltado a questão de natureza sexual, mas também a preconceito de classe, a preconceito religioso, é um material voltado ao fortalecimento da família” (G1, 2012). Ainda, o tucano complementa:

É um material voltado aos professores, é um livrinho, não tem nada a ver com o desastrado ‘kit gay’ do Fernando Haddad que custou 800 mil reais, a Dilma vetou e não envolve nenhuma medida positiva e ainda gastou 800 mil reais e o TCU tá cobrando esse dinheiro que foi jogado fora, porque foi mal feito, mal administrado (...) Não são iguais, é outra mentira da matéria, essa matéria tem dedo do Zé Dirceu,

só pode ser isso, porque ela é tão mentirosa que só pode estar o Zé Dirceu por trás (G1, 2012).

A argumentação de Serra quanto à diferença entre os materiais é relevante para a compreensão dos elementos articulados necessários para que um dos kits venha a se tornar um Kit Gay, enquanto o outro ainda possa operar apenas como material para combate à discriminação. Primeiramente, temos o direcionamento aos adultos, assumindo seu lugar como responsáveis para transmitir às crianças a diretriz de combate ao preconceito, sem que isso, contudo, chegue a elas diretamente. Aqui, a adultez é referida em um papel de mediação entre a infância e o mundo da sexualidade, sem que esse atinja as crianças de modo excessivo. O projeto pedagógico do Escola sem Homofobia também previa a mediação dos professores para o conteúdo da cartilha; no entanto, era tomado em sua apreensão retórica e social como uma exposição direta das crianças ao mundo da sexualidade adulta.

Além disso, a fala do tucano traz como problema a má administração da gestão de Haddad, colocando, mais uma vez, o orçamento referente às despesas do projeto como central na sua repercussão negativa. Esse ator, o dinheiro, aparece novamente compondo a polêmica, indicando o uso do Kit Gay como comprovante da má gestão do petista. Em época de campanha, a administração ruim enquanto ministro parece assinalar, na fala de seu rival, uma possível má administração enquanto prefeito. Além disso, a figura de José Dirceu retoma a associação entre o Kit Gay e o Mensalão, visto que o político havia sido condenado naquele mesmo ano pelo STF em função do referido escândalo de corrupção. Dessa forma, o Kit Gay novamente encena a oposição ao Partido dos Trabalhadores, articulando, agora, a proteção à infância, o dinheiro, questões administrativas e o desvio de verbas públicas.

A incursão nas matérias do ano de 2012 possibilita o entendimento de um cenário significativamente distinto do ano anterior, no qual o Kit Gay passa a ser produzido como fator de persuasão na corrida eleitoral do município de São Paulo. Desse modo, nota-se a diferença entre a primeira matéria analisada, referente ao início do ano, e as posteriores, centradas no período eleitoral. No contexto de março, vemos a resposta do novo Ministro da Educação quando interpelado sobre a renúncia do projeto por um deputado identificado com a causa LGBT, ao que ele afirma a ineficácia de um material pedagógico no combate à discriminação. Nesse sentido, o Escola sem Homofobia passa a ser, além de polêmico, pouco eficaz para o que deveria cumprir. Assim, temos uma postergação do compromisso

governamental na luta contra a homofobia para um futuro incerto: seria tarefa posterior à realização de uma pesquisa que, como sabemos, nunca foi realizada.

Chegando ao mês de agosto, o Kit Gay retorna como polêmica, dessa vez circunscrita à cidade de São Paulo em função do pleito eleitoral. Percebemos que a controvérsia é mobilizada de formas distintas dependendo dos atores - entre os quais se situam os próprios veículos de informação. Em relação a Edir Macedo, vemos que o Kit Gay se encena sobretudo como perigo para a infância, visto que contrapõe dogmas religiosos. No entanto, é notável a cisão retórica entre Dilma Rousseff e Fernando Haddad, à medida que a controvérsia é relacionada somente ao segundo, de modo que a então Presidente apareça no texto de seu *blog* como beneficiada pela ação de protestos evangélicos contra o material elaborado pelo Ministério.

Se compararmos o texto do *blog* de Macedo à matéria publicada pela Revista Veja no ano anterior, cuja alteração no título passou a indicar o Kit Gay como responsabilidade do Governo Federal, e não apenas de um dos seus ministros, percebemos o distinto modo de performar a responsabilidade para a controvérsia: de um lado, toda a administração petista; de outro, a individualização em Fernando Haddad. Devemos lembrar que Edir Macedo participou ativamente na campanha da chapa petista em 2010, tendo divulgado uma carta dirigida a seus fiéis, na qual afirmava que eram falsos os boatos de que a então candidata seria favorável ao aborto e ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Segundo o pastor, essas mentiras fariam “o jogo do Diabo” contra Dilma Rousseff (Folha de São Paulo, 2010).

Por essa via, a religião aparece como um ator recorrente nas matérias analisadas, mobilizada em especial pela campanha dos dois candidatos que concorriam contra Haddad à prefeitura paulista no primeiro turno. Seja pelo apoio de Macedo a Russomano, seja pelo de Malafaia a Serra, o Kit Gay toma centralidade na oposição ao concorrente petista, visto que esse colocaria em perigo os valores cristãos, principalmente frente a um grande grupo de votantes que professa a fé evangélica. Nessa direção, a infância é tomada em uma dimensão sagrada, que demanda proteção contra a exposição ao mundo sexual e adulto. Proteção essa que, nas falas de Serra, é proposta como mediação dos adultos e professores, visto que afirma, ao contrário dos outros atores, a necessidade de abordar o combate ao preconceito em salas de aula. Assim a controvérsia parece também operar como um fortalecimento da distinção entre crianças e adultos: ao passo que busca “conscientizar”, também performa a diferença entre os dois grupos, ampliando as possibilidades de intervenção adulta no campo da infância.

Percebemos em seu discurso que, quando confrontado a assumir um posicionamento frente a essa questão, o político tende a associar a homofobia a outros elementos, como o racismo e o preconceito contra idosos, desvinculando sua ação apenas do campo da sexualidade. Nesse movimento, diferencia a cartilha proposta por seu governo do Kit Gay, em referência direta ao material financiado pelo MEC em 2011: enfatizando o direcionamento de tal cartilha a adultos e sua relação com outros temas não referentes ao sexo e ao gênero, tais quais a raça e a deficiência.

Ainda, é notável, em todas as matérias circunscritas à eleição em São Paulo, a referência ao Kit Gay ligada a outros elementos contrários ao Partido dos Trabalhadores. Sob tais circunstâncias, o Kit Gay é performado como aglutinador discursivo de oposição ao candidato petista, facilmente se associando às temáticas que comprovariam sua ineficácia como prefeito: o Mensalão, as falhas na aplicação do ENEM e os problemas de sua administração como ministro, apontados por Serra sobretudo na figura do dinheiro desperdiçado.

Por fim, é importante notar que, ao contrário do que foi visto no ano anterior - quando o Kit Gay, principalmente nas assunções de Jair Bolsonaro, passava a se descolar retoricamente do Escola sem Homofobia, se relacionando a outros elementos, como uma conferência -, em 2012 os atores passam a mobilizar justamente a associação inequívoca entre os dois. Em se tratando de uma campanha contra o ex-ministro responsável pelo custeio do projeto resultante da grande controvérsia, não é surpreendente que a ideia de um Kit Gay apareça colada à sua administração, tendo o Escola sem Homofobia como eixo central. Assim, a controvérsia toma, em 2012, um direcionamento eleitoral, servindo como agrupamento de contraposições à candidatura de Fernando Haddad à prefeitura de São Paulo.

3.3 2013

A primeira matéria analisada aqui é aquela apontada pela ferramenta *Social Animal* como a que possui mais popularidade referente ao ano de 2013, com nove mil engajamentos na plataforma *Facebook*. Trata-se da notícia do portal G1 “Prefeitura de SP estuda adotar ‘kit gay’ estadual”, publicada dia 21 de Março. O texto aborda a possibilidade da Secretaria da Educação da prefeitura de São Paulo utilizar, a nível municipal, o material didático de combate à homofobia nas escolas já empregado em outras cidades do estado, elaborado pela gestão de José Serra, como visto anteriormente.

A notícia narra uma decisão até o momento não tomada pelo então secretário Cesar Callegari, apontando o acontecimento ainda em termos de deliberação. No entanto, a controvérsia já aparece colocada, sobretudo pela associação do material à ideia de um Kit Gay, em alusão aos eventos dos dois anos anteriores. Nesse sentido, o último parágrafo propõe uma compilação de momentos para a polêmica, traçando um pequeno panorama entre os episódios de 2011 e 2013.

A elaboração do “kit gay” pelo governo federal foi uma das polêmicas do segundo turno das eleições municipais de São Paulo, em 2012. O candidato do PSDB, José Serra, criticou o material, que foi elaborado pelo Ministério da Educação durante a gestão de Haddad (PT). O “kit gay” seria distribuído nas escolas, mas a iniciativa foi abortada. O “kit gay” estadual, por sua vez, foi elaborado quando Serra era governador paulista (G1, 2013).

Tal trecho traz elementos importantes para a compreensão dos movimentos do Kit Gay em relação ao Escola sem Homofobia, apresentado e abandonado dois anos antes da notícia em questão. Pode-se ver um deslocamento já performado entre ambos, à medida em que o mesmo significante passa a designar tanto o material relativo ao Ministério da Educação, a cartilha desenvolvida pela Secretaria Estadual de São Paulo e, agora, a versão municipal, levada a cabo pela gestão de Fernando Haddad, o ganhador das últimas eleições.

A matéria não assume que tais materiais sejam, de fato, um Kit Gay, mas indica que tal nomenclatura opera sobre eles a partir de um apelido pejorativo, como podemos ver no uso de aspas e na alusão ao nome insultuoso: “A Secretaria de Educação da cidade de São Paulo estuda adotar o *chamado* “kit gay” estadual nas escolas da rede municipal” (G1, 2012, destaque meu). Assim, podemos perceber que o Kit Gay aparece como um qualificador para os projetos, tendo como referência o material de 2011, mas podendo alargar-se mediante outras delimitações, como sob o adjetivo “estadual”, por exemplo.

Ao contrário das notícias anteriormente analisadas do *site* G1, essa possui manifestações em sua caixa de comentários. São três itens, todos de cunho negativo, reprovando a ideia da atual gestão municipal. O maior deles utiliza argumentos recorrentes frente ao Kit Gay, somados à demonstração de arrependimento em relação ao voto em Fernando Haddad:

É isso mesmo que estou lendo? Nossa agora nossos filhos vão ser obrigados a engolir esse kit? Caro Prefeito espero que seja apenas especulação pois, cabe aos pais tratar este tipo assunto com seus filhos, não ser colocado um kit dizendo que é normal uma coisa que não é! acredito que não joguei meu voto fora, Deus os abençoe e os dê sabedoria para tomar as decisões corretas (G1, 2012).

A partir da matéria, podemos perceber a delimitação de um novo ator a que é referido também a alcunha de Kit Gay: o material que talvez seja utilizado em escolas da cidade de São Paulo. Dessa forma, o apelido passa a operar nas três esferas da administração pública, tendo um objeto de referência para cada uma delas: federal, estadual e municipal. Além disso, Fernando Haddad continua um ator da controvérsia, agora acompanhado pelo novo secretário da Educação, Cesar Callegari. Como crítica à implementação do material, seguem mobilizadas as ideias de obrigatoriedade, bem como a assunção de que determinado assunto é responsabilidade das famílias, não da escola.

O segundo material analisado é um vídeo, publicado no dia 12 de Abril, no canal do *Youtube* de Olavo de Carvalho, contendo cerca de 2.400 visualizações e dez comentários. Sob o título “Conheçam o Kit-Gay do Ministério da Educação”, a peça audiovisual estende-se em 27 minutos, apresentando uma linha narrativa composta pela montagem de diferentes cenas. Primeiramente, somos introduzidos à denúncia por uma narração de Jair Bolsonaro, que mescla dois eventos para fundamentar sua crítica. Inicia expondo alguns participantes de um protesto contrário ao então presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, o parlamentar e pastor Marco Feliciano. Em seguida, associa tais pessoas ao 8º Seminário LGBT, realizado no Congresso Nacional durante o ano anterior, nomeado por ele como “Seminário LGBT Infantil”.

Somos introduzidos a vídeos do seminário, que apresentam edições nas imagens e no áudio, criando citações denunciáveis, segundo o conteúdo do material. Em uma passagem, a justaposição de momentos da mesma fala de um professor cria a seguinte frase: “Eu sou professor há 18 anos, sempre trabalhei com crianças, gosto muito. (...) Talvez pela vida sexual mais cedo”. Nesse momento, retoma-se a narração de Bolsonaro, que associa a fala à deputada Maria do Rosário (Partido dos Trabalhadores) e seu projeto de “cotas para professores homossexuais”. O parlamentar questiona: “Isso é ou não é um estímulo à pedofilia e ao homossexualismo na primeira infância?”.

Em seguida, uma frase surge acima das imagens. Trata-se de uma pergunta: “de que lado você está?”. Logo depois, aparece na tela um quadro informativo com fotografias e o nome de alguns parlamentares, professores e ministros, dentre os quais se destacam os filiados ao PT e ao PSOL. Na mesma linha de questionamento, o vídeo passa a reproduzir uma música gospel, acompanhada por imagens de parlamentares da bancada evangélica. Nesse momento, surgem os dizeres que dão seguimento à pergunta anterior: “ou da família, dos bons costumes e de nossas crianças?”.

Em um segundo momento do vídeo, Bolsonaro centra sua denúncia no seminário, anunciado por ele como “A volta do Kit Gay nas escolas! Onde milhões de crianças serão influenciadas a serem homossexuais”. Assim, passam a ser exibidos trechos de apresentações no referido evento, com destaque especial para a palestra da pesquisadora Tatiana Lionço (hoje professora da Universidade Federal de Brasília), versando sobre a sexualidade infantil e seus contornos não necessariamente heterossexuais. Durante a leitura de Lionço, aparecem dizeres na tela que complementam seu texto, como a frase “Estimulando o homossexualismo infantil”.

Alguns minutos a frente, o material passa a exibir a palestra de Alexandre Bortolini sobre o trabalho com a diversidade sexual e de gênero no âmbito escolar. O pesquisador refere: “Trabalhar gênero e sexualidade não tem idade mínima. Estamos falando de questões que tem a ver com todas as faixas etárias. No ensino Fundamental, podemos abordar de várias maneiras”. Como adendo à sua apresentação, a frase “Ensino Fundamental: Crianças a partir de 6 anos” aparece na tela. Também é importante notar que, acima do quadro onde são exibidos os vídeos do seminário, há uma frase que parece indicar um título para aquelas falas: “Kit Gay do Ministério da Educação”.

Após a compilação de momentos do 8º Seminário LGBT, em maioria retirados da TV Câmara, o vídeo exibe o trailer de um documentário contra o aborto produzido nos Estados Unidos. Posteriormente, surge na tela Olavo de Carvalho, que, mirando a câmera em um ambiente doméstico, cenário comum de suas publicações no *Youtube*, articula os momentos do vídeo em uma narrativa. Segundo ele, há uma continuidade entre atos de zoofilia, supostamente defendidos pelo ex-presidente Lula, e pedofilia, referida ao conteúdo do seminário. O vídeo passa, então, a mobilizar críticas contrárias a quadros do Partido dos Trabalhadores, sobretudo Haddad, Lula e Maria do Rosário, referida por ele como “histérica”. Por fim, a narrativa termina com uma compilação de fotografias antigas do seu

autor, que ilustram uma entrevista por ele concedida anos antes, na qual ele conta por que havia deixado de ser comunista.

Na caixa de comentários, há predominância de manifestações favoráveis ao vídeo, que parecem concordar com as denúncias em tom de indignação, como se pode ver em: “uma grande maioria de políticos, até mesmo intelectuais, no Brasil se encontra alienada. devemos repensar valores. (...) quem sabe, um dia, seremos um grande povo quando os que hoje pregam valores dissonantes forem embora.” Há apenas uma frase que demonstra se contrapor às queixas mobilizadas no material: “Não adianta, bancada evangélica! Frear a liberdade da minoria numa democracia se baseando num livro antigo”. Estendendo-se às manifestações do público, nota-se que a controvérsia não se encerra no conteúdo do vídeo, mas tem uma continuidade entre os espectadores e a própria disposição da plataforma *Youtube*.

Percebe-se que essa publicação performa, bem como visto em 2011, uma divisão entre os atores favoráveis ao Kit Gay, referidos principalmente a políticos de partidos de esquerda e professores que abordam as temáticas da diversidade sexual e de gênero no âmbito acadêmico, e os contrários, centralizados na figura de Bolsonaro e de Olavo de Carvalho, autor do vídeo, mas também estendida a outros políticos, como o parlamentar Marco Feliciano. A defesa do Kit Gay, no início do material, é associada às críticas que tal político recebia no momento por presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

A sexualidade infantil, relacionada à pedofilia, pode ser entendida como o argumento fundamental contrário ao kit, mobilizada em muitos momentos da publicação. Performa-se também uma articulação entre a objeção à pedofilia e outras temáticas, que parecem indicar um sistema de valores associados ao Kit Gay: a contraposição ao aborto, o comunismo e até mesmo práticas sexuais “bizarras” com animais. Nota-se, mais uma vez, a ampla gama de significações operada pela ideia de um Kit Gay que, na rede de articulações mobilizada pela notícia, pouco informa sobre o Escola sem Homofobia de 2011, referindo-se, principalmente, à união de diversas questões em um seminário que debatia a diversidade sexual e de gênero na infância. Ainda, a crítica ao Partido dos Trabalhadores segue aparecendo como importante ator da controvérsia.

A terceira publicação mapeada é o vídeo “Cartilha gay distribuída em escola pública”, divulgado na plataforma *Youtube*, pelo canal Pensando a Verdade, no dia 17 de abril, contendo mais de 35 mil visualizações. Trata-se de um trecho do programa jornalístico Balanço Geral RJ, no qual o jornalista noticia a distribuição de uma cartilha “voltada

exclusivamente ao público gay” em escola do Rio de Janeiro. O material é mostrado de forma embaçada, pois os desenhos “chocantes” não poderiam ser apresentados ao público.

Uma repórter mostra a cartilha a transeuntes na rua, que reagem de forma assustada: “É muito agressivo”, “Uma coisa obscena, não tenho nem palavras”. Segundo ela, o material, em formato de gibi, foi distribuído por um grupo LGBT no início das aulas e denunciado por uma estudante que não gostaria de se identificar por medo de ser repreendida por outros alunos. Ela afirma que os jovens de hoje seriam mais abertos e aceitariam o “homossexualismo”, porém “também não precisa incitar”, como faria aquele folheto.

Sobre o material, é interessante notar que o termo “Kit Gay” não é enunciado na fala dos jornalistas, tampouco aparece no título ou na descrição do vídeo, que o define da seguinte forma: “Absurdo: reportagem da Record mostra o desconcomunal absurdo da distribuição de uma cartilha gay que estimula os jovens à prática homossexual”. No entanto, meu acesso à publicação se deu justamente pela pesquisa na plataforma *Google Search* pelo descritor “Kit Gay”. Com a ferramenta de busca de texto, procuro onde esse termo aparece no material, e encontro a referência nos outros vídeos a que ele é relacionado, bem como na caixa de comentários, que consta com 5 manifestações: “Ainda lutam para colocar um kit gay no colégio e se nós não aceitarmos somos intolerantes”. Além dessa, há outras demonstrações de repúdio ao conteúdo do gibi e compartilhamento da indignação com os jornalistas. Em um desses, consta a seguinte frase: “aí é a droga do PT q o povao colocou no brasil”.

Essa publicação indica a maleabilidade do significante Kit Gay em relação aos atores a ele associados. Na notícia do programa de televisão, sem menções diretas à polêmica iniciada no ano de 2011, nota-se que a mesma é evocada por seu contexto, como apontam os comentários e os vídeos relacionados na plataforma *Youtube*. Por essa via, é notável como a própria plataforma tem uma agência na delimitação da controvérsia, de modo que o conteúdo do vídeo passa a indicar e fazer parte do Kit Gay conforme é relacionado a tal nomenclatura pelas manifestações dos espectadores e os vídeos associados à publicação.

Percebe-se, assim, um movimento de associação entre as temáticas da sexualidade na infância, sobretudo referida ao contexto escolar, e o Kit Gay - efetuada pela conexão entre a plataforma e o público. Ainda, tal associação mantém a referência crítica ao Partido dos Trabalhadores, apontado como mobilizador dessas temáticas, como se pode ver nos comentários mencionados, que inserem o gibi noticiado pelo Balanço Geral RJ em uma ideia de continuidade em relação à polêmica dos cadernos Escola sem Homofobia, mas sem se

limitar a eles propriamente, podendo agora significar materiais considerados *semelhantes* àquele abandonado pelo Governo Federal em 2011.

Prosseguindo o mapeamento de controvérsias, encontro um material disponibilizado por um usuário no *site SlideShare*, plataforma de compartilhamento de apresentações de *slides*, intitulado “Kit Gay nas Escolas Públicas”. Tal panfleto é de grande importância para as redes performativas do Kit Gay, dado que circulava de forma impressa no Congresso Nacional naquele ano, apelidado midiaticamente de “Panfleto Antigay”, conforme apontam Oliveira Júnior e Maio (2017). A publicação refere-se ao Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, divulgado pelo Governo Federal no ano de 2009, apresentando-o em tom de denúncia na forma de uma cartilha assinada por Jair Bolsonaro. Tal cartilha traz, já na capa, a seguinte frase “Querem, na escola, transformar o seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”, a mesma proferida pelo então deputado no primeiro vídeo anteriormente analisado. Abaixo, há um texto de apresentação, que afirma que jovens estudantes serão “emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos estudantes a mensagem de que ser gay e lésbica é motivo de orgulho para a família brasileira”.

Nas páginas seguintes, há itens selecionados do programa oficial do governo, introduzidos por uma citação de Indianara Siqueira (militante trans e prostituta, ex assessora do deputado Jean Wyllys), na mesma conferência denunciada no vídeo de Olavo de Carvalho: “Minhas melhores professoras foram justamente as prostitutas”. Encontro na internet o documento oficial do plano elaborado em 2009 e comparo com os itens divulgados e rechaçados pela cartilha. Ainda que apresentem diferenças na forma de escrita, todos os itens conferem nos dois materiais, sendo expostos na cartilha de modo mais curto, assertivo e denunciatório. Por exemplo, o item “2.1.11. Casas estudantis para hospedagem de travestis e transexuais (República Gay)” refere-se ao item de mesmo número no documento oficial, porém com alterações:

2.1.11. Estabelecer política pública para assegurar o respeito à orientação sexual e identidade de gênero nas casas estudantis mantidas pelo poder público e pela iniciativa privada, garantindo a hospedagem de travestis e transexuais, respeitando sua identidade de gênero (Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, 2009).

Ao final dos tópicos, consta uma frase de Jair Bolsonaro, referenciada ao *site* “www.jairbolsonaro.com.br”, que não se encontra disponível: “Com o falso discurso de

combater a homofobia, o MEC em parceria com grupos LGBTs na verdade, incentivam o homossexualismo (...) bem como tornam nossos filhos presas fáceis para pedófilos”. Na última página do documento, constam 4 pessoas anunciadas como “Defensores do Fundamentalismo Homossexual em Ação”, sendo eles três militantes de associações LGBT e o antigo secretário do MEC quando da elaboração do Escola sem Homofobia. O ex-secretário é acompanhado por uma citação referente à frase proferida na apresentação do extinto material: “Um dos filmes tinha um beijo lésbico na boca e a gente ficou três meses discutindo até onde entrava a língua”. Nota-se aqui uma realocação da frase, que inicialmente era utilizada para indicar um mal estar nos meios de esquerda quanto à elaboração do Escola sem Homofobia, tal como visto na revisão de literatura. Aqui, ela passa a performar o caráter absurdo e indecente do material, referido enquanto parte do Kit Gay.

Na caixa de comentários, constam 4 manifestações, sendo duas delas referentes ao ano de 2018, no período da eleitoral. Essas opõem-se ao tom da publicação, afirmando que se trata de um material falso, com indicação de *link* para uma publicação da Revista Nova: “Em tempo: caso alguém se interesse em conhecer o VERDADEIRO material, segue um *link* para o caderno que seria distribuído a PROFESSORES”. Como o *link* dirige-nos a um material publicado no ano de 2015, esse será analisado nos subcapítulos posteriores, visto que meu interesse, agora, é acompanhar o desenvolvimento da controvérsia ao longo do tempo. De todo modo, o comentário faz-se interessante por já indicar uma forma corriqueira de contraposição à ideia do Kit Gay: a de relacioná-lo ao Escola sem Homofobia abandonado em 2011, afirmando que o primeiro seria um falseamento do segundo. Ou seja, que o Kit Gay nada mais seria do que uma mentira.

No entanto, o material de referência para a publicação analisada não é o Escola sem Homofobia, mas sim o Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, publicado dois anos antes. Por essa via, a relação com o texto performa uma materialidade para o kit, preservando, mesmo que em tom depreciativo, os pontos presentes no documento original. Desse modo, a associação entre o Kit Gay e o Escola sem Homofobia não se deu, nessa publicação específica, pelo seu autor, nem sequer por Jair Bolsonaro, mas sim pelo comentário em defesa do material, que, ao afirmar sua falsidade, associa-o, mais uma vez, ao programa financiado pelo MEC em 2011.

Por fim, o último documento analisado no mapeamento de 2013 chama-se “Dois anos após veto, MEC diz que ainda 'analisa' kit anti-homofobia”, publicado no portal Terra no dia

17 de maio, Dia Internacional de Combate à Homofobia. A notícia trata-se de um questionamento ao Ministério da Educação acerca da situação do material: “Consultada pelo Terra, a assessoria da pasta se limitou a dizer que a proposta não foi abandonada e que os conteúdos ainda estão em análise” (Terra, 2013). Em seguida, há um longo texto explicativo sobre a polêmica, que retoma os três anos de controvérsia a partir de duas entrevistas: com José Zuchiwschi, coordenador do grupo de trabalho do MEC que havia confeccionado o kit em 2011, mas que já não trabalhava mais para o governo, e o então deputado Jair Bolsonaro.

O primeiro aponta críticas à administração Rousseff, sobretudo pelo cancelamento do kit. O ex-funcionário também dirige críticas à bancada religiosa que fez oposição à cartilha do Escola sem Homofobia:

"Aquilo era um trabalho de anos, já havia sido licitado, pago e agora não saber o que fazer com esse material é no mínimo um desrespeito à população", afirma o professor, ao fazer referência ao montante de cerca de R\$ 1,8 milhão gasto pelo ministério na produção do conteúdo. (...) Ele ainda diz que alguns setores conservadores tentaram vender a ideia de que o kit seria distribuído para crianças com 6 anos de idade - quando na verdade o material era voltado exclusivamente para alunos do ensino médio (Terra, 2013).

Em seguida, apresentam trechos da entrevista com Jair Bolsonaro, que criticou o kit associando-o a um incentivo à homossexualidade e à pedofilia:

"Eles estão pregando na escola o combate à homofobia, já estão fazendo a partir da molecada com 6 anos de idade. Um dos itens ali: distribuição de livros às bibliotecas com a temática diversidade sexual para o público infantil. Ou seja, livros com gravuras de homens se beijando, né, ou em posições homoafetivas, para a molecada a partir dos 6 anos de idade, vai tá estimulando a molecada!", disse o parlamentar. "A partir do momento que o moleque vê que tem dois meninos, dois homens, se abraçando, mantendo essa relação amorosa, ele passa a ser uma presa fácil para pedófilos. Se um homem quiser abraçar o moleque, ele vai achar que aquilo é normal" (Terra, 2013).

A matéria em questão, referente à data de comemoração da retirada da homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1992, apresenta a polêmica do Kit Gay na forma de uma controvérsia. Coloca dois lados em debate,

a partir das entrevistas com um ex-funcionário do MEC que participou da elaboração do Escola sem Homofobia, e com o político que mais recebia destaque por sua oposição ao mesmo material. Nela, a única referência ao termo Kit Gay se dá em associação a Jair Bolsonaro, na sua apresentação:

Um dos maiores opositores ao que classifiquei como "kit gay", o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro (PP), criticou em entrevista ao Terra sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo a distribuição de materiais com conteúdo "homossexual" nas escolas (Terra, 2013).

Nesse sentido, o Kit Gay é tratado como uma menção pejorativa ao Escola sem Homofobia. Como atores, vemos novamente a mobilização da pedofilia e do perigo da homossexualidade no discurso contrário ao material. No entanto, a fala do ex-funcionário coloca no debate um posicionamento menos mapeado até então: a crítica ao Governo Federal pela renúncia em relação à aplicação da cartilha custeada pelo MEC.

O mapeamento referente ao ano de 2013 aponta, assim, um cenário distinto dos anteriores, no qual o Kit Gay já não ocupa tanto espaço em grandes jornais ou veículos de comunicação. Publicações menores e com menos acesso, tais quais vídeos no *Youtube*, aparecem com mais frequência, apontando para um re-delineamento da controvérsia: não mais no centro dos debates públicos, como temática de grandes notícias, mas em locais específicos e nichos da internet. Como demonstra o gráfico do *Google Trends* e as buscas realizadas na plataforma, 2013 foi um ano com pouco interesse acerca dessa temática. No entanto, as publicações analisadas, mesmo com menor popularidade, indicam importantes caminhos de entendimento para as rupturas e continuidades que acompanham a controvérsia.

Como visto na primeira publicação, Kit Gay passa a se associar não mais a um material específico, mas a um "tipo" de material, que divulga as questões da homossexualidade a crianças. Tal movimento apresenta-se de modo constante em todos os *links* analisados desse ano, mesmo que se refiram, cada um deles, a documentos diferentes entre si, todos nomeados como Kit Gay. Dessa forma, percebemos um caminho de performance para a controvérsia: de um material único, passa a significar um "tipo" de material - ou seja, do singular, passa ao plural. No entanto, mesmo que não se refiram especificamente a ele, o Escola sem Homofobia é muitas vezes evocado nesses textos, de modo que possamos compreender que a relação entre os dois não é meramente acidental ou arbitrária, mas sim contingente.

Ainda, notamos que a associação entre os dois kits não se dá somente por via de denúncia ou difamação do programa abandonado por Rousseff. Como se vê no comentário do quarto material analisado, o Kit Gay é referenciado ao Escola sem Homofobia na forma de uma contraposição às críticas que o programa recebia a partir do viés conservador, de modo a assumir que o primeiro era uma versão falsa e pejorativa do segundo. Sendo o Kit Gay uma mentira, sua verdade residiria no material a que ele é relacionado: novamente, o Escola sem Homofobia.

Além disso, podemos perceber a consolidação de uma série de atores como favoráveis ou responsáveis pelo Kit Gay, estando eles associados à produção do Escola sem Homofobia ou não. Dentre eles, destacam-se os políticos de partidos de esquerda, mas também professores e pesquisadores acadêmicos nas áreas de gênero e sexualidade, bem como militantes de associações LGBT. Por outro lado, sustentam-se ainda os atores contrários ao kit, em especial nas figuras dos então deputados Bolsonaro e Feliciano.

Também se mantém frequentes as associações entre o Kit Gay e um campo vasto de críticas ao Partido dos Trabalhadores, indicado em comentários às notícias mapeadas como o responsável por sua veiculação. No entanto, a última matéria faz eco a algumas críticas ao Governo Federal pela renúncia da cartilha, como aquelas mobilizadas no seminário do ano anterior. Nessas, a oposição ao PT não se dá pela sua responsabilidade em relação ao kit, mas sim por sua recusa de levá-lo a cabo, indicando que a disputa para o entendimento desse material não se dá apenas em âmbitos conservadores ou de oposição à então Presidente da República.

Por fim, é notável que as contraposições ao Kit Gay, independentemente do material a que esse significante esteja referido contingentemente em cada um desses momentos, mantêm a unidade da crítica em função dos perigos de exposição da homossexualidade para crianças e da pedofilia. Podemos assim entender que o Kit Gay, mesmo se referindo a coisas diferentes, mantém-se coeso pela ideia de influenciar crianças a orientações não heterossexuais e de torná-las alvo de pedófilos.

3.4. 2014

A inserção na rede de controvérsias sobre o Kit Gay em 2014 dá-se pela matéria “Para conservadores, ideologia de gênero é marxista e não cabe no Plano de Educação”, publicada no dia 22 de abril, pelo portal GGN. No texto, apresenta-se a votação do Plano de Educação,

para a qual havia se estabelecido uma comissão especial no Congresso. Como questão principal estava o destino de 10% do PIB brasileiro para a Educação; no entanto, foi um trecho do documento, referente ao combate à discriminação de gênero e orientação sexual em escolas, que gerou a grande querela noticiada. Dada a intervenção de deputados conservadores, tais como Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, o trecho referente à polêmica ficou de fora da aprovação do plano, mantendo o seu texto original, sem menções à sexualidade e ao gênero.

A notícia destaca os argumentos contrários às menções sobre discriminação no documento, enfocando os discursos dos parlamentares Eurico da Silva (Patriota) e, novamente, Jair Bolsonaro:

Pastor Eurico alegou que as questões de gênero são reflexo de “ideologias marxistas” e, por isso, devem ficar de fora das salas de aula. “Não somos contrários à educação no Brasil e destacamos que não há uma ditadura religiosa nessa comissão. Mas devemos reconhecer que apesar da laicidade do Estado, a maioria da população é cristã. Não vemos por que razão um movimento [...] quer introduzir no PNE a ideologia de gênero. A ideologia de gênero é marxista, é a mesma que se espalhou pela Europa e, no futuro, [os que a defendem] vão perceber que estão trabalhando contra si próprios”, sustentou o Pastor.

Bolsonaro, por sua vez, aproveitou a oportunidade para ressaltar que a rejeição desse artigo livra as escolas brasileiras, em definitivo, do que ele classificou como “kit gay”. “Com o não acolhimento desse destaque, ficaria de fora o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Esse é o kit gay que Dilma Rousseff disse que tinha recolhido, mas que está saindo do armário”, afirmou, em alusão ao projeto enterrado pelo PT em 2011 (GGN, 2014).

Com o discurso de Bolsonaro, nota-se o alargamento da ideia de Kit Gay como uma referência a conteúdos gerais que abordam a sexualidade e o gênero no campo da Educação. O projeto, para o deputado, colocava-se em relação de continuidade ao material renunciado por Rousseff três anos antes - mas que, em seu discurso, parece ter ficado “escondido” sob a metáfora do armário, ou seja, pronto para sair e reaparecer a qualquer momento. Nesse sentido, a ampla gama de conteúdos que o Kit Gay passa a significar, para além do Escola sem Homofobia, estabelece, ao mesmo tempo, uma relação de contiguidade com ele, à

medida que nunca é totalmente superado. Sempre há o perigo de sua retomada, tirando-o do armário, pois.

Com o discurso de Eurico, nota-se a inserção de um novo ator na rede de controvérsias: a “ideologia de gênero”. Ainda que o parlamentar não mencione explicitamente uma relação entre tal investida internacional e o Kit Gay, a fala de seu colega Bolsonaro aponta que, ao menos naquele momento, os dois seriam uma referência ao mesmo objeto, o Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse sentido, a fala do pastor introduz a polêmica do Kit Gay em um contexto mais amplo, no qual as questões de gênero e sexualidade não apenas se referem especificamente à realidade brasileira, tomando como parâmetro o alastramento de tal ideologia nos países europeus. Dessa forma, as particularidades da controvérsia no Brasil podem ser tomadas como parte de uma tendência ampla, internacional e com conotação marxista.

O segundo material investigado chama-se “DEM quer dinheiro gasto em Kit Gay de volta aos cofres públicos”, publicado na página Repórter MT no dia 26 de maio. Trata-se de uma decisão da diretoria do partido Democratas, expressada pelo então senador José Agripino, para que a Justiça Federal apontasse os gastos do MEC na elaboração do Escola sem Homofobia em vista de que o valor fosse ressarcido aos cofres públicos. A investida diz respeito à decisão de Rousseff em não aprovar o material, que já estava confeccionado, configurando a renúncia como “desperdício de dinheiro público”. Nas palavras do senador:

Quem é que vai pagar essa ganância irresponsável do Ministério da Educação? Quem faz oposição tem a obrigação de fiscalizar e fiscalizar é cobrar o dinheiro gasto impunemente. O DEM vai acionar a União, o MEC para que seja devolvido aos cofres públicos o dinheiro gasto com o material (Repórter MT, 2014)

Por essa via, a problemática do kit já não é abordada em relação às questões de gênero e orientação sexual no campo da Educação. O argumento de Agripino centra-se na má administração do dinheiro público, referida à confecção de um material que, depois de pronto, foi abandonado pelo Executivo. Cabe ressaltar que, ao menos no texto da matéria, a nomeação “Kit Gay” não é mencionada pelo senador, mas sim pelo portal de divulgação da notícia.

Nesse sentido, tal performance da controvérsia retoma seu direcionamento como mobilização de críticas contrárias ao Partido dos Trabalhadores. No entanto, especificamente nessa notícia, tais críticas não são elencadas pela via moral, mas sim administrativa, referindo

como ator o desperdício de dinheiro público na confecção da cartilha abandonada. De todo modo, a matéria anuncia o material não como Escola sem Homofobia, que remeteria ao seu “nome técnico”, mas pelo seu apelido pejorativo, de forma que a má administração não perca sua referência à questão central da homossexualidade. Ainda, vê-se a retomada de uma associação linear entre os dois kits, dado que, na circunstância da publicação, poder-se-ia assumi-los como sinônimos.

O terceiro material mapeado chama-se “O governo do PT e o comércio da agenda LGBT”, disponibilizado no *site HuffPost* no dia 7 de maio. O texto remete à corrida presidencial que seria travada nos próximos meses daquele ano, quando Dilma Rousseff concorreria à reeleição. Tratando-se de uma perspectiva identificada com a defesa dos direitos humanos e da causa LGBT, a coluna afirma uma crítica à ex-Presidente por suas falhas na condução de políticas voltadas a essa população, sistematizada na seguinte frase: “Em suma, para a comunidade LGBT, Dilma não é a melhor alternativa para a presidência da república nas eleições de 2014” (HuffPost, 2014).

O texto retoma uma série de eventos relevantes para questões de gênero e orientação sexual no âmbito da política brasileira: a instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, ambas nos governos Lula, e a decisão do STF em reconhecer o casamento de parceiros homossexuais no ano anterior. Quanto a essa última, é dirigida uma crítica aos poderes Executivo e Legislativo, visto que, se dependesse desses: “Ainda estaríamos à mercê dos esquemas políticos do governo do PT, que nos últimos 11 anos, se aliou ao fundamentalismo evangélico e começou a negociar uma agenda política que não desagradasse os religiosos” (HuffPost, 2014).

A crítica mostra-se ainda mais acirrada quando em referência à renúncia de Rousseff para o material financiado pelo MEC no ano de 2011. O autor retoma a notícia do *Jornal do Brasil*, já abordada nesse mapeamento, na qual Anthony Garotinho afirmava a denúncia de enriquecimento ilícito do então ministro Antonio Palocci para pressionar o governo ao veto. Em suas palavras: “Após várias denúncias de enriquecimento ilícito, Palocci deixou a Casa Civil em junho de 2011. O veto do Kit Gay pôde até acalmar os evangélicos, mas não dissipou as acusações de corrupção” (HuffPost, 2014).

É notável aqui o uso da polêmica como oposição ao governo Rousseff - no entanto, bem como acompanhado no ano anterior, a crítica não se faz pela via de associação do

Executivo ao Kit Gay, mas sim por sua renúncia, articulada a outros pontos problemáticos na condução de políticas voltadas à população LGBT pela administração petista. É interessante notar que, mesmo na defesa do material proposto pelo Ministério da Educação, a coluna não aponta qualquer esforço em separá-lo do apelido pejorativo que recebeu no âmbito das mídias e das redes sociais, como se pode ver no trecho “Dilma havia suspenso o programa ‘Escola Sem Homofobia’ e vetado o material didático anti-homofobia (kit gay)” (HuffPost, 2014). Kit Gay não é sequer referido como uma deturpação do material, mas sim como mera forma de identificação. Assim, sob as circunstâncias específicas dessa coluna, pode-se compreender que os dois kits são, novamente, performados como a mesma coisa.

“Governo Dilma tentou o kit gay e a formalização do aborto pelo SUS. Agora a petista tenta reconquistar o voto evangélico e derrubar Pastor Everaldo” é a quarta matéria analisada neste mapeamento. Publicada no dia 21 de julho, no *Blog do Coronel* - portal de matriz conservadora com cerca de 20 mil seguidores na página do *Facebook* -, a notícia insere-se no contexto de campanha presidencial, na qual Pastor Everaldo era o concorrente à Presidência da República pelo Partido Social Cristão. O texto aborda a relação dos evangélicos com Dilma Rousseff, que teria sido prejudicada pelo apoio de seu governo a questões como o aborto e o Kit Gay. Na chamada da matéria, questiona-se: “Assim como o kit gay, a portaria 415 [relacionada ao aborto] foi revogada apenas depois de intensa pressão dos evangélicos. Agora Dilma quer o voto religioso. Depois de eleita, será que ela não voltará com todas estas medidas de novo?” (Blog do Coronel, 2014). O texto segue apontando as contradições do governo petista em relação à população evangélica, sobretudo pela mobilização de ambas questões:

Medidas de seu governo contrariaram o segmento [evangélico], como a portaria do Ministério da Saúde que formalizou o aborto legal no SUS, ao preço de R\$ 443,30 por cirurgia. A medida acabou revogada. Outra contrariedade foi uma cartilha do Ministério da Educação - o chamado "kit gay" - no primeiro ano do governo. O material visava combater a homofobia na escola, mas recebeu críticas de que seria ofensivo (Blog do Coronel, 2014).

Realizo pela ferramenta *Google Search* uma busca acerca da referida portaria e encontro seu texto original na página do Ministério da Saúde. O documento indica uma série de procedimentos a serem realizados em unidades de saúde em relação às condições em que o aborto, na época, já era legalizado: casos de vítimas de violência sexual, fetos anencéfalos e risco de vida para a gestante (Ministério da Saúde, 2014). Sobre a revogação da portaria, o

portal G1 aponta um comunicado do Ministério, afirmando que a renúncia se daria em função da “falta de acerto nos detalhes” entre Governo Federal e municípios brasileiros. No entanto, anuncia também a pressão de lideranças evangélicas contrárias à resolução, bem como sua celebração em redes sociais após a notícia do recuo - como se pode ver na postagem do então deputado federal Eduardo Cunha (na época PMDB) em seu *site*:

"Quero deixar aqui registrado o agradecimento ao ministro pela compreensão do tema e pela decisão tomada de revogação da portaria 415. Certamente, após estudá-la, ele deverá apresentar alguma nova proposta ou nova portaria nos estritos termos da legislação vigente”, disse Cunha, para quem a portaria “na prática” legaliza” o aborto no país “mesmo sob a desculpa de atendimento à legislação em vigor.” (G1, 2014).

O texto do portal *Blog do Coronel*, bem como a pesquisa realizada em outros veículos, aponta um funcionamento comum para as polêmicas do Escola sem Homofobia e a Portaria 451, ambas apresentadas por órgãos do Governo Federal e renunciadas logo em seguida pela chefe do Executivo, após pressão de lideranças parlamentares vinculadas a religiões neopentecostais. Nota-se, porém, que, mesmo diante do recuo de Rousseff - que, nos dois casos, agiu em conformidade com os deputados da oposição -, a Presidente ainda é apresentada sob a forma de desconfiança em função das temáticas do aborto e da homossexualidade pelas lideranças evangélicas. Como aponta o *blog* em questão: “O senador Magno Malta (PR-ES), frisa que o candidato dos evangélicos é Everaldo. E que no segundo turno, ele vai pedir votos para "qualquer um", menos para Dilma” (Blog do Coronel, 2014). Cabe lembrar que tal senador participou da campanha de Rousseff e, anos antes, era também apoiador de Lula, como aponta a Folha de São Paulo:

Outra frase, também encontrada no site oficial do senador, Malta diz: “Eu sou Dilma e nela eu confio de olhos fechados. Vocês podem não saber, mas quem sempre esteve por trás do nosso presidente é esta mulher que muito fez pelo estado [do ES], enquanto ministra-chefe da Casa Civil” (Folha de São Paulo, 2018).

Pela via dessa publicação, constata-se, novamente, o Kit Gay como ator engendrado a uma rede de críticas na oposição ao Partido dos Trabalhadores, em especial no contexto de campanha à Presidência da República. Dessa vez, a crítica volta a tomar centralidade em prerrogativas morais, que associam a homossexualidade ao aborto para compor um panorama de investidas federais contrárias à população evangélica. Ainda na associação do Kit Gay ao

governo Rousseff, constata-se que este é performado, aqui, em linearidade ao o Escola sem Homofobia, apontando que ambos passam, mais uma vez, a significar a mesma coisa.

A última inserção em materiais do ano de 2014 se dá pelo texto “Kit Gay voltou ampliado e agora está espalhado pelas páginas do livro didático”, divulgado no *blog* De Olho no Livro Didático - um portal destinado a avaliar a ocorrência de doutrinação ideológica em materiais e políticas educacionais. Referente ao dia 15 de dezembro, trata-se de um texto cuja fonte é um artigo escrito no Jornal Opção, com direcionamento à matéria original - no entanto, o *link* aparenta estar corrompido, levando a uma página do mesmo jornal com os dizeres: “Infelizmente nada foi encontrado nesta página”. O mote da publicação é a suposta divulgação de livros didáticos pelo MEC, no ano de 2014, que reeditavam as temáticas do material abandonado por Rousseff em 2011.

No início deste semestre, porém, chegaram às escolas de várias cidades do país amostras dos livros didáticos para 2014. A partir dos exemplares que vieram para as escolas da Rede Municipal de Educação de Goiânia, percebe-se que o MEC ousou novamente ao reeditar o antigo projeto, além de inserir nos mesmos o também delicado tema da chamada nova configuração familiar (De Olho no Livro Didático, 2014).

Nos parágrafos seguintes, explica-se que tais temáticas não são abordadas em um caderno separado, ou em um cartilha específico para seu trabalho, tal qual se efetivaria no Escola sem Homofobia de 2011. Os materiais de 2014, pelo contrário, fariam referência à diversidade sexual e de gênero, bem como às novas configurações familiares, em meio aos conteúdos de outras disciplinas, de modo que “a retirada destes temas polêmicos resultaria em prejuízo para uma parte considerável de todo o material didático” (De Olho no Livro Didático, 2014).

Nesse sentido, é notável o movimento de relacionar as temáticas da diversidade sexual e de gênero, com o acréscimo das novas configurações familiares, ao Kit Gay, mesmo não sendo mais o material de 2011 em questão. O Escola sem Homofobia, cartilha específica para o trabalho de tais assuntos, é assumido como referência do novo caderno didático por esse último abordar temáticas similares, mesmo que de forma distinta: não mais por uma cartilha própria, mas agora com os polêmicos assuntos misturados aos conteúdos das disciplinas. Por essa via, mais uma vez se associa linearmente o Kit Gay ao Escola sem

Homofobia, tomando-os como ponto fundamental do trabalho com gênero e sexualidade no âmbito escolar.

Os novos instrumentos didáticos, desse modo, apresentam-se em continuidade com o projeto de 2011, simplesmente por abordarem, de outra maneira, temáticas semelhantes às que geraram a querela três anos antes. Kit Gay, assim, passa a ser performado enquanto a ampla gama de possibilidades nas quais o Escola sem Homofobia pode *retornar*, em diferentes contextos. Bem como no pronunciamento de Bolsonaro referente à primeira matéria deste ano, é a ameaça de retorno que configura o perigo do Kit Gay.

A inserção no ano de 2014 nos permite compreender o interessante movimento de aproximação e afastamento do Kit Gay em relação ao Escola sem Homofobia. Se o primeiro continua abarcando uma gama cada vez mais ampla de atores que aqueles associados ao segundo, notamos que é justamente a referência ao projeto de 2011 que sustenta sua verdade no presente. A fala de Bolsonaro na matéria do dia 22 de abril é relevante para tal entendimento: “Esse é o kit gay que Dilma Rousseff disse que tinha recolhido, mas que está saindo do armário”. Sair do armário, aqui, retoma a metáfora do assumir-se publicamente homossexual, em função da temática a que se refere o kit, mas também pelo processo de tornar visível algo que antes estava escondido.

Dessa forma, o Kit Gay passa a ser performado como aquilo que permanece presente, mesmo sob disfarce, “no armário”, após a renúncia do Escola sem Homofobia, podendo reaparecer a qualquer momento. Algo pode restar dele em todos os materiais didáticos promovidos desde seu cancelamento. Tal afirmação encontra respaldo em outras publicações do mesmo ano, especialmente nos portais Blog do Coronel e De Olho no Livro Didático, que apontam os perigos do retorno das questões de gênero e sexualidade num eventual segundo governo Rousseff, e a reparação de tais temáticas em um material didático promovido pelo MEC, respectivamente.

Considerando as circunstâncias eleitorais, podemos efetuar uma comparação entre os resultados do mapeamento desse ano com os de 2012, quando da última votação para as prefeituras municipais. Em ambos os casos, percebe-se a tendência de associar o Kit Gay ao Escola sem Homofobia, sendo performados como algo muito próximo, quando não a mesma coisa. Essa perspectiva remete à ampla gama de críticas ao Partido dos Trabalhadores mobilizada por essa polêmica, de modo que, mesmo quando ela surge sem a evidente conotação moral, tal qual a segunda matéria aqui analisada, passa a indicar a má

administração pública promovida por tal partido, associando-se principalmente ao dinheiro como ator da controvérsia. Nesse sentido, podemos entender que votações favorecem a aproximação dos dois kits - mesmo em textos que não se opõem à sua implementação -, performados em linearidade como estratégia eleitoral.

Por fim, é notável a entrada da “ideologia de gênero” como novo ator na rede de controvérsias, ressignificando os anos anteriores da polêmica a partir da sua relação a uma investida internacional - e marxista - contrária à família. Isso não significa assumir que esta foi a primeira vez que Kit Gay e “ideologia de gênero” foram retoricamente associados - a presente investigação não daria conta de tal suposição. Mas sim que, em âmbitos gerais, a relação promove uma atualização para a controvérsia, passando agora a indicar um movimento de maior magnitude, já que se associa a eventos globais. Magnitude essa confirmada pela recorrência da temática nos anos subsequentes.

3.5 2015

A inserção na teia de controvérsias do ano de 2015 dá-se pela análise da coluna “Baixe o ‘Escola sem Homofobia’ - chamados por intolerantes de ‘Kit Gay’”, publicada dia 11 de fevereiro no *Blog* do Sakamoto. O texto refere-se à divulgação do material abandonado no ano de 2011, na página virtual da Revista Nova Escola, como continuidade da versão impressa que ia às bancas naquele mês, abordando as temáticas de gênero e sexualidade no contexto educacional. Segundo o texto, a ABGLT, ONG responsável pela confecção do caderno, havia repassado a cartilha à revista por “não acreditar que ele seria desengavetado pelo governo” (Blog do Sakamoto, 2015).

O texto mostra-se crítico ao veto do material, sobretudo pela ação de deputados contrários à sua implementação. O autor afirma: “Diziam que esse ‘Kit Gay’ iria estimular ‘o homossexualismo e a promiscuidade’. Como se fosse possível um material didático forçar uma orientação sexual ou uma identidade de gênero” (Blog do Sakamoto, 2015) - parafraseando pronunciamentos de Jair Bolsonaro já abordados aqui. A campanha midiática contrária ao kit é nomeada como “absurda” e equiparada à ação dos deputados empenhados em sua viralização:

O absurdo rivaliza, talvez, com a ação de parlamentares que colocam o fundamentalismo religioso acima da garantia da dignidade, com a falta de coragem do governo federal, que engavetou o material, e o comportamento de colegas jornalistas

que ajudaram a batizar esse material didático de "Kit Gay", reduzindo a complexidade da discussão e ajudando a reafirmar preconceitos em nome da audiência (Blog do Sakamoto, 2015).

Em função das informações do *blog*, dirijo-me à página da revista, encontrando o texto de divulgação do material naquele ano, nomeado “Conheça o ‘kit gay’ vetado pelo governo federal em 2011”. Contando com uma breve introdução à história do material, a publicação informa as tensões entre o Governo Federal, o setor parlamentar contrário ao projeto e a ONG responsável por sua elaboração:

Em 2011, quando estava pronto para ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto. Nas acusações feitas, o "kit gay" - como acabou pejorativamente conhecido - era responsável por "estimular o homossexualismo e a promiscuidade." O governo cedeu à pressão e suspendeu o projeto (Nova Escola, 2015).

Por quase quatro anos, o 1,9 milhão de reais investido no projeto pareceu perdido. Sem esperanças de que o material fosse oficialmente desengavetado, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), envolvida na elaboração, decidiu divulgar o caderno com instruções ao professor, que estava no kit (Nova Escola 2015).

Na sequência, é indicado um *link* de *download* para o caderno, que se mantém ativo. Ao final do texto, estão disponíveis os quatro vídeos que acompanhavam a cartilha, publicados na plataforma *Youtube* por diferentes usuários. Os vídeos “Probabilidade” e “Torpedo”, curiosamente, estão referenciados à página pessoal de Carlos Bolsonaro, filho do deputado que protagonizava a maior oposição ao projeto na época. Esses, divulgados em contrariedade ao Escola sem Homofobia, apresentam avaliações e comentários predominantemente negativos, contrariando o texto que lhes divulga na revista.

Essas publicações apontam a complexa rede na qual o Kit Gay é performado enquanto um ator político. Nos dois textos, vê-se o uso do próprio material como defesa de sua implementação, de modo que a estratégia seja justamente a exposição para contrapor o cancelamento. Nesse sentido, a renúncia do programa passa a operar como um balizador de críticas e oposição tanto à bancada parlamentar responsável pela divulgação pejorativa do material quanto ao Governo Federal, por ter cedido a sua pressão. Quanto a esse, é notável

que o ator dinheiro retorna, indicando o cancelamento do kit - e não sua elaboração - como um desperdício de verba pública.

A divulgação de vídeos publicados pela oposição ao projeto em textos que mobilizam a sua defesa indica que a estratégia de expor o Escola sem Homofobia é compartilhada pelos dois lados do embate. É evidente que o vídeo é indissociável de outros atores que compõem sua enunciação, como o texto, o título e os comentários - performando no agenciamento seu lugar de afirmação ou oposição. No entanto, o fato do material ser o mesmo aponta que, ao menos nesse arranjo específico, é a própria cartilha abandonada que pode ser mobilizada em sua defesa ou contrariedade, de modo que não seja mais possível simplesmente contrapor a oposição ao Kit Gay negando seu caráter de veracidade ou nomeando-o apenas como uma mentira.

Mas, além da repetição dos vídeos, o que mais se mantém em comum entre as publicações do *blog* do Sakamoto, da Revista Nova Escola e de Carlos Bolsonaro? A indicação de que aquilo ali retratado, seja pela via de contrariedade ou defesa, pode ser entendido como um Kit Gay. Existe uma diferença na forma de apontar essa relação: nos materiais em defesa do Escola sem Homofobia, o apelido pejorativo é utilizado entre aspas, indicando que a escolha se refere a uma nomeação que o veículo não compartilha, enquanto nos vídeos esse nome é assumido como referência direta ao material. De todo modo, nota-se, mais uma vez, que Escola sem Homofobia e Kit Gay são performados como lineares, ou mesmo como sinônimos, pelos ditos dois lados do embate.

O segundo material chama-se “PT Impõe Kit Gay e Ideologia de Gênero nas Escolas”, um vídeo publicado dia 7 de abril na plataforma *Youtube* pelo canal *Blogdelinks* - com mais de 70 mil inscritos. Trata-se de um pronunciamento de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados, divulgando, novamente, o retorno do Kit Gay. O parlamentar menciona: “A senhora Dilma Rousseff, no início de 2011, falou que estava mandando recolher o material chamado Kit Gay”. Como contraponto a essa afirmação, apresenta um caderno, referindo tratar-se de um livro didático, e inicia a leitura de alguns trechos:

Temos aqui índios seminus, que é tradição deles, brincando de gavião. Diz aqui o texto: “Façam uma fila indiana. Todos nus. Fiquem bem agarradinhos junto do outro, e o último da fila” — é bem explícito — “agarre com mais firmeza para não ser comido” (...) Pelo amor de Deus! (...) No mesmo livro, mais avante, tem a brincadeira do jogo da memória. (...) Tem lá dois idosos, um idoso, uma idosa e

uma criança (netinho, vovô e vovó), um casal normal. Tem também dois casais, dois homens, para a criança começar a memorizar, a partir de 5 anos de idade, que ser gay é normal. Pelo amor de Deus, Dilma Rousseff! (Blogdelinks, 2015).

Bolsonaro não informa o nome do caderno didático em questão, nem como ele se relaciona com a política do MEC. No entanto, refere-o como continuidade do projeto abandonado por Rousseff, ao que ele nomeia como “política mentirosa” pelo fato do material não haver sido, de fato, abandonado. “De onde vem tudo isso? Vem do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. Ao que segue lendo trechos do referido plano:

Há coisas esquisitas aqui! Cursos de pós-graduação sobre diversidade sexual. O que é isso? Mais ainda: Incentivar a produção cultural ligada à juventude LGBT — o que é isso, meu Deus do céu! —; casas estudantis para hospedagem de travestis e transexuais, ou seja, república gay. Mais ainda: desconstrução da heteronormatividade! (Blogdelinks, 2015)

Tal trecho se relaciona com a publicação analisada no ano anterior, na qual o mesmo Plano Nacional é apontado de forma pejorativa, porém mantendo relações precisas com o texto original. Por fim, o parlamentar aponta a convocação de uma audiência com a então Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti: “Vamos convocar a Ministra para que ela venha se explicar sobre essa sanha homoafetiva nas escolas e tomar providência no sentido de que as criancinhas nas escolas sejam esquecidas por este Governo” (Blogdelinks, 2015).

O vídeo conta com cerca de 23 mil visualizações até o presente momento, 600 avaliações positivas, 36 negativas e 59 comentários. Nesses últimos, é notável o tom de concordância com a fala do deputado e com o direcionamento da publicação, explicitado em seu título. A referência à “ideologia de gênero” aparece em diversas manifestações, como se pode ver em: “Essa é a cartilha de ideologia de gênero que o vice Prefeito do Rogério Lisboa (PR), Ferrerinha (PT) queria implantar nas escolas municipais de Nova Iguaçu” e “Querem liberar eutanásia e o aborto, permitir casamento gay, incentivar o homossexualismo nas crianças (com esse absurdo da ideologia de gênero)”.

Com essa publicação, acompanhamos mais uma vez o movimento de aproximação e afastamento do Kit Gay em relação ao Escola sem Homofobia. O parlamentar Bolsonaro inicia seu discurso referenciando o abandono do projeto por Rousseff anos antes, anunciando

o retorno do Kit Gay a partir de elementos que não compunham o Escola sem Homofobia, performando uma linha de continuidade entre os atores. Kit Gay, assim, passa a significar um caderno escolar não nomeado, bem como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Nesse sentido, pode-se compreender que o deputado performa uma coordenação entre os diferentes atores, que passam todos a indicar agora o mesmo elemento.

Assim, é notável que o encadeamento, além de indicar uma estabilização do Kit Gay, também o refere como derivação de um projeto maior, que passa a englobá-lo: a “ideologia de gênero”. Tal associação não é feita pelo parlamentar em seu discurso, mas se conecta a ele a partir do título e dos comentários na publicação. Por essa via, pode-se entender que, nesse caso específico, Escola sem Homofobia já não é sinônimo de Kit Gay, mas sim seu ponto de referência fundacional, desdobrado em outros elementos que retomam seu perigo: a homossexualidade e a pedofilia como um plano internacional. Tal apreensão se dá não apenas pelo discurso de Bolsonaro, mas também no comentário exemplificado, que associa a “ideologia de gênero” a um programa municipal da cidade de Nova Iguaçu. Sob tal arranjo, pode-se perceber um movimento similar ao descrito no ano anterior: o Kit Gay como uma eterna ameaça de reaparecimento, em materiais de ordem diversa, conectados agora a um esforço transnacional contrário à família tradicional.

A terceira incursão nas controvérsias de 2015 refere-se à publicação “Prefeito petista quer distribuir cartilha gay nas escolas de Guarulhos”, do dia 4 de junho, no portal Gospel Prime. A matéria aborda a proposta de distribuição de um material escolar que discute temáticas de gênero e sexualidade no referido município. Com ampla discordância do projeto, apresenta-se as contraposições de um vereador e de uma psicopedagoga, que consideram a proposta da prefeitura inadequada. O termo Kit Gay não aparece no texto, mas sim nos descritores da notícia, em formato de *hashtag*: “#Guarulhos #Homossexualidade #Ideologia de Gênero #Kit Gay”.

Com um conteúdo semelhante, encontro uma publicação, no Twitter de Carlos Bolsonaro, com os dizeres: “O KIT GAY VOLTOU: Câmara de Campinas discute Plano p/ crianças nas escolas. No Rio, estamos de olho em @eduardopaes_”, referente ao dia 7 de junho. O texto acompanha um quadro informativo que traça um panorama histórico do Kit Gay, afirmando seu início em 2011, marcado pela oposição de Jair Bolsonaro, desenvolvendo-se até o presente momento, definido por uma cartilha cuja prefeitura do

município de Campinas pretendia levar às suas escolas municipais. A marcação do prefeito do Rio de Janeiro no *tweet* indica o tom de ameaça com que é afirmado o Kit Gay, podendo se alastrar em diferentes cidades brasileiras.

Nos dois materiais em questão, pode-se acompanhar um movimento similar de anunciação do Kit Gay: não mais em referência direta aos acontecimentos de 2011, tal significante passa a operar em relação a materiais diversos que abordam as temáticas da sexualidade e do gênero no contexto educacional. O *tweet* de Bolsonaro, ainda, aponta uma maior complexidade nessa passagem, de modo que a polêmica de 4 anos antes figure como ponto exterior à controvérsia, a partir do qual se desenvolve o Kit Gay enquanto uma ameaça constante. De um material específico referido ao MEC, esse agora opera como um perigo que pode se desenvolver em diferentes contextos, razão pela qual Carlos Bolsonaro promete fazer uma espécie de vigia frente ao prefeito do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, nota-se, desde os materiais do ano anterior, a amplificação de conteúdos que podem ser agrupados pelo aglutinador Kit Gay, como um sempre possível retorno daquele material vetado por Rousseff em 2011. Além disso, mais uma vez percebe-se a “ideologia de gênero” como ator articulado na controvérsia, de modo a considerar a polêmica brasileira dentro do amplo contexto de uma investida internacional pela afirmação do gênero e da sexualidade.

O último material analisado no ano de 2015 chama-se “Lula e o PT: Educação sexual nas escolas?”, publicado no portal Esquerda Diário, dia 5 de setembro. Trata-se de uma notícia em relação ao discurso do ex-presidente em um seminário na cidade de São Bernardo do Campo, no qual esse afirma: "o melhor momento em que a gente pode educar as crianças e formar novos cidadãos que evoluam como seres humanos é nas escolas" (Esquerda Diário, 2015). O veículo, no entanto, contesta a posição de Lula em função de decisões tomadas em seu governo e no de sua sucessora, Dilma Rousseff, que seriam contraditórias à sua visão da escola como produtora de cidadania:

A grande demagogia deste governo é afirmar a importância desses debates nas escolas, quando justamente foi o PT que vetou o kit-anti homofobia nas escolas, produzido pelo MEC com gastos federais para promover a inclusão e o respeito a diversidade, a partir de vídeos, de desenhos, que foram considerados "impróprios" e que "poderiam influenciar na sexualidade das crianças". (Mas se deve ter respeito e diversidade, porque a influência seria algo tão ruim?) (Esquerda Diário, 2015).

No último parágrafo, exibe-se a fala de uma ativista trans de crítica às políticas de coalizão do Partido dos Trabalhadores com setores conservadores da política, que resultaria não apenas em ações como o cancelamento do Escola sem Homofobia, mas também no assassinato de pessoas trans e a criminalização do aborto. Por fim, há a chamada para uma manifestação que ocorreria naquele mês, unindo setores da esquerda não identificados com o então Governo Federal: “Dia 18 marcharemos por nossos direitos, contra o PT e as oposições do PMDB e do PSDB. Nossa luta é ao lado dos trabalhadores e não dos empresários e políticos que só querem enriquecer” (Esquerda Diário, 2015).

Essa publicação indica os caminhos que a polêmica do Kit Gay assume enquanto mobilizadora de posicionamentos políticos. No ano de 2015, parecem se intensificar as manifestações públicas e midiáticas de crítica ao governo a partir da renúncia da cartilha Escola sem Homofobia, aqui relacionadas a uma gama de demandas que excedem a educação sexual nas escolas, tais como a descriminalização do aborto e as políticas públicas para a população trans. Dessa forma, Kit Gay opera como um aglutinador de críticas ao Partido dos Trabalhadores, nesse outro arranjo da própria esquerda, em forma de denúncia a sua omissão quanto às questões de gênero e sexualidade.

Tais materiais apontam, em 2015, uma situação similar à percebida no ano anterior, com a recorrência da polêmica enquanto balizadora de críticas ao Governo Federal, dividindo-se entre os atores que a apontam como uma confirmação do mesmo enquanto reiterador dos perigos à infância - propondo uma transversalidade entre materiais de municípios brasileiros e a investida internacional contrária à família - e aqueles que o utilizam justamente pela via oposta - apontando a ineficácia das políticas executivas frente às questões da sexualidade e do gênero. Dessa forma, podemos conceber o Kit Gay como manifestação de uma crise entre governo, parlamento, sociedade e movimentos sociais: de um lado, por sua produção; de outro, por seu cancelamento - performando sua existência enquanto realidade semiótico-material múltipla e constantemente em disputa.

Em relação aos materiais que criticam o governo pela ausência de foco na população LGBT, notamos a mobilização do próprio material abandonado enquanto defesa de sua implementação. Tal movimento cria contradições como a veiculação de vídeos utilizados enquanto crítica ao projeto - disponíveis nas páginas de importantes opositores, tais quais Eduardo Bolsonaro - em vias de afirmar a sua importância. Nesse curioso encontro, vemos

que Kit Gay assume uma forma similar de performance entre os lados adversários da polêmica, assumido como uma continuidade dos cadernos Escola sem Homofobia.

Dentre as suposições do Kit Gay enquanto ameaça à infância, destaca-se o seu entendimento como algo iniciado no ano de 2011, pela cartilha de combate à homofobia custeada pelo MEC, mas que permanece presente na constante possibilidade de retorno por materiais de ordens diversas. Bem como afirmava Bolsonaro em 2014 na votação do PNE, essa polêmica parece ficar em “um armário”, cujas portas entreabertas possibilitam sua eterna emergência, seja em contextos federais, estaduais ou municipais. Por essa razão, a abordagem de questões ligadas à sexualidade e ao gênero nas escolas passa a estar sempre sob vigia de parlamentares, atores da sociedade civil e da imprensa. Assim, é notável o direcionamento de Carlos Bolsonaro ao então prefeito do Rio de Janeiro, colocando-se contrário ao retorno do Kit Gay nessa cidade, mesmo quando não havia um projeto específico em questão. O *tweet*, pelo contrário, antevém qualquer ação da administração pública, marcando uma oposição a coisas que ainda nem sequer haviam sido formuladas.

O contexto de constante ameaça toma novos contornos com a inserção da “ideologia de gênero”, adicionando camadas de historicidade para o Kit Gay. Mesmo que as associações apareçam com maior frequência apenas no ano anterior, percebemos que a controvérsia é ressignificada em um âmbito temporal, na medida em que passa a sempre ter sido parte de uma investida contrária à família. Além disso, essa articulação promove uma coordenação em diversos níveis da controvérsia, que indicam um objeto comum, referido a uma intenção comum, independentemente do âmbito no qual são produzidos. Por essa razão, cidades e estados diferentes são correlacionados como vetores de um *mesmo* Kit Gay, da *mesma* “ideologia de gênero”.

3.6 2016

Para inserir-me no fluxo de controvérsias do ano de 2016, tomo como ponto de partida uma publicação da página oficial do então deputado Jair Bolsonaro na plataforma *Facebook*, dia 10 de janeiro, nomeada “LIVROS do PT ensinam SEXO para CRIANCINHAS nas ESCOLAS”. Trata-se de um vídeo de pouco mais de 6 minutos, no qual o parlamentar fala dirigindo-se à câmera, estando com a filha, na época com cinco anos de idade, em seu colo. O material tinha, até o momento de análise, mais de 158 mil reações, 284 mil compartilhamentos e 20 mil comentários.

O parlamentar inicia seu discurso remetendo a um pronunciamento recente do historiador Marco Antônio Villas, que teria confirmado suas críticas ao Kit Gay, denunciando o cenário atual das escolas públicas brasileiras. Sua fala refere-se aos currículos escolares contemporâneos, que seriam diferentes daqueles “do seu tempo”, período em que se “tinha educação de qualidade” (Bolsonaro, 2016). Quando menciona as escolas atuais, Bolsonaro pede para sua filha se retirar da cena, pois o conteúdo não seria adequado à sua idade. Nesse momento, retoma a polêmica do Kit Gay, apresentando um material impresso com os dizeres “Plano Nacional da Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT” - o mesmo analisado aqui em referência ao ano de 2013 com uma publicação na página *Slideshare*, que circulava no Congresso com o apelido “Panfleto Antigay”.

Em seguida, o deputado mostra o livro *Aparelho Sexual e Cia*, mencionando que o mesmo estaria disponível em escolas da rede pública: “Este é o livro do PT. O livro de Lula, de Dilma Rousseff”. Além disso, expõe um tablet com uma capa da Revista Nova Escola, do ano anterior, aberta em tela - que exibia um menino vestindo uma fantasia de princesa com os dizeres “Vamos falar sobre ele?” -, apontando que tal material também estaria disponível em colégios brasileiros. Retoma, então, o primeiro livro mencionado e diz:

O que o governo Dilma Rousseff PT faz? Compra centenas de milhares desses livros e distribui nas escolas. É uma grana para os companheiros e fica pervertendo seus filhos nas escolas. (...) É para pobre, para que não aprenda nada e no futuro seja apenas um beneficiário de bolsa família (Bolsonaro, 2016).

Nesse momento, a fala passa a se dirigir aos beneficiários do Bolsa Família, que o deputado afirma considerar um programa importante para a vida de milhões de brasileiros. No entanto, questiona: “O que é mais importante? O cartão do bolsa família ou a dignidade do seu filho?” (Bolsonaro, 2016). Por fim, dirige suas críticas ao Partido dos Trabalhadores, afirmando que esse seria conivente com a pedofilia e estaria doutrinando crianças para serem futuros militantes, visto que cem mil escolas públicas teriam “se transformado em comitês partidários do PT” (Bolsonaro, 2016).

No vídeo mencionado, nota-se o uso do Kit Gay como afirmação dos problemas das escolas públicas brasileiras, em consonância com a denúncia recente do historiador. Para tanto, o deputado parece articular diferentes atores, performando entre eles uma coordenação para o entendimento comum e estável do que seria o Kit Gay. Esse movimento retoma sua oposição ao Escola sem Homofobia de 2011, mas se alarga também a outros elementos: o

Plano Nacional, um livro não contemplado pela cartilha apresentada pelo MEC e uma revista da editora Abril - a qual, como vimos no ano anterior, não se mostrava em acordo com as diretrizes do Governo Federal, mas, pelo contrário, expunha fortes críticas ao mesmo pela renúncia do Escola sem Homofobia.

Assim, Bolsonaro reúne, sob a ideia do Kit Gay, uma série de atores que passam a mobilizar sua forte crítica contrária ao Partido dos Trabalhadores. É interessante, por essa via, que um material outrora apresentado como oposição ao governo é, nessa articulação contingente, promovido como comprovação do interesse do mesmo governo nas temáticas do gênero e da sexualidade. Assim, a Revista Nova Escola - que, no ano anterior, denunciava a desistência de Rousseff em relação a um material apelidado pejorativamente de Kit Gay -, passa agora a ser entendida como parte do próprio Kit Gay.

Em relação a esse movimento, faz-se interessante acompanhar a repercussão da publicação de Bolsonaro nas mídias sociais da mesma revista. Em seu canal no *Youtube*, a Nova Escola divulga um vídeo, dia 15 de janeiro, nomeado “NOVA ESCOLA checa discurso de Bolsonaro sobre ‘Kit Gay’”, contendo cerca de 80 mil visualizações. O material exhibe trechos da fala do então parlamentar, seguidos de textos na tela que exibem “correções” às informações por ele proferidas. Por exemplo, quando Bolsonaro diz “eu descobri o famigerado Kit Gay nas escolas”, surge na tela a frase: “O kit gay - nome dado pelos críticos - é, na verdade, o caderno ‘Escola sem Homofobia’”.

Quanto à afirmação de que o livro *Aparelho Sexual e Cia* estava disponível em bibliotecas de escolas brasileiras, a revista contesta: “O livro citado nunca ‘chegou às escolas públicas’. O Ministério da Educação afirma que a obra não consta de nenhum programa de distribuição de material didático”. As correções seguem ao longo da fala do deputado: “O livro não é para crianças”, “A editora diz que o livro se destina a maiores de 11 anos”, entre outras. Por fim, no momento em que Bolsonaro apresenta a capa da revista no tablet, surge a correção mais extensa do vídeo:

Isto não é um livro. É a Revista Nova Escola. Nova Escola não é para alunos, é a maior publicação para professores do Brasil. Nova Escola não tem nenhum exemplar comprado pelo Governo Federal. Nova Escola não é “dos companheiros”. É da Fundação Civita, ligada ao grupo Abril. A capa citada foi eleita a melhor de 2015 pela Associação Nacional dos Editores de Revistas. O menino que a ilustra está vestido de princesa. Mas segue sendo um menino (Nova Escola, 2016).

Entre seus 351 comentários, parecem disputar espaço manifestações de endosso ao conteúdo do vídeo e críticas ao mesmo, apoiando a fala de Jair Bolsonaro que havia sido “corrigida” na publicação. Muitos deles, inclusive, já anunciavam, em 2016, sua intenção de voto para a próxima eleição federal, na qual o deputado se candidataria a Presidente da República. É interessante notar que o ímpeto de verificação da revista não encerra ou estabiliza o Kit Gay: vê-se, pelo contrário, a intensificação da controvérsia nas manifestações da audiência, principalmente em comentários contrários às correções da revista.

Ainda, nota-se que a estratégia argumentativa da Nova Escola se aproxima a de outros atores descritos nos anos passados, que criticavam o governo pela renúncia do material, afirmando a sua relevância e necessidade na educação brasileira. Nesse campo retórico, Kit Gay é novamente tomado como uma mentira, um falseamento midiático da cartilha abandonada por Dilma Rousseff. Se, de um lado, a gama de atores dentre os quais Jair Bolsonaro aparece em destaque demonstra alargar cada vez mais as fronteiras do que pode ser entendido como Kit Gay, a estratégia oposta situa-se de modo radicalmente contrário: manter o Kit Gay enquanto mero apelido pejorativo do programa Escola sem Homofobia.

O terceiro material mapeado chama-se “A pedofilia vai à escola”, publicado no *blog* Puggina - portal administrado por Percival Puggina, que visa a conciliar ideais “conservadores” e “liberais”, tendo cerca de 70 mil seguidores no *Facebook* -, dia 20 de janeiro. Trata-se de uma denúncia contra materiais voltados à educação sexual nas escolas, associada pelo autor à pedofilia:

Essa educação sexual, se não está empenhada em antecipar o processo de erotização no desenvolvimento infantil, está dedicada a algo tão parecido com isso que se torna impossível perceber a diferença” (Puggina, 2016).

Para o *blog* Puggina, o Kit Gay não é tomado enquanto termo guarda-chuva para todos esses materiais, tal qual se acompanha na maioria das publicações aqui mapeadas. Pelo contrário, afirma: “Não vou nominar obras para não fazer publicidade de lixo pedagógico, mas há de tudo. O famoso kit gay não foi o primeiro nem o último material pernicioso” (Puggina, 2016). Dessa forma, parece realizar uma associação entre o termo e o material Escola sem Homofobia, abandonado em 2011. Mesmo sem estendê-la a publicações posteriores, a polêmica aparece como um ponto de referência para o problema dos cadernos pedagógicos que estimulariam crianças à homossexualidade e à pedofilia.

Para o portal, a “simples ideia de que tais orientações encontrem guarida em receitas pedagógicas no ambiente acadêmico e educacional do país é repugnante” (Puggina, 2016). Aponta-se, em seguida, o Ministério da Educação enquanto um veículo dessas ameaças à infância, sobretudo pelo caderno “Parâmetros Curriculares Nacionais”, publicado no ano de 1998, cuja sessão “Orientação Sexual” é transcrita em alguns trechos, como, por exemplo:

Nessa exploração do próprio corpo, na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo sexuado de menino ou menina. Preocupa-se então mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. Essas representações internalizadas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança. (Ministério da Educação, 1998, p. 296).

Tal fragmento é transcrito diretamente do documento oficial, sem alterações na escrita, de modo que, como visto em materiais anteriores, não se pode afirmar a falta de veracidade da publicação. No entanto, é notável que a crítica ao texto informa conteúdos não percebidos no trecho em específico. O *blog* Puggina afirma: “Está aí a ideologia de gênero e a subsequente revogação que pretende promover da anatomia, da genética e dos hormônios, cujos efeitos estariam subordinados a padrões sociais” (2016). Tal negação dos fatores biológicos e corporais não encontra respaldo no texto se esse for tomado em sua literalidade. Afinal de contas, é explicitamente enunciado: “Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos” (Ministério da Educação, 1998, p. 296).

Nesse sentido, é interessante o uso de um fragmento que sequer menciona a diversidade sexual e de gênero - pelo contrário, parece mais descrever uma situação idealmente normativa - enquanto objeto de denúncia contrária à “ideologia de gênero”. Não há deturpação do material, não há falseamento da informação: é a mera alusão ao trabalho com a sexualidade no campo escolar que anuncia os perigos da pedofilia e a ameaça da sexualidade às crianças, balizadas pela “ideologia de gênero”, mesmo quando essa diz

respeito a um entendimento da infância que não preconiza experiências incompatíveis com ao padrão cis e heteronormativo.

Em pesquisa no buscador *Google*, percebo que o material foi republicado no *site* “Escola sem Partido: Educação sem Doutrinação”, portal que se propõe a combater a influência marxista nas escolas brasileiras. Essa premissa parece compartilhada pelo *blog* Puggina, dado que o texto também anuncia: “Estamos, portanto, diante de algo sistemático, recorrente e renitente, que passa por cima, atropelando (“problematizando”, para usar palavra da pedagogia marxista) a orientação dos pais” (2016). Assim, os materiais que abordam a sexualidade no âmbito escolar - dentre os quais Kit Gay é apenas um exemplo - se articulam a uma crítica geral da escola brasileira, se inserindo em um contexto mais amplo de ameaças, materializadas na “ideologia de gênero” e na filosofia marxista. Ameaças essas que contradizem o lugar tradicionalmente relacionado à infância, como responsabilidade exclusiva da família, colocando a escola como possível agente de exposição das crianças à homossexualidade e à pedofilia.

O quarto material desse mapeamento refere-se à notícia “Livros didáticos que falam sobre união entre gays geram polêmica no TO”, publicada dia 18 de fevereiro pelo portal G1. Trata-se de uma querela travada no Tocantins, na qual a sociedade civil realizou protestos contrários a livros pedagógicos voltados a crianças de 6 a 10 anos de idade utilizados em escolas estaduais. Segundo o portal, o motivo das reclamações centrava-se nas referências ao uso de preservativos para relações sexuais e as menções a um “conceito amplo de família”, englobando casais “homoafetivos”.

A notícia aborda a questão em forma de controvérsia, expondo argumentos favoráveis e contrários à utilização da cartilha. No entanto, é interessante observar que o próprio veículo assume a perspectiva da “ideologia de gênero” em sua narrativa, como se pode ver no primeiro parágrafo: “As obras incentivam o uso da camisinha, abordam a ideologia de gênero e fazem menção ao casamento gay” (G1, 2016). Não há explicação no texto sobre o que seria a “ideologia de gênero”, apenas a menção tal qual aparece nos argumentos contrários ao livro didático.

Se conectarmos, porém, tal prerrogativa ao quadro de produção dessa temática efetivado nos três anos anteriores - bem como demonstra o presente mapeamento - é possível compreender a continuidade performada pelo jornal entre a suposição de uma investida internacional contrária à família e a situação particular em um estado do norte do Brasil.

Nesse sentido, coordena-se, novamente, um caso particular a um contexto global e generalista, de modo que situações locais passem a informar uma *mesma* estabilização para a “ideologia de gênero”.

Dando continuidade à matéria, o G1 aponta ações de vereadores em diferentes cidades do Tocantins para proibir a divulgação de “ideologia de gênero” nas escolas municipais. Além disso, menciona um comunicado do Ministério da Educação, que afirma não impor o uso de qualquer livro didático, de modo que essa decisão seja responsabilidade única dos colégios específicos. Ainda: “o órgão informou também que as famílias podem recorrer aos conselhos dos pais e às direções das escolas para manifestar contrariedade” (G1, 2016) - o que parece indicar a ausência de um projeto educacional de inclusão da diversidade sexual e de gênero pelo MEC, visto que a denúncia parece ser, pelo contrário, encorajada pela própria entidade.

A repercussão social da notícia, contudo, parece dirigir-se a um caminho de compreensão oposto, tal qual se pode perceber na caixa de comentários. Em diversas manifestações, aponta-se a responsabilidade do Ministério da Educação na propagação dessa ideologia, como visto em: “Alô nova escola, faz um novo vídeo negando junto com o MEC que esses livros saem SIM na rede de ensino.. Depois o ..Bolso na r o... que é mentiroso.. chora P.Tralhas”; “O MEC ao invés de se preocupar com o ensino das matérias básicas no ensino médio e fundamental que por sinal vai muito mal, preocupa se em ensinar promiscuidades nas escolas” e “Coisa do PT”.

Por essa via, compreende-se a articulação de atores locais a uma ideia generalista de ameaça à família e à infância por meio da sexualidade. Além disso, é notável a mobilização da controvérsia a uma crítica ao Partido dos Trabalhadores, em relações sempre acionadas quando emergem discussões sobre questões de gênero e sexualidade em materiais didáticos. Novamente, vemos uma situação específica, mediada por atores políticos de outras organizações partidárias (PSDB, em relação à prefeitura de Palmas; MDB no governo estadual do Tocantins), que evoca oposição ao PT e a seu Ministério da Educação - mesmo quando a própria entidade encoraja a denúncia contra colégios supostamente veiculadores da “ideologia de gênero”. Ao que parece, esse tipo de polêmica reaviva um “resto” do Kit Gay, algo dele que ainda permanece implícito em qualquer proposta pedagógica que mencione a diversidade sexual e de gênero em escolas brasileiras.

Por fim, o quinto ponto desse mapeamento é o vídeo “Kit Gay pela Família Bolsonaro”, publicado na plataforma *Youtube*, dia 28 de agosto, pelo canal *Digital Fênix*. Trata-se de uma compilação de trechos de vídeos de defensores do programa Escola sem Homofobia, intercalados com manifestações de Jair Bolsonaro e Carlos Bolsonaro, denunciando os perigos do Kit Gay. A maioria das imagens já apareceu nesse mapeamento em materiais dos anos anteriores - sobretudo em relação ao Seminário LGBT no Congresso Nacional, realizado em 2011.

É interessante perceber que os fragmentos de defensores do programa se referem a um momento posterior à desistência do Executivo em poucos meses, de modo que a retórica ainda se coloque enquanto mobilizadora de argumentos para que o Governo Federal pudesse voltar atrás na decisão. De todo modo, o conjunto de falas parece expressar, acima de tudo, uma crítica a Dilma Rousseff por ter vetado o Escola sem Homofobia, inclusive se opondo à associação desse material ao chamado Kit Gay. Dessa forma, nota-se um movimento semelhante àquele percebido na primeira publicação de 2016: de tornar a oposição ao Partido dos Trabalhadores pela não aprovação do Escola sem Homofobia uma parte constitutiva do próprio Kit Gay.

Tal associação é efetuada no texto descritivo do vídeo, associando os atores exibidos enquanto elementos do Kit Gay e da “ideologia de gênero”. Além disso, o material articula a denúncia a outras questões políticas que circulavam na cena pública naquele ano: o impeachment de Dilma Rousseff e a possível prisão de Lula:

Socialistas tentam implantar de qualquer jeito a ideologia de gênero estratégia da cartilha comunista a muitos anos, agora estamos no momento decisivo, o impeachment de Dilma, a prisão de Lula, e a apresentação do comunismo ao Brasil, está quebrando com tudo que tentaram esses comunistas fazerem com o Brasil, estavamos aos ponto de nos tornarmos um país socialista, faltou muito pouco a ser expurgado qualquer valor nacional, conservador desse país, agora temos que fortalecer esse lado da melhor maneira possível, e nada melhor do que a verdade, ela é a melhor ferramenta dos conservadores (Digital Fênix, 2016).

O material apresenta cerca de 90 mil visualizações e, até o momento da análise, 422 comentários, nos quais abundam manifestações de concordância com o conteúdo do vídeo. Muitos desses datam do ano de 2018, período de campanha eleitoral, expressando endosso à candidatura de Jair Bolsonaro, como se pode acompanhar em: “Para que isso nunca aconteça,

BOLSONARO 2018!” e “ainda bem q temos homens de bem pra lutar com a gente! 2018 Bolsonaro pra Bolsonaro pra mudar o Brasil”.

Esse tipo de manifestação, que encontra respaldo em muitos outros objetos do presente mapeamento, indica o modo como o Kit Gay e sua articulação à “ideologia de gênero” tomaram centralidade na corrida presidencial, fazendo parte do “estado das coisas” contra o qual a candidatura do Partido Social Liberal afirmava se opor. É claro que esse material específico não pode informar em abrangência sobre o momento da eleição, mas, em relação aos outros elementos aqui descritos, é possível traçar uma linha de continuidade na qual o Kit Gay passa a ser performado como um importante ator político na campanha pela Presidência da República.

Nesta incursão no ano de 2016, podemos acompanhar alguns movimentos do Kit Gay, sobretudo na sua performance enquanto um ator político. No primeiro e no último material analisados, notamos o procedimento de apropriação das críticas que o então Governo Federal recebia de setores empenhados em afirmar a importância do trabalho com a diversidade sexual e de gênero nas escolas pela retórica do Kit Gay. Como visto, atores que realizavam oposição ao Executivo em função do cancelamento do material, tais quais a revista Nova Escola e os participantes do Seminário LGBT no Congresso Nacional, são assumidos enquanto parte do próprio kit que acusavam Dilma Rousseff por não tê-lo levado a cabo.

Dessa forma, compreendemos o processo de coordenação que a retórica do Kit Gay performa em relação ao Escola sem Homofobia. Se o Executivo recebia fortes críticas pelo abandono do programa, sobretudo por atores vinculados ao campo da esquerda, essas foram sofrendo reapropriações em sua forma de apresentação, de modo que a oposição a Dilma Rousseff pela renúncia do kit passasse a funcionar como elemento central do próprio kit. Ou seja: as denúncias de omissão ou abandono da temática LGBT pelo poder Executivo paradoxalmente performam no debate público uma comprovação de que esse mesmo governo estaria vinculado à defesa da diversidade sexual e de gênero.

Com o vídeo da revista Nova Escola, acompanhamos o campo de disputa pela inteligibilidade do Kit Gay, marcada por uma resposta crítica e de oposição ao pronunciamento de Jair Bolsonaro. Para esse veículo, a controvérsia é assumida enquanto um nome pejorativo para o Escola sem Homofobia, de modo a afirmar que o Kit Gay seria, literalmente, uma mentira. No entanto, é notável que tal assunção carece de poder articulatório, de modo que a checagem e as correções proferidas pelo material são contestadas

de forma veemente na caixa de comentários. Em inúmeras manifestações, o ímpeto de verificação é apontado como mentiroso, e a afirmação de que “não existe Kit Gay” passa, novamente, a ser inferida como parte do próprio Kit Gay.

Ainda acerca das noções de verdade ou mentira aplicadas ao Kit Gay e à “ideologia de gênero”, podemos perceber um movimento interessante na publicação do *blog* Puggina. Em primeiro lugar, circunscreve o Kit Gay ao Escola sem Homofobia, referindo esse último como apenas um dos materiais veiculadores da “ideologia de gênero”. No entanto, centra sua argumentação em um documento muito mais antigo, divulgado pelo MEC no ano 1998, utilizando de transcrições literais para fundamentar seu argumento. O conteúdo citado pouco informa sobre a diversidade sexual e de gênero, tratando-se de uma situação que evoca a heterossexualidade - o que não o impede de ser tomado enquanto denúncia da “ideologia de gênero” e do marxismo. Por essa via, podemos compreender que o problema percebido em relação a esses materiais didáticos não se dá, necessariamente, por uma deturpação ou mentira em relação aos mesmos: ao contrário, o texto do blog demonstra que é a própria existência da educação sexual, tal qual prevista em um texto oficial, que se eleva como objeto de denúncia e rechaço.

Ainda, notamos um movimento também presente em anos anteriores de associação do Kit Gay e da “ideologia de gênero” a situações particulares, em estados ou municípios específicos, passando a relacioná-los a um quadro mais amplo e internacional de defesa da diversidade sexual e de gênero. Desse modo, casos particulares adquirem uma nova historicidade, pela qual sua manifestação pode ser entendida como uma continuidade para o projeto global de ataque à família. Cria-se, assim, uma coordenação entre espaço e tempo, na qual um caso singular se torna informante do contexto nacional e mundial. Por essa via, o Partido dos Trabalhadores permanece como ator contínuo da controvérsia, mesmo quando a administração pública do lugar em questão - por exemplo, o Tocantins - apresenta quadros políticos vinculados a outras organizações partidárias.

Assim, compreendemos que a renúncia ao Escola sem Homofobia não foi suficiente para desvincular o então Governo Federal de sua associação à diversidade sexual e de gênero, de modo que o Kit Gay apareça enquanto um “eterno retorno possível”, tendo a Presidência da República e o Ministério da Educação como pontos de referência. No último material, por exemplo, vimos a associação da polêmica ao impeachment de Dilma Rousseff e a iminente prisão de Lula, fatos tomados como vitoriosos também por sua suposta relação com o Kit

Gay. A controvérsia, assim, parece ser *sempre* performada na oposição ao Partido dos Trabalhadores, já dando indícios, no ano de 2016, de sua utilização como argumento para a eleição presidencial que se aproximava.

3.7 2017

Na busca por materiais do ano de 2017, encontro pela ferramenta *Google Search* quatro matérias da Revista Veja, publicadas em 2012, com autoria de Reinaldo Azevedo, que foram reeditadas - ou seja, sofreram alterações e voltaram ao ar - no dia 18 de fevereiro. Em todas elas, há uma forte crítica ao Partido dos Trabalhadores, centralizada na figura de Fernando Haddad, associando-o ao desenvolvimento dos materiais nomeados enquanto Kit Gay. Como vimos no presente mapeamento, a controvérsia no ano de 2012 tomou palco sobretudo na campanha pela prefeitura de São Paulo, na qual o antigo Ministro da Educação terminou eleito.

As colunas da Revista Veja retomam algumas polêmicas da época, como a associação entre a ideia de um Kit Gay a materiais organizados pela gestão do ex-governador paulistano José Serra, em uma publicação da Folha de São Paulo já abordada aqui. Para o autor, tal comparação seria mentirosa, especialmente em função de que os materiais do tucano seriam destinados a professores e educadores, enquanto os do petista cairiam diretamente nas mãos dos alunos. Segundo ele: “Estão tentando igualar o que é um material de ORIENTAÇÃO AO PROFESSOR COM FILMES QUE SERIAM EXIBIDOS EM SALA DE AULA” (Veja, 2017) - argumento já respondido inúmeras vezes por representantes do Ministério da Educação, afirmando que os cadernos Escola sem Homofobia também chegariam aos jovens apenas pela mediação de adultos.

No quarto texto de Azevedo, intitulado “‘Kit gay’ preparado pela gestão de Fernando Haddad na educação foi o primeiro a propor ‘transgêneras’ em banheiro feminino. Esse rapaz sempre dando boas idéias...”, a crítica centra-se no vídeo Encontrando Bianca, que constava no DVD Escola sem Homofobia. Tal material apresentava a história de uma menina que iniciava sua transição de gênero - e, nesse processo, entrava pela primeira vez em um banheiro feminino. Segundo o autor:

E ali se defendia o “direito” de usar o banheiro feminino. Os filmes resultaram tão primitivos e prosélitos que Dilma Rousseff vetou. Foi mais um dos esforços de

Fernando Haddad em favor da educação e do bom uso de recursos públicos (Veja, 2017).

É notável que os quatro materiais de 2012 (retomados em 2017) parecem indicar que o próprio conteúdo dos cadernos Escola sem Homofobia - bem como sua suposta destinação a crianças - foi o que incidiu em seu cancelamento. O autor não menciona a atuação de deputados na exposição pública da polêmica, nem mesmo o clima de tensão entre os poderes Legislativo e Executivo - que, como vimos, tiveram importante papel na consolidação da ideia de um Kit Gay durante o ano anterior. Pelo contrário, as palavras de Azevedo indicam que até mesmo o veto de Rousseff teria decorrido apenas pelo caráter “primitivo” e “prosélito” da cartilha apresentada por seu Ministério da Educação.

Nesse enquadramento da controvérsia, percebe-se que o Kit Gay é performado enquanto obra e responsabilidade exclusiva de Fernando Haddad - o que acompanha nosso entendimento acerca das publicações do ano de 2012, quando o então candidato à prefeitura de São Paulo era comumente associado à polêmica na época. No entanto, o que teria levado a revista a editar e republicar tais conteúdos? Por que, em um mesmo dia do ano de 2017, quatro materiais sobre o Kit Gay e sua específica relação com o ex-Ministro da Educação foram retomados pela Revista Veja?

Para tentar responder a tais indagações, realizo uma nova busca na plataforma *Google*, agora com o descritor “Fernando Haddad”, específica para fevereiro de 2017, visando a compreender o panorama de oposição ao político retomado naquele período. Encontro a matéria “Fernando Haddad, o homem do ‘kit gay’, vira conselheiro da PUCSP”, publicada pelo portal Sempre Família¹⁷, no dia 24 de fevereiro, seis dias após a edição dos textos da Revista Veja. Nessa, o veículo tece uma crítica à decisão do reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ao nomear o ex-prefeito como membro de seu Conselho Universitário.

Em seguida, a publicação elenca alguns pontos da trajetória de Haddad que contrapõem a sua conexão com a Igreja Católica, todos eles pautados pela associação entre o político e a diversidade sexual e de gênero. Além do Kit Gay, primeiro elemento mencionado, aponta-se, por exemplo, o programa Transcidadania e a inclusão da Parada

¹⁷ Sempre Família é uma página vinculada ao jornal Gazeta do Povo, dirigida à preservação dos ideais tradicionais de família. Seus conteúdos são separados nas seguintes seções: Defesa da Vida, Casamento e Compromisso, Virtudes e Valores e Educação dos Filhos.

Livre no calendário oficial da cidade de São Paulo, efetivados em sua gestão enquanto prefeito. Por fim, em razão dessas ações supostamente não compatíveis com o cristianismo, a nomeação é descrita como “constrangedora” e “curiosa” pelo veículo.

A presente pesquisa não permite associar linearmente as críticas de Azevedo a esse fato específico, até mesmo porque a nomeação do reitor da PUC-SP foi efetivada na semana posterior à comemoração de suas postagens - e não poderíamos supor que a Revista Veja teve acesso prévio às deliberações da universidade. De todo modo, percebe-se com tais matérias a retomada de uma conexão entre Fernando Haddad e Kit Gay, conforme descrito principalmente no ano de 2012. Nesse sentido, o Escola sem Homofobia retorna como ponto de referência da controvérsia, de modo que a polêmica volte a significar um apelido pejorativo para o programa abandonado por Dilma Rousseff.

Ainda, é importante destacar que, segundo a ferramenta *Social Animal*, a matéria citada da Revista Veja foi a segunda mais interagida no ano de 2017 com os descritores Kit Gay, somando cerca de 300 engajamentos no *Twitter* e 3.500 no *Facebook*. Desse modo, a retomada dos conteúdos de Azevedo também deve ser compreendida em um plano de mobilização política, à medida que o resgate de seu texto torna-se popular cinco anos após a publicação original, canalizando, mais uma vez, oposição a um político do Partido dos Trabalhadores pela sua suposta associação à diversidade sexual e de gênero.

A terceira publicação analisada chama-se “O que foi o 'kit gay', material escolar sobre homossexualidade criticado por Bolsonaro e Inês Brasil”, divulgada pelo portal *HuffPost*, dia 29 de agosto. Segundo a plataforma *Social Animal*, essa é a matéria que apresentou maior interação no ano de 2017, com mais de 6 mil engajamentos no *Facebook*. Trata-se de uma explicação sobre a controvérsia do Kit Gay mobilizada por um vídeo que havia se tornado viral naquele período, no qual Jair Bolsonaro e a cantora Inês Brasil trocavam elogios em um aeroporto. Publicado pelo então deputado em seu perfil no *Facebook*, a peça audiovisual é nomeada como “Inês Brasil e Jair Bolsonaro são contra o Kit-Gay nas escolas” - dado que, ao final do vídeo, o parlamentar afirma sua oposição a materiais didáticos com apologia à homossexualidade, ao que Brasil parece concordar.

A partir da declaração dos dois atores, a matéria traça um histórico do Kit Gay, associado linearmente ao programa Escola sem Homofobia: “(...) o Escola sem Homofobia, chamado de ‘Kit Gay’ na época pela bancada evangélica, era constituído por vídeos elaborados pelo MEC” (Huffpost, 2017). Enfoca-se, também, a oposição que o projeto sofreu

dentro do parlamento: “Bolsonaro (...) foi um dos primeiros a se posicionar contra o projeto, e alegou que o MEC e grupos LGBT ‘incentivariam o homossexualismo (sic) e a promiscuidade’ e tornam os filhos ‘presas fáceis para pedófilos’” (Huffpost, 2017).

Quando se retoma o veto ao programa, o texto assume tom crítico à decisão de Dilma Rousseff, afirmando que essa havia cedido a pressões parlamentares para o cancelamento do kit. Utiliza também a verba pública destinada à confecção do material como um argumento contrário à sua renúncia. Por fim, menciona a Revista Nova Escola, divulgada dois anos antes, como uma retomada para os cadernos, de modo que a publicação editorial tenha dado uma “nova chance” ao Escola sem Homofobia:

Após quatro anos, o projeto que custou cerca de R\$ 1,9 milhão ganhou uma nova chance. Em fevereiro de 2015, a revista Nova Escola estampou na capa um menino vestido com fantasia de princesa para debater questões de gênero na infância. A capa teve grande repercussão e a reportagem disponibilizou o download do Escola sem Homofobia, cedido pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) (Huffpost, 2017).

Nos 50 comentários do texto, nota-se a configuração de controvérsia na qual o Kit Gay é performado por leitores do veículo. Há em maioria manifestações contrárias ao projeto abandonado, afirmando especialmente que a escola não seria o local propício para discussões acerca da sexualidade - assunto reservado às famílias. Algumas delas descrevem a cartilha em voga como parte da “ideologia de gênero”, enquanto outras sugerem o voto em Jair Bolsonaro na eleição presidencial do ano seguinte. Por outro lado, observa-se também respostas nas quais o material é defendido, especialmente por um viés de respeito às diferenças e redução das desigualdades. Os comentários, usualmente com muitas respostas nas quais se trava uma discussão entre os dois lados do embate, apontam o Kit Gay como uma polêmica, cuja “verdade” se coloca sempre em disputa e discussão.

Essa matéria, posicionada na defesa do projeto e crítica à sua renúncia pelo Governo Federal, performa o Kit Gay como um elemento do passado a partir de sua rememoração. Para o veículo, pode-se compreender que tal nomenclatura, mesmo seis anos após a polêmica envolvendo o Ministério da Educação, ainda orbitaria em volta da cartilha abandonada por Rousseff - de modo que Kit Gay seja, mais uma vez, tratado como um apelido pejorativo para o Escola sem Homofobia. No entanto, no vídeo que ilustra a postagem (apresentando o

encontro entre o deputado e a cantora), a frase de Bolsonaro diz respeito apenas a materiais escolares, tratados de forma generalista - nomeados na sua publicação como Kit Gay.

Deste modo, ao reduzir o conteúdo do material audiovisual a uma querela distante, iniciada e finalizada no ano de 2011, a crítica do veículo parece deixar escapar todo o desenvolvimento posterior da controvérsia, no qual o Kit Gay nomeou não só o Escola sem Homofobia como também uma série de outros materiais, tal qual acompanhamos neste mapeamento. Assim, a fala generalista de Bolsonaro - que afirma sua oposição a toda e qualquer cartilha pedagógica que aborde o gênero e a sexualidade - é simplificada pela oposição a um objeto do passado, desconsiderando o quadro de repetições no qual esse passado é performado inevitavelmente no presente.

O quarto material mapeado no ano de 2017 é um *tweet* de Eduardo Bolsonaro (no momento Partido Social Cristão), então deputado federal pelo estado de São Paulo, publicado no dia 12 de setembro. Trata-se de uma montagem em vídeo que intercala um pronunciamento contrário ao Kit Gay por seu irmão, Carlos Bolsonaro (na época vereador do município do Rio de Janeiro, também pelo PSC), a cenas do filme “Probabilidade”, que compunha a cartilha apresentada pelo MEC em 2011. O vídeo acompanha a seguinte legenda: “Conhece o vídeo do kit-gay "probabilidade"? E a fala do Vereador @CarlosBolsonaro sobre isso já em 2012? E aí, somos homofóbicos?”

No material audiovisual, Carlos Bolsonaro profere aos gritos sua crítica ao projeto: “Isso é muito mais que uma covardia! Porque nessa idade as crianças têm que aprender português, matemática e biologia. Outras matérias, que não essas, que são coisas a serem aprendidas dentro de casas pelos pais”. Tendo sido realizado em 2012, o pronunciamento inflamado do vereador se situa em um momento no qual o Escola sem Homofobia já havia sido renunciado por Rousseff. Desse modo, seja pelo *tweet* de seu irmão, seja por sua própria enunciação retórica, percebe-se que o material em questão, tomado como perigoso e ameaçador, já não apresentava mais chances de chegar às escolas brasileiras.

Assim, é notável que, nos dois pronunciamentos, o Kit Gay é associado ao Escola sem Homofobia a partir do vídeo Probabilidade. No entanto, a recusa no prosseguimento do material não é levada em conta na suposição do seu risco por ambos atores, de modo que possamos compreender a permanência de um tom perigoso posterior a seu cancelamento. Bem como visto na manifestação de Jair Bolsonaro em 2015, o Kit Gay excede o Escola sem

Homofobia, se mantendo no presente como uma ameaça constante de retornar - ou em suas palavras, de “sair do armário”.

O quinto e último material do ano de 2017 foi publicado na Revista Fórum com o título “Pânicos Sexuais: do “Kit Gay” aos ataques à arte”, no dia 16 de outubro. Trata-se de uma coluna que narra uma linha histórica de continuidades entre a polêmica do Escola sem Homofobia até o cancelamento da exposição *Queermuseu*, no museu Santander Cultural de Porto Alegre, após protestos e grande repercussão em mídias sociais. Segundo o texto, há uma correlação entre os dois eventos - sobretudo na associação entre diversidade sexual e “perversões” e “pedofilia” -, de modo que a querela de 2011 é tomada enquanto ponto de referência para a aglutinação de um discurso homofóbico nos anos posteriores.

Para sustentar tal argumento, o autor retoma o ano de 2010, quando o projeto referido ao Ministério da Educação ainda se encontrava em fase de construção. Nesse período, o deputado Jair Bolsonaro já divulgava midiaticamente os perigos do Kit Gay, sobretudo em programas de televisão aberta. Esse arranjo retórico parece se manter no ano seguinte e, bem como visto na presente investigação, persistir enquanto elemento persuasivo mesmo após o seu cancelamento em 2011. A publicação informa:

O recuo do governo não encerrou a questão do “kit gay”. Ao contrário: os homofóbicos fizeram uma bela descoberta retórica, e nunca mais pararam de falar no assunto. Nunca mais. A ideia de que algum estranho militante estava à espreita para aliciar crianças era demasiado sedutora, mexia de forma demasiado eficaz com as ansiedades de um certo público, para ser jogada fora. Bolsonaro se referiu ao “kit gay” de forma ininterrupta ao longo dos anos – seja alertando contra a ameaça de sua volta, seja reafirmando a indignidade dos que o geraram (Fórum, 2017).

De fato, a abordagem da matéria acerca do Kit Gay parece semelhante à que efetuo nesta dissertação. Em primeiro lugar, a polêmica é tomada enquanto um ente próprio, não assumindo previamente sua relação direta ao Escola sem Homofobia. Propõe-se também que tal ente não se encerra em um objeto fechado e estável, mas sim enquanto uma aglutinação retórica com potencial persuasivo - ou, tal qual desenvolvo aqui, uma controvérsia com ampla capacidade de mobilização política. Além disso, o texto propõe que a polêmica de 2011 instrumentalizou técnicas de convencimento e agitação política, sendo o *Queermuseu* um dos seus usos recentes.

Como é possível tal distorção dos fatos? Em parte, ela é possível porque alguns dos que abraçaram a campanha contra a exposição “Queermuseu” e contra o Museu de Arte Moderna de São Paulo têm o conhecimento acumulado de anos de difamação homofóbica. Essa “expertise” está sendo aplicada agora. (...) Que essas representações de vidas LGBTs sejam nomeadas como estímulo à pedofilia e “erotização infantil” mostra o quanto os vitoriosos da campanha do “kit gay” foram mesmo vitoriosos (Fórum, 2017).

O texto finaliza com uma crítica às ações do Executivo pelo cancelamento do programa, bem como o posterior abandono das pautas da diversidade sexual e de gênero pela administração Rousseff. Por essa via, o recuo governamental também informa sobre como tais movimentos alcançaram tamanha capacidade persuasiva e mobilizatória, ganhando força ao longo dos últimos oito anos. De acordo com a matéria:

Hoje talvez possamos começar a entender que ceder aos homofóbicos foi um grave erro estratégico dos governos petistas. O que parecia então uma concessão tática numa “pauta menor”, deu energia para um movimento conservador que não parou de crescer (Fórum, 2017).

A análise das controvérsias no ano de 2017 sugere a performance do Kit Gay enquanto um objeto da história - mesmo em publicações que afirmam sua vigência no presente, todas as narrativas acompanhadas apresentam tom de rememoração de algo cujo início já se coloca temporalmente distante. Na versão de Azevedo e do portal Sempre Família, a polêmica é dirigida a Fernando Haddad, tomando seu compromisso com a diversidade sexual e de gênero enquanto denúncia contrária à sua figura. Denúncia essa que não se delimita aos anos iniciais da querela, mas se estende também ao presente, tomando o Kit Gay como um elemento ainda em vigência - não mais como o extinto material escolar, mas agora na demanda de que mulheres transgênero utilizem o banheiro feminino.

O mesmo entendimento opera nas acusações da família Bolsonaro, que utiliza de um histórico de críticas ao programa como confirmação de seus posicionamentos no presente. Aqui, o Kit Gay é performado como um objeto que perdura no tempo, de modo que a oposição à sua implementação permaneça sempre atual - seja ela referente ao ano de 2012, após a renúncia do Escola sem Homofobia, seja a 2017, quando o Governo Federal sequer era administrado pelo Partido dos Trabalhadores. Vemos, assim, o Kit Gay em sua eterna possibilidade de retorno, que demanda uma permanente atenção e oposição dos referidos políticos.

Nas duas matérias que efetuam críticas ao governo petista pela renúncia do programa, notamos formas amplamente distintas de performar o Kit Gay enquanto elemento retórico. Na primeira publicação, a polêmica é suposta do mesmo modo como viemos acompanhando desde o ano de 2011 - questionando sua veracidade a partir de uma associação linear ao programa Escola sem Homofobia. Mais uma vez, utiliza-se a ideia de “apelido pejorativo” a fins de estabilizar uma realidade para o Kit Gay.

No entanto, o último material analisado apresenta uma perspectiva distinta acerca de tal objeto. Não mais assumido como um nome falacioso, Kit Gay ganha existência própria na forma de uma controvérsia - e, a partir deste movimento, se desenha uma explicação para sua capacidade mobilizatória. Por essa via, a análise não se fixa apenas em um caráter de mentira, mas passa a focar sua estratégia de enunciação, tomada como ponto de referência para uma série de polêmicas travadas após o ano de 2011, sendo o fechamento da exposição *Queermuseu* o mais recente exemplo. Tal estratégia envolveria o amplo uso de mídias sociais e a mobilização de conceitos como pedofilia e promiscuidade, indicando, nas palavras do autor, um pânico moral em suas repercussões.

Tal publicação destaca-se por seu caráter de exceção, distinguindo-se fortemente daquelas com as quais compartilha o viés de defesa da diversidade sexual e de gênero no âmbito escolar e de crítica ao Governo Federal pela recusa em sustentar tais temáticas. Ao invés de simplesmente negar a assunção de uma verdade para o Kit Gay, a coluna da revista Fórum adentra o campo de controvérsias não para simplesmente dizer que ele não existe, mas para entendê-lo como um operador político. O empreendimento resulta em uma compreensão mobilizável da controvérsia, podendo auxiliar no debate público de modo mais complexo e efetivo, para além da disputa inócua entre fato e fraude. No entanto, é notável que tenha sido a única encontrada no mapeamento que encarna o Kit Gay como objeto heterogêneo, ambíguo e em disputa.

3.8 2018

Finalmente, chegando ao último ano desse mapeamento: aquele que, segundo a ferramenta *Google Trends*, foi o mais movimentado em torno da temática do Kit Gay. Pode-se considerá-lo como o momento que canalizou quase uma década de controvérsias para um direcionamento comum e específico: a corrida à Presidência da República, cujo desfecho não pode ser considerado surpreendentemente. Jair Bolsonaro, talvez o nome mais citado neste

trabalho, terminou 2018 assumindo o cargo máximo do Executivo brasileiro, após uma campanha na qual a presente polêmica parece ter tomado lugar central.

O primeiro material acompanhado neste ano trata-se, justamente, de uma tentativa de posicionar os atores políticos daquele momento em relação às temáticas da diversidade sexual e de gênero. Publicado no portal Sempre Família no dia 25 de janeiro, o texto “Qual a posição oficial de cada partido político sobre ideologia de gênero e casamento gay?” descreve todas as organizações partidárias brasileiras de acordo com sua defesa ou oposição a tais polêmicos assuntos. O *site* deixa explícita sua opinião desde a imagem que acompanha o texto: o desenho de um casal de mãos dadas, composto por um homem, representado pela cor azul, e uma mulher, notoriamente rosa.

A publicação toma alguns *links* referentes às páginas virtuais dos partidos, ou de pronunciamentos de suas figuras de destaque, para confirmar a relação que estabelecem com o gênero e a sexualidade. Há uma série de organizações descritas pela coerência com a “agenda LGBT”, que consistiria na defesa irrevogável das pautas referentes a esse movimento social - envolvendo a implementação de livros didáticos inclusivos nas escolas (onde estaria situado o Kit Gay) e no casamento entre pessoas do mesmo sexo. De acordo com o portal:

São eles: o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Verde (PV) (Sempre Família, 2018).

Por outro lado, haveria ainda uma resistência a tal movimento, consistindo nos partidos contrários aos materiais didáticos e ao casamento igualitário, descritos por sua ação parlamentar ou midiática de oposição a essas pautas. “Entre eles, incluem-se o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e, com um histórico menos intenso, o Partido Progressista (PP) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB)” (Sempre Família, 2018). Em um terceiro quadro, estariam as organizações com “posições singulares” - ou seja, com contradição interna sobre a defesa de tais assuntos. Para o veículo, os partidos assim identificados seriam: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Rede Sustentabilidade, Partido Novo e Partido da Social Democracia

Brasileira (PSDB). Em relação àqueles não descritos pela matéria, não haveria dados disponíveis em suas páginas oficiais.

O portal não afirma compatibilidade com nenhum dos grupos descritos; no entanto, seu direcionamento de defesa da família parece indicar uma preferência pelo segundo conjunto, sobretudo pelo conteúdo de suas outras postagens (como aquela descrita aqui no ano anterior, criticando a escolha de Haddad como conselheiro da PUC-SP). Além disso, algumas mensagens visuais também permitem concluir tal direcionamento: por exemplo, antes do texto, consta a seguinte frase: “Vota Família: O que cada candidato pensa sobre aborto, casamento, drogas e outros assuntos relevantes para as famílias?”. O presente empreendimento metodológico nos ajuda a compreender que esses assuntos, invariavelmente, são proferidos em plataformas digitais como antagonistas da defesa da família.

Nesse sentido, a publicação informa sobre como o Kit Gay - na sua interconexão com outras temáticas de ameaça à família, tal qual o casamento entre pessoas do mesmo sexo - já é performado desde o primeiro mês de 2018 enquanto um aglutinador político frente à futura decisão eleitoral. Naquele ano, as temáticas da diversidade sexual e de gênero aparecem enquanto fundamentais para a definição de posicionamentos políticos. Assim, é importante notar como o portal Sempre Família agrupa os candidatos e seus partidos, a fim de ajudar o leitor a tomar a fatídica decisão de outubro: em função de sua suposta defesa ou contrariedade à “ideologia de gênero”, o casamento igualitário e o próprio Kit Gay.

Já mais próximo ao período eleitoral, encontro no dia 27 de julho uma série de *tweets* no perfil do comunicador Felipe Moura Brasil - escritor, blogueiro e radialista da Jovem Pan, com publicações assinadas em coautoria com Olavo de Carvalho -, úteis para compreender o desenvolvimento da controvérsia no ano de 2018. Em três postagens, o autor profere uma crítica à Revista Veja, que, segundo ele, fazia campanha contrária a Jair Bolsonaro para o pleito a ser travado nos próximos meses. Em suas palavras:

- 1) Eis o reducionismo retórico característico da demonização: para a atual Veja, Bolsonaro só se destacava no Congresso “por declarações em que fazia questão de mostrar-se duro ou debochado com gays, negros, mulheres” e “tudo que diz respeito a direitos humanos”. Contexto zero (Felipe Moura Brasil, 2018).

A partir das citações entre aspas, encontro a matéria original, publicada no mesmo dia, pela Revista Veja, com o título “A ameaça é real”. Trata-se de uma análise do cenário

pré-eleições, quando as candidaturas que exibiam mais intenções de voto eram de Lula - que disputava na justiça a possibilidade de concorrer devido à sua prisão - e Jair Bolsonaro, ficando em segundo lugar. A publicação infere críticas aos dois políticos, enfocando, de fato, as contradições de campanha do então deputado federal. Para Veja, Bolsonaro havia se consolidado politicamente na defesa de pautas econômicas contrárias às que afirmava na corrida à Presidência, além de ter recebido intenso destaque midiático no campo dos costumes. Nas palavras da revista: “Sendo um retrocesso na área de comportamento e uma incógnita no campo econômico, Bolsonaro é uma ameaça real e crescente” (Veja, 2018).

Para o autor do *tweet*, o erro da Veja não seria reduzir a campanha de Bolsonaro às pautas morais, mas sim supor que elas não eram relevantes para o Brasil contemporâneo. Desse modo, afirma a conexão do candidato à defesa de valores conservadores, contrariando o viés negativo - ou de menosprezo - com que a publicação citada encararia seu lugar na corrida à Presidência:

2) Combater kit-gay nas escolas e cotas raciais nas universidades, ou reagir ao ser chamado de estuprador por uma deputada petista contrária à prisão de estupradores menores de idade, vira isso: declarações duras ou debochadas contra “gays, negros, mulheres” e “direitos humanos”? (Felipe Moura Brasil, 2018).

Por fim, no último *tweet*, utiliza de um outro marco retórico para fundamentar a decisão de voto: o antagonismo entre Bolsonaro e Lula, considerado pelo autor como o responsável por uma situação que prejudicaria todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou qualquer marcador social da diferença. Nesse sentido, o argumento de Moura Brasil se assemelha àquele criticado pela revista Veja: de que a “ameaça” bolsonarista crescia concomitantemente à ascensão de Lula. Assim, vemos dois campos argumentativos em coordenação: de um lado, a crítica a pautas de direitos humanos - enfocando minorias sexuais - e, do outro, a oposição a Lula e ao Partido dos Trabalhadores - que seriam prejudiciais a todos os brasileiros indistintamente.

3) “Nesse aspecto”, para atual Veja, “a eleição de Bolsonaro seria um enorme retrocesso”. Por 14 anos, Brasil foi comandado por um criminoso que está preso e cujo partido deixou uma crise que afetou todos, incluindo gays, negros e mulheres. Retrocesso, por ora, é só demonização (Felipe Moura Brasil, 2018).

Por essa via, faz-se interessante considerar um possível reposicionamento do veículo em questão sobre as temáticas às quais se opunha anteriormente, sobretudo relacionadas à

diversidade sexual e de gênero. Como afirma Moura Brasil, trata-se agora de uma “atual Veja”, que parece se contrapor a um passado distinto do mesmo periódico. Nos comentários da matéria, há manifestações consonantes a tal perspectiva, criticando a revista pela oposição ao candidato, como se pode ver em: “Mídia desonesta! Tire suas mãos sujas do Juiz Moro!” e “O que a Veja apresenta como ‘negativo’ em Bolsonaro é o que mais o credencia a ser Presidente”.

Nesse mapeamento, foram analisadas diversas matérias da revista *Veja* nas quais o Kit Gay era duramente criticado, seja em associação a Dilma Rousseff, Fernando Haddad ou ao Partido dos Trabalhadores em geral. Na publicação de 2018, todavia, o foco de Bolsonaro na mesma polêmica performaria o oposto: um despreparo para assumir questões “sérias” da Presidência da República. A relação do veículo com a presente controvérsia parece se alterar significativamente - em um primeiro momento, compartilhando um campo comum ao desse candidato, para, em seguida, utilizar da própria polêmica como confirmação de sua ameaça.

A terceira publicação mapeada é aquela apontada pela ferramenta *Social Animal* como a segunda mais interagida naquele ano, com 600 mil interações no *Facebook* e 800 no *Twitter*. Trata-se de uma matéria na Revista Fórum, divulgada no dia 28 de agosto, com o título “‘Kit Gay: Livro mostrado por Bolsonaro no Jornal Nacional nunca foi distribuído em escolas”. O texto refere-se a uma entrevista que o então concorrente à Presidência havia dado ao principal jornal da Rede Globo, onde apresentara o livro *Aparelho Sexual e Cia* como parte do Kit Gay supostamente desenvolvido por ativistas do movimento LGBT no Congresso Nacional, em 2010.

Para o veículo, a denúncia de Bolsonaro seria falsa, dado que o Kit Gay se trataria, em realidade, de uma mentira. “(...) ele citou o famigerado ‘kit gay’, que nunca existiu, e afirmou que um livro sobre sexualidade destinado a adolescentes é distribuído em escolas públicas” (Fórum, 2018). Além disso, é republicado na íntegra um comunicado do Ministério da Educação, divulgado no ano de 2016, após a publicação do vídeo em que Bolsonaro expõe, pela primeira vez, o referido livro - material audiovisual já analisado aqui. No texto, afirma-se a ausência de qualquernexo entre o órgão federal e o material em questão:

O Ministério da Educação (MEC) informa, em nota, que não produziu e nem adquiriu ou distribuiu o livro "Aparelho Sexual e Cia", que, segundo vídeo que circula em redes sociais, seria inadequado para crianças e jovens brasileiros. O MEC afirma ainda que não há qualquer vinculação entre o ministério e o livro, já que a obra

tampouco consta nos programas de distribuição de materiais didáticos levados a cabo pela pasta (Ministério da Educação, 2016).

A perspectiva da Fórum exemplifica o modo como a oposição ao cancelamento do Escola sem Homofobia, estendida a 2018 como oposição à campanha de Bolsonaro, tratou em todos esses anos da controvérsia do Kit Gay: tomando-o simplesmente como uma mentira. É notável, assim, que a publicação tenha circulado de forma tão abrangente nas redes sociais, visto que materializa uma perspectiva comum, de questionamento da veracidade da controvérsia. Diferentemente da coluna analisada no ano anterior, divulgada pelo mesmo veículo, a abordagem agora é, novamente, contradizer a existência do Kit Gay.

Tal estratégia parece pouco eficiente se analisarmos a caixa de comentários da matéria. Longe de estabilizar uma verdade para o Kit Gay, a assunção desse termo a uma mentira parece inflar ainda mais os defensores de sua veracidade, como se pode ver nas inúmeras manifestações de oposição à perspectiva da revista, afirmando que se trataria de *fake news*. Destaca-se, aqui, um tipo de argumentação que veio a se repetir nos próximos materiais analisados, de assumir que o Kit Gay de fato não havia sido levado a cabo, porém associando tal fato à ação parlamentar de Bolsonaro, como se vê em: “Disse bem: nunca foi [aprovado o Kit Gay], graças aos deputados que derrubaram na câmara. Não tem vergonha de tentar ludibriar a opinião pública? Vcs são patéticos!”.

Por essa via, reitera-se a aproximação entre Kit Gay e Escola sem Homofobia - tanto pela revista quanto por seus opositores. De um lado, a controvérsia seria uma mentira, dado que o projeto financiado pelo MEC foi cancelado; de outro, tal cancelamento é valorizado como comprovação do bom trabalho de Bolsonaro, bem como da própria existência do Kit Gay. Assim, a polêmica é performada em uma dupla temporalidade, como algo que pertence ao passado, mas também se estende ao presente enquanto possibilidade de retorno.

Na esteira das repercussões sobre a entrevista no Jornal Nacional, encontro o vídeo “Veja o Kit Gay que o JN impediu Bolsonaro de mostrar! Bolsonaro não mentiu e tinha razão!”, divulgado pelo canal de Rogério Betin no *Youtube* - um portal com mais de 600 mil inscritos, no qual o autor comenta notícias e opiniões sobre política. Publicado dia 30 de outubro, o material aqui analisado conta com mais de um milhão e seiscentas visualizações e dez mil comentários. Trata-se de uma filmagem do autor narrando suas opiniões acerca dos recentes acontecimentos políticos, intercalada por cenas da própria entrevista e fragmentos de notícias acerca da referida temática.

A premissa central da narrativa é de que grandes veículos de comunicação, principalmente a emissora Globo, estariam noticiando a mentira de Bolsonaro sobre o material, que nunca teria sido distribuído pelo Ministério da Educação. Esse fato, no entanto, é relacionado na fala do autor à própria ação de Bolsonaro no Congresso Nacional, tal qual vimos em um comentário da publicação anterior:

Se este livro não foi amplamente distribuído em todo o Brasil, é por causa da intervenção do Bolsonaro (...) Mas é lógico que a mídia não vai falar que o Bolsonaro é responsável por impedir essa distribuição, mas ele sabe do que está falando e ele está nessa polêmica desde o começo (Rogério Betin, 2018).

Assim dá abertura à apresentação sobre o Kit Gay, partindo do livro mostrado na entrevista. De início, pede aos espectadores:

Comentem aqui no vídeo, por favor, se alguém aí de vocês se lembra de ter visto esse livro nas escolas (...). Comenta aqui porque é importante, porque tá a mídia toda dizendo que o Bolsonaro mentiu (...) Isso é importante para ajudar o Bolsonaro, eu acho que ele não mentiu não, porque ele sabe do que está falando.

E então o material passa a reproduzir recortes de um outro vídeo, disponibilizado pela página oficial de Jair Bolsonaro no *Facebook*, onde ele mostra o livro completo, que teria sido censurado durante a entrevista, referindo que este “estimula precocemente as crianças para o sexo e escancara as portas da pedofilia”. Em seguida, cita as notícias que contrapunham sua narrativa e a própria explicação do MEC a respeito da polêmica, afirmando que o governo exige de suas editoras parceiras que forneçam “esse tipo de material” para escolas.

Ainda, Bolsonaro aponta que o livro havia sim chegado a grande parte das bibliotecas e colégios de Ensino Fundamental de todo Brasil - pois teria investigado o fato a partir da denúncia realizada pela diretora de uma escola. O candidato alude à matéria do jornal O Globo, na qual se aponta a ausência do livro na extinta cartilha do Escola sem Homofobia: “O Globo, ao dizer que não fez parte do Kit Gay... Pelo menos o Globo já concorda que houve o tal do Kit Gay, com outro nome, ‘Escola sem Homofobia’” (Jair Bolsonaro, 2018).

A caixa de comentários do vídeo soma mais de dez mil manifestações, dentre as quais podemos delimitar três temáticas aglutinadoras: primeiramente, críticas à Rede Globo, como se pode ver nas seguintes frases: “A Globo é um lixo”, “A tv Globo deve ser fechada e

excluída” e “Globolixo não deixou mostrar a realidade do PT 17 neles”. Em segundo lugar, moções de apoio a Bolsonaro, tais quais: “Meu Deus o Brasil tá sem jeito mesmo viu pelo amor Bolsonaro tem que ganhar #17 quem concorda curte”, “Ele é homem de Deus” e “Agora ninguém pode dizer que o bolsonaro é homofóbico!, pq ele está tentando combater esse tipo de absurdo”. Por fim, destacam-se os comentários que dialogam diretamente com o vídeo, em resposta aos pedidos de verificação realizados pelo narrador: “Tenho uma amiga que recebeu esse livro e o pai dela fez um processo”, “Na minha escola não chegou todos mas eu vi”, “Na minha casa tem esse livro”.

Dentre essas últimas, há uma manifestação fixada por Rogério Betin - ou seja, está destacada acima dos outros comentários -, na qual consta a seguinte frase: “Na minha escola ainda tem alguns poucos livros desse tipo”. A declaração possui mais de três mil curtidas e de duzentos e noventa respostas, como, por exemplo: “pega e bate foto dele, com ele na mão dentro da escola!! já é mais 1 prova”; “Grava um video nao precisa de identificar, mostrando o livro, data e tal... seria otimo” e “vai lá, tira fotos, documenta isso pq logo eles tiram para dizer que é mentira a existência deles”.

A comprovação do conteúdo nunca é apresentada nos comentários, tampouco se encontra no canal do *youtuber* algum vídeo que afirma tal evidência. No entanto, o diálogo entre a narrativa e as respostas aponta para uma lógica de verificação acerca da controvérsia, que corrobora para a certeza dos fatos mencionados pelo autor. Os pedidos de Betin por provas já assumem um ímpeto de confirmação, ou seja, de provar que Jair Bolsonaro não estava mentindo em relação ao Kit Gay, bem como está explícito no título da postagem. Tal verificação com viés confirmatório encontra respaldo nas manifestações de retorno, que afirmam a veracidade do material.

Nesse sentido, é notável que a resposta escolhida pelo *youtuber* para receber destaque entre as outras, figurando como primeira manifestação a ser lida na caixa de comentários, exhibe a mesma lógica de verificação e comprovação, mas não se refere, textualmente, ao livro mencionado por Bolsonaro no Jornal Nacional. Trata-se, sim, de “livros desse tipo”, deslocando o problema do material especificado na entrevista - *Aparelho Sexual e Cia* -, para um “tipo” de conteúdo, que figura tanto nesse livro como em outros. Assim, nota-se a constante performance da verdade para o Kit Gay no campo virtual: o movimento que parte do caso particular em direção a uma gama mais ampla e generalista de conteúdos. De “um livro”, para “um tipo de livro”.

Por essa via, é interessante contrapor a lógica da verificação com viés confirmatório à estratégia retórica de contestar a factualidade do Kit Gay. Se os atores empenhados em comprovar a não existência do material centralizam-se em objetos específicos, como o livro *Aparelho Sexual e Cia* ou o programa Escola sem Homofobia, aqueles que afirmam a verdade do kit excedem qualquer especificidade, de modo que as referências não se centralizam em apenas um objeto. Desta forma, Kit Gay pode vir a ser *qualquer coisa* que aborda gênero e sexualidade nas escolas, a partir da qual se realiza um arranjo coordenado com os materiais de referência. Meu argumento é de que é por essa razão que denunciá-lo como mentira não altera seu estatuto de realidade, já que o caráter factual não reside em qualquer cartilha somente, mas sim no próprio movimento da coordenação.

Por essa via, termino o mapeamento com duas notícias que também abordam a repercussão da entrevista de Jair Bolsonaro ao Jornal Nacional, enfocando a mentira do candidato acerca da polêmica. A primeira delas, referente ao portal G1, chama-se “É #FAKE que Haddad criou ‘kit gay’ para crianças de seis anos”, publicada dia 16 de outubro. Trata-se de um projeto de verificação levado a cabo pelo periódico na época eleitoral, no qual se avaliava a veracidade de afirmações dos candidatos em campanha. Sobre a presente controvérsia, o G1 é categórico em afirmar a sua ausência de factualidade, seja pela implementação do projeto, seja pela presença do livro no material em questão.

O chamado "kit gay" fazia parte do projeto Escola sem Homofobia, que, por sua vez, estava dentro do programa Brasil sem Homofobia, do governo federal, em 2004. Ele era voltado à formação de educadores, e não tinha previsão de distribuição do material para alunos. O programa não chegou a ser colocado em prática. (...) Já o livro "Aparelho Sexual e Cia - Um guia inusitado para crianças descoladas", do suíço Phillipe Chappuis, publicado no Brasil pela Companhia das Letras, jamais fez parte do projeto conhecido como "kit gay" (G1, 2018).

O ímpeto de verificação é compartilhado pela matéria “Kit Gay: A verdade sobre o programa alvo de críticas e fake news de Bolsonaro”, divulgada no veículo *Huffpost* dia 24 de outubro. Segundo a ferramenta *Social Animal*, tal publicação foi a mais popular no ano de 2018, com 800 mil interações no *Twitter* e 200 mil no *Facebook*. Nessa, pretende-se explicar o que há de verdadeiro nas afirmações sobre o projeto, a fim de contrapor a desinformação promovida pelo então candidato. O que o portal propõe como verdadeiro, no entanto, acompanha a lógica usual de abordagem crítica do Kit Gay, supondo que esse nunca existiu,

se tratando em realidade do apelido pejorativo para o Escola sem Homofobia, vetado pelo Governo Federal em 2011.

O "kit gay", apelido dado pela bancada evangélica ao projeto, é, na verdade, o material Escola sem Homofobia, elaborado pelo MEC e composto por três vídeos e um guia de orientação aos professores como forma de reconhecer a diversidade sexual entre os jovens e alertar sobre o preconceito. (...) O projeto de distribuição do material foi suspenso em 2011 pela então presidente Dilma Rousseff (HuffPost, 2018).

A matéria finaliza-se noticiando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de exigir a retirada de seis vídeos na plataforma *Facebook* que afirmavam a relação de Fernando Haddad com o Kit Gay - especificado pelo livro *Aparelho Sexual e Cia.* No entanto, o próprio *site* do TSE afirma a insuficiência de tal ação:

A liminar, contudo, foi deferida apenas em parte, uma vez que os vídeos a serem retirados estão publicados em seis diferentes URLs, em vez dos 36 endereços que constam da petição inicial. Para o relator, os demais vídeos não devem ser investigados porque não citam diretamente o candidato ou seu partido e nem mesmo o Ministério da Educação (TSE, 2018).

Nesse sentido, percebe-se a dificuldade em fornecer uma via de ação efetiva na contraposição do Kit Gay enquanto elemento de organização política. Ao afirmar sua ausência de factualidade e recorrer às instâncias jurídicas, a crítica parece não conseguir contemplar a dimensão da controvérsia, seja por sua abrangência no campo virtual - que excede largamente os seis vídeos do *Facebook* - seja pelo espaço complexo que ocupa entre as delimitações de verdade ou mentira. Às vésperas da eleição, a abordagem crítica da polêmica ainda a situa linearmente aos eventos de 2011, de modo a não enxergar a ampla gama de conteúdos a qual tal ator passa a se conectar, ultrapassando amplamente o Escola sem Homofobia, seu projeto de referência.

Assim, o ano de 2018 permite-nos compreender a dinâmica de amplificação do Kit Gay: o momento em que esse demonstra, definitivamente, seu potencial aglutinador e força política. Como vimos, a controvérsia já é citada em sua capacidade eleitoral desde janeiro, em uma matéria que parece antever o desenvolvimento das eleições travadas em outubro, nas quais o gênero e a sexualidade sobressaíram-se de modo expressivo. Acompanhamos,

também, o que parece ser um reagrupamento dos jogos de força quanto à presente temática, dado que um veículo tradicionalmente responsável por sua propagação enquanto ameaça passa, de modo contrário, a desqualificar a importância que assume na retórica do principal concorrente à Presidência da República.

No campo de oposição ao uso político do Kit Gay, percebemos uma reiteração do mesmo movimento que se efetiva desde o início da controvérsia, em 2011 - afirmá-lo em continuidade ao Escola sem Homofobia, tal qual um insulto ao programa que nem chegou a ser efetivado pelo Governo Federal. Nas três matérias analisadas, notamos a mesma lógica de verificação: apontar a inveracidade da polêmica, tomada uniformemente como uma mentira.

No entanto, o vídeo que assume a veracidade da denúncia de Bolsonaro expõe as fragilidades de tal raciocínio. Com ele, percebemos uma redistribuição de autoridades para a verdade, na qual a fala do candidato performa mais confiança que os veículos tradicionais de comunicação, entendidos como opositores do mesmo. É por essa via que se leva a cabo um ímpeto verificador de suas afirmações - que parece ter como objetivo final apenas a comprovação. Desse modo, um livro “do mesmo tipo” que aquele apresentado pelo antigo deputado passa a corroborar com suas próprias afirmações, ainda que não se trate do mesmo material. Notamos, afinal de contas, que o Kit Gay é um objeto facilmente separável de uma referência externa, alargando-se a inúmeras outras possibilidades de significação e articulação.

Sob tal entendimento, podemos compreender 2018 como o ano no qual mais drasticamente se performou uma dinâmica contingente de aproximação e afastamento entre Kit Gay e seu programa de referência, o Escola sem Homofobia. Alargando-se para muito além dele, mas mantendo-o como ponto de correspondência externo, a controvérsia ganhou contornos mais amplos, de modo que afirmar a falta de veracidade para um de seus nós nunca tenha surtido efeito em desmontar a lógica coesa da rede qual ela se edifica. A lógica que conecta, rapidamente, o particular ao coletivo, um livro a um tipo de livro, um evento a um contexto generalista e global. Uma lógica de coordenação.

3.9 Caminhos do Kit

Com o empreendimento metodológico utilizado nesta dissertação, podemos perseguir alguns caminhos de performance do Kit Gay ao longo de 8 anos (2011-2018), acompanhando as continuidades, rupturas e especificidades em cada um de seus momentos. No presente

subcapítulo, serão apresentados os movimentos da controvérsia, com destaque a alguns nódulos de maior relevância para a sua compreensão - articulados, enfim, com as premissas teóricas que embasam a pesquisa. Não pretendo com isso sintetizar ou afirmar mais uma estabilidade para a polêmica; pelo contrário, busca-se, como propõe Donna Haraway (2016), assumir o problema como forma de produção de conhecimento. Ou seja: ao invés de simplesmente procurar respostas que preencham facilmente a pergunta “o que é o Kit Gay?”, é a própria difícil apreensão desse estranho objeto que será encarada na mobilização de contornos mais complexos para o seu entendimento.

Desse modo, o mapeamento efetuado permite-nos compreender as dinâmicas de aproximação e afastamento entre Kit Gay e Escola sem Homofobia, as quais acompanham os anos mapeados. Como visto, o projeto financiado pelo Ministério da Educação já aparece na cena pública sob a alcunha de Kit Gay, dado que pronunciamentos contrários à sua implementação eram manifestos antes mesmo de que fosse apresentada a cartilha anti-homofobia em junho de 2011. No entanto, nesse mesmo ano, alguns atores empenhados em divulgar a controvérsia sob forma de denúncia alargavam-na para além do material com que outrora fora identificada. Poucos meses após a renúncia da cartilha pelo governo Rousseff, o significante a que era referida passa a nomear coisas de outras ordens, como uma conferência LGBT que seria realizada em Brasília.

Esse movimento permanece constante ao longo dos anos, posicionando os dois entes – Kit Gay e Escola sem Homofobia - em uma relação de proximidade contingente. Por exemplo, notamos que, em contextos eleitorais, é comum a associação linear entre ambos, especialmente para mobilizar oposição ao Partido dos Trabalhadores e a Fernando Haddad, tomado diversas vezes como responsável pela polêmica, especialmente nos anos de 2012 e 2018. No entanto, em distintos momentos, vemos que Kit Gay também pode se distanciar do Escola sem Homofobia, referindo-se seja ao Plano Nacional de Promoção e Cidadania LGBT, a uma revista de capital privado, um caderno do MEC publicado em 1998, entre muitas outras possibilidades.

Além disso, percebemos que o Kit Gay tende a alargar significativamente a rede de atores que o circunscrevem, tomando diferentes contornos à medida que se associa a elementos de ordens diversas. Por exemplo, de um projeto específico do Ministério da Educação, passa a significar uma série de investidas municipais, estaduais ou autônomas, tomadas agora como equivalentes. Ou, de um único livro apresentado em um programa de

televisão, passa a configurar “um tipo” de livro, podendo indicar qualquer classe de material que aborde o gênero e a sexualidade no campo escolar. Dessa forma, a controvérsia é delimitada de acordo com os arranjos específicos que estabelece em cada uma de suas performances, modificando-se constantemente ao longo dos oito anos mapeados, mas assumindo, em diversos períodos, um movimento que passa do singular para o plural. De “uma coisa”, estende-se a “um tipo de coisas”.

Por essa via, não poderíamos assumir que o programa abandonado, Escola sem Homofobia, funciona como uma “verdade” para o Kit Gay, à medida que esse é constantemente superado em suas vias de performance. No entanto, é notável que tal superação nunca se dá por completo, de modo que o projeto custeado pelo MEC continue figurando como ponto de realidade externo à controvérsia ao longo de suas transformações - mesmo quando não assume centralidade em cada uma delas. Esse ponto de referência é perfeitamente descrito por Bolsonaro na votação do PNE, em 2014, com a metáfora do armário, conotando algo escondido que pode sempre voltar a aparecer - o que nos leva a concluir que é na eterna possibilidade de retorno para o fantasma do Escola sem Homofobia que reside a força retórica do Kit Gay.

O iminente retorno parece se dar nas diversas possibilidades de abordar questões de gênero e sexualidade no âmbito da Educação, reiterando sistematicamente os argumentos utilizados desde o início da querela: o perigo da homossexualidade e a pedofilia. Além disso, vemos que Kit Gay assume uma dimensão mais ampla de ameaça à família com a inserção da “ideologia de gênero” na rede de controvérsias, redelimitando não só o espaço da polêmica, que se transforma em um componente dessa investida internacional, mas também o tempo. Percebemos, a partir de 2014, que o Kit Gay passa a *ter sempre sido parte* de tal plano, de modo que seu ponto de fundação seja referido a um tempo anterior e indefinido à elaboração do projeto pelo MEC.

Podemos conectar tal entendimento à obra latouriana acerca dos efeitos sociais da pasteurização na França no século XIX (Latour, 1984). O autor aponta que, após a descoberta dos micróbios, esses passam a ter sempre existido, reorganizando uma série de explicações disponíveis para a decomposição de alimentos e as doenças delas decorrentes. Algo similar ocorre com o Kit Gay e com a “ideologia de gênero”: não sabemos se a primeira associação entre os dois se dá apenas em 2014, mas podemos perceber que é nesse período que, efetivamente, os dois passam a ser performados como partes integrantes, em uma

congregação que não é abandonada nos anos subsequentes. Em seguida, vemos que o Kit Gay se expande significativamente: pelo território, torna-se parte de um projeto transnacional; pelo tempo, redelimita-se ao passado inapreensível que acompanha tal projeto.

Por essa via, a temporalidade parece apontar um caminho interessante de entendimento para a controvérsia. Nos anos acompanhados, constatamos uma série de modificações em seus modos de performance, relacionados a diferentes momentos e contextos da política brasileira. No entanto, a metáfora do armário nos permite supor que algo permanece ao longo de seus caminhos, sustentado em uma constante possibilidade de retorno. Como se configura essa disposição na história de um objeto, que é tão modificado a ponto de se tornar quase intangível, mas que ainda mantém elementos subjacentes exercendo tamanha força de agregação, podendo ser utilizado até mesmo como estratégia retórica e persuasão eleitoral?

Com Amade M'charek (2014), podemos complexificar a ideia de rede pela inserção de seu aspecto temporal. Sob a ideia de “objeto dobrado”, a autora demonstra, em um estudo sobre a presença da raça nas pesquisas do sequenciamento genético, que o apagamento da dimensão racial repete-se continuamente nos empenhos de neutralização estabelecidos por essa prática científica. Tal movimento é ilustrado em sua obra com uma passagem do livro *Viagem à Lua*, na qual um cachorro morto é jogado como forma de lixo no espaço. Esse, porém, passa a orbitar a nave de onde fora expelido, sumindo e aparecendo circularmente nas suas janelas, de modo que a tentativa de livrar-se do cadáver opera como um fantasma constante na sua condição de eterno retorno¹⁸.

Aqui, Escola sem Homofobia parece operar de modo similar ao cachorro metafórico: como aquilo escondido sob as portas de um armário, sempre prontas para serem abertas e recolocarem no mundo o seu espectro de risco. Nesse sentido, não é especificamente o projeto relacionado ao MEC situado no escuro desse armário, mas sim o que ele evoca: o eterno retorno para o perigo da homossexualidade. Em todos os anos mapeados, constatamos que tal perigo é performado usualmente a partir de duas vias: primeiramente, apontando seu caráter de ameaça à infância e a um ideal de família (sobretudo quando articulado como parte da Ideologia de Gênero). Por outro lado, também a sua constante coordenação de elementos contrários a partidos de esquerda, servindo como um importante objeto na oposição a esse

¹⁸ A história do cachorro reproduzida no texto de M'charek remete ao livro *Statues: Le Second Livre des Fondations*, de Michel Serres (1989). Já o conceito de objeto dobrado é inicialmente desenvolvido na obra *Conversations on Science, Culture and Time* (Serres & Latour, 1995).

campo político. Os dois fluxos de performance serão melhor abordados no capítulo a seguir, bem como seu arranjo singular efetivado na eleição de 2018.

É nessa complexidade que parece situar-se a força articulatória, persuasiva e mobilizatória do Kit Gay. Um estranho objeto localizado no limite inclassificável entre a verdade e a mentira, que articula elementos factuais de ordens distintas coordenados em uma prática comum, mas que se transforma significativamente ao longo dos anos, repetindo em continuidade o seu caráter denunciativo para os perigos da homossexualidade e da diversidade. Temo que o esforço de traduzi-lo na estabilidade de uma “coisa” simples e específica não dê conta de explicar seu caráter múltiplo, que, neste trabalho, demonstrou-se como condição para tamanho êxito político.

Por essa via, a presente investigação não dá conta (e nem tem a pretensão) de sistematizar o Kit Gay em uma afirmação linear e objetiva sobre o que ele é. Pelo contrário, tal objeto é encarado aqui a partir da recusa de uma estabilidade, adentrando as técnicas e as práticas que o coordenam em certa unificação percebida - mas que, como vimos, também é fundamentalmente circunstancial e contingente. O que fizemos na empreitada metodológica foi mergulhar nas contingências e nas controvérsias, conectando pontos de uma rede a fim de tomar a polêmica em seu *movimento*, e não apenas em imagens precisas que compõem núcleos de estabilização.

Busco operar, aqui, como Latour (2017) sugere abrir a caixa-preta da produção científica: não assumindo a “descoberta” como o ponto de ruptura em uma realidade prévia, mas sim como o resultado de uma série de práticas e experimentos coordenados. Por essa via, o Kit Gay pode passar de um *matter of fact* para um *matter of concern*, assumindo sua delimitação em rede (Latour, 2004a). Ao mesmo tempo, não é apenas a forma como ele se estabiliza em cada um dos momentos que podemos compreender por este mapeamento. São também as suas capacidades de multiplicação: como ele passa a ser muitas coisas diferentes ao mesmo tempo, e, ainda assim, inteligível sob um único nome. Aqui, a coordenação de ontologias múltiplas encontra a temporalidade das coisas, e, na repetição do perigo comum, se constitui a possibilidade de equivalência para a performance de um “mesmo” Kit Gay (Mol, 2002; M’charek, 2014).

Assim, ficar “ao lado do problema” (Haraway, 2016) pressupõe abandonar qualquer proposta de síntese para o mesmo. Por essa razão, opta-se pelo risco de afirmar: não podemos concluir que o Kit Gay é apenas uma mentira, tal qual foi feito amplamente ao longo dos anos

em meios de oposição à sua força retórica e política. Poder-se-ia dizer que tal perspectiva nos afasta de um critério normativo, uma solução para a querela de quase uma década. Não discordo. A questão é que a recusa da complexidade do objeto em meios críticos parece ter performado o oposto de sua intencionalidade resolutiva. Nas caixas de comentários de portais de esquerda, vemos um avanço significativo da controvérsia, no qual a afirmação da inverdade do Kit Gay - mesmo quando efetivada sob o ímpeto de verificação - apenas acirrou a disputa por sua existência.

Isso parece se dar pelo fato de que, nos veículos em que tal polêmica circulou como verdade, a relação entre Kit Gay e Escola sem Homofobia foi usualmente abordada de modo contingente; enquanto, nos meios que supunham a controvérsia como mentira ao falseamento, a relação foi afirmada *a priori*, tal qual um fato consumado. Essa perspectiva se confirma pelos portais mapeados ao longo dos anos, mas também pela revisão bibliográfica efetuada anteriormente, a partir da qual podemos perceber que a associação entre os dois entes não é sequer pensada como controversa. Por essa via, os meios de oposição ao alastramento do Kit Gay, apesar do seu empenho crítico, tendem a resumir-lo em uma disputa inócua entre verdade e mentira, sob a que ele opera quase indistintamente como um falseamento, um nome pejorativo para o projeto abandonado por Dilma Rousseff.

O problema da recusa à complexidade não é simplesmente preciosismo teórico, mas sim a compreensão de que ela opera um paradoxo enquanto efeito prático e político. Bem como observamos no mapeamento, quanto mais se afirmava a falta de veracidade para a controvérsia, mais ela engrandecia sua capacidade de articulação nos meios onde é performada como fato indiscutível. Notamos a incapacidade persuasiva e mobilizatória efetivada sob tal ímpeto de resolução - se pessoas já dispostas a concordar com a perspectiva levada a cabo por tais portais o tomam como verdadeiros, assumindo a polêmica como mentira, o mesmo não se pode afirmar sobre um amplo campo da população brasileira, que ainda afirma necessidade de oposição e rechaço à suposta investida do Kit Gay.

Aqui podemos acompanhar o movimento que Latour (2016) nomeou como “planificação de autoridades sobre a verdade”. Podemos, inclusive, questionar a compreensão desse autor, que parece perder de vista a complexidade de tal fenômeno social à medida que o novo arranjo das autoridades é suposto em uma topografia lisa, plana - como se o princípio de simetria geral indicasse, literalmente, que os atores se posicionam lado a lado na rede. O que constatamos neste mapeamento, no entanto, não foi uma planificação, mas sim uma

redistribuição - amplamente desigual e heterogênea - de autoridades para a verdade. Se outrora tal autoridade era competência de grandes veículos de comunicação (dentre os quais, no contexto brasileiro, o destaque incontestável é da Rede Globo), hoje essa associação parece se desfazer. Como vimos, importantes jornais do país, tais quais o G1, produziram, ao longo dos anos, uma versão do Kit Gay não assumida como verdade *a priori*. Para eles, a polêmica girava em torno de um falseamento, do nome pejorativo que havia recebido o projeto Escola sem Homofobia.

É evidente que essa não foi a versão com maior capacidade mobilizatória e persuasiva no desenvolvimento do Kit Gay. Constatamos que a redistribuição prioriza outro tipo de canal de comunicação: portais menos generalistas, dirigidos a uma audiência restrita, especificada. Canais próprios em redes sociais mais amplas, como o *Twitter* e o *Youtube*, nos quais os emissores parecem conversar diretamente com seu público alvo - inclusive interagindo nas ferramentas disponíveis nos *sites*, com respostas e comentários. Aqui, o engajamento material parece inserir-se como importante ator no delineamento da controvérsia, à medida que é a disposição e a funcionalidade das páginas que permite arranjos específicos para a produção e troca de informações entre seus usuários.

Por exemplo, no vídeo do *Youtube* analisado em 2018, Rogério Betin fixa como comentário de destaque uma manifestação que leva a cabo o ímpeto de verificação proposto em sua narrativa audiovisual, efetivando uma espécie de diálogo comprobatório com os espectadores. Dessa forma, a controvérsia não se resume ao modo como o autor apresenta o Kit Gay pela via de um filme. Ela alarga-se às respostas que recebe da audiência, de modo que aquele material passe a se articular com uma prática de busca e documentação, tal qual proposta pelo autor. A rede social, assim, não constitui sozinha o delineamento específico da controvérsia, mas atua na operacionalização de uma atividade para além de suas fronteiras tecnológicas, dependendo sobretudo da ação do público de espectadores e usuários do *Youtube* para tomar um estatuto de veracidade.

Com essa compreensão, podemos formular hipóteses sobre o alastramento da controvérsia em outras redes sociais não alcançadas por nosso empreendimento metodológico. Como sabemos, o *Whatsapp* é considerado por muitos autores como uma importante ferramenta na formação de opiniões e tomada de decisão entre usuários, sendo apontado por vezes como o aplicativo de maior importância em deliberações eleitorais. Nessa rede social, informações circulam com mais rapidez e capilaridade, alcançando públicos mais

amplos que aqueles usuários de *sites* como *Facebook* (Mont’Alverne & Mitozo, 2018). Tal disseminação, no entanto, não ocorre automaticamente, dependendo da ação e empenho de seus usuários no compartilhamento massivo de informações. Por essa via, a facilidade da ferramenta em distribuir *links*, fotos e vídeos para um número alto de pessoas e grupos se articula a uma mobilização de seus usuários, *dispostos a* utilizá-la e transformá-la em um ator político.

Esse fenômeno parece ter sido bem diagnosticado pelos autores da pós-verdade abordados nos capítulos iniciais desta dissertação. Sobre o Kit Gay, não vimos, em momento algum, o desfalecimento da categoria “verdade” como forma de apreensão realista do mundo. Pelo contrário, se mostraram evidentes as estratégias de torná-lo verdadeiro, tais quais a elaboração de argumentos que comprovam com solidez a sua existência indiscutível - sobretudo em portais de nicho, que compartilham com os espectadores um entendimento prévio, reiterado em cada publicação. Aqui, as premissas de Julian Baggini (2017) e Roberto Blatt (2018) fornecem uma convincente descrição para as disputas contemporâneas em torno da verdade: não por uma suposta ausência de valor ou força retórica, mas sim pela afirmação da verdade única, exclusiva e sem possibilidade de contestação.

No entanto, o problema da pós-verdade (ao menos em relação aos três escritores abordados) é fornecer como antídoto à percebida crise um outro ideal: comprobatório, objetivo e até mesmo neutro. Sob tais adjetivos afinados aos anseios da racionalidade científica, teríamos acesso à Verdade desprovida de ideologias e falseamentos, a Verdade da realidade contra a mera interpretação. Como poderíamos avaliar o Kit Gay nesses termos? Provavelmente, a análise crítica resultante de tal empreendimento seria a mesma efetivada por inúmeros veículos - incluso acadêmicos - que contestaram a veracidade da presente controvérsia. Kit Gay, afinal de contas, seria uma mentira, um nome pejorativo para o material há anos abandonado pelo Governo Federal.

Buscando um modo de entendimento mais amplo para a controvérsia, desenvolvo, no capítulo a seguir, as linhas performativas percorridas ao longo do mapeamento, a fim de considerar as complexidades com as que o Kit Gay dinamiza concepções usuais de verdade ou mentira. Para tanto, enfatiza-se o Kit Gay não como um objeto simples, mas sim múltiplo e dobrado (Mol, 2002; M’charek, 2014), portando em si mesmo uma ampla coordenação de elementos temporais e espaciais que possibilitam a sua assunção enquanto verdade política.

4. Fluxos de Performance

Pensar o Kit Gay como um objeto dobrado permite-nos considerá-lo em sua complexidade histórica. Por essa via, o mapeamento, ainda que realizado sob uma direção cronológica, seguindo o passar dos anos conforme sua organização nos calendários, informa-nos acerca de uma controvérsia que não segue o caminho de sucessão linear no tempo. Pelo contrário, o fluxo de performances acompanhado demonstrou uma série de períodos e momentos justapostos, enunciados de acordo com a sua associação contingente a elementos e fatos políticos.

Assim, percebemos a recorrência de dois importantes caminhos de performance, que se mostraram constantes ao longo das inúmeras transformações do Kit Gay nos oito anos perseguidos. Caminhos esses assentados em seus momentos de estabilização, mas que não se fixaram a contingências contemporâneas - por exemplo, notamos, em 2012, uma condensação da controvérsia em torno da eleição municipal de São Paulo, que logo se desfaz, à medida que a ela se estende para além do encerramento dessas circunstâncias específicas. Desse modo, os movimentos do Kit Gay podem ser descritos na forma de um fluxo, com dois principais eixos desdobrados em suas decorrências temporais.

Como visto, o primeiro desses caminhos diz respeito à performance do Kit Gay como objeto de ameaça, conjugando - em articulações singulares - os perigos da homossexualidade e da diversidade sexual e de gênero para crianças, sobretudo nas imagens da pedofilia, da promiscuidade e do risco a uma configuração de família. Em segundo lugar, está a recorrência dos usos do Kit Gay como um objeto de articulação e mobilização política contrária a partidos de esquerda, ou a um conjunto de ideais identificados como esquerda de modo geral. Como apontado pelo mapeamento, o ano de 2018 pareceu conjugar de forma contundente esses dois caminhos: por um lado, afirmando seu caráter de ameaça, por outro, mobilizando uma resposta ao perigo percebido, materializada circunstancialmente no voto em um candidato que tomava a oposição ao Kit Gay como imperativo de campanha.

Sob essas perspectivas, desenvolvo, nos subcapítulos a seguir, uma análise acerca desses dois fluxos de performance, de seu agenciamento específico no ano de 2018 e, por fim, das reflexões sobre a verdade decorrentes deste empreendimento metodológico - buscando conjugar a complexa dimensão temporal do Kit Gay a um entendimento preciso da realidade, hoje. Para tanto, relaciona-se os resultados do mapeamento ao uso de referencial bibliográfico no campo do gênero, da sexualidade e da política, buscando efetuar uma análise das circunstâncias presentes.

4.1 O Perigo

A partir do mapeamento, é notável que as produções de verdade para o Kit Gay usualmente o tomam em relação a elementos de outras ordens, de modo que a polêmica não seja assumida como um fim em si mesma. Na maioria das situações, esse objeto é associado a outras temporalidades, chegando inclusive a se alargar a ponto de contemplá-las sob um mesmo nome. No primeiro ano acompanhado, por exemplo, já são enunciados fatos anteriores como pontos de partida para o surgimento de um Kit Gay, sendo eles o PL 122 e a decisão do STF favorável à união estável entre pessoas do mesmo sexo. Alguns anos a frente, é um documento do Ministério da Educação, lançado em 1998, que anuncia as ameaças da sexualidade no campo da infância.

Por essa via, podemos compreender que a controvérsia conjuga um campo mais amplo de críticas e descontentamento relacionado à ação do estado de pautar temáticas de gênero e sexualidade em suas políticas públicas. Quando se referem ao campo da Educação, tais ações estatais parecem produzir uma repulsa ainda mais intensa, mobilizando um ideário de proteção da infância como forma de contraponto às ações governamentais, principalmente através de associações à pedofilia e à promiscuidade.

Nesse sentido, é notável que os objetos de mobilização de tais críticas - sobretudo quando assumem a forma do Kit Gay - não são simplesmente levados a público com deturpações suficientes para que possam ser assumidos enquanto mentira ou falseamento. De fato, constatamos algumas alterações em sua forma de apresentação - por exemplo o Plano Nacional da Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT é divulgado em 2013 com o nome de Kit Gay nas Escolas, em um documento no qual todos os seus pontos são reescritos de forma pejorativa. No entanto, gostaria de abordar aqui menos as estratégias de deturpação e mais a mobilização dos próprios materiais do governo como forma de rechaço, já que, ao longo da controvérsia, a suposição de uma inverdade para o Kit Gay mostrou-se o modo mais usual de critica-lo enquanto elemento de persuasão.

Se enfocamos menos a “má-fé” de agentes políticos empenhados em sua disseminação e mais o uso dos próprios documentos oficiais, podemos chegar a conclusões menos confortáveis acerca de sua capacidade mobilizatória. Tomando como exemplo os vídeos que compunham a cartilha Escola sem Homofobia - ainda disponíveis em canais de *Youtube* sob forma de denúncia - ou o próprio texto do Ministério da Educação de 1998, vemos que a associação do Kit Gay à mentira ou à descrença na verdade não parece se

sustentar. Pelo contrário, os objetos de rechaço são efetivamente aqueles produzidos ou financiados pelo Governo Federal, de modo que não seja possível compreender as suas críticas como resultado de uma “ideologia” ou de apreensão incompleta da realidade.

Mesmo que esses dois exemplos possam parecer pequenos demais para o tamanho do rechaço, ou que nós, habituados a paródias mais radicais do gênero, não os consideremos sequer progressistas, o mapeamento demonstra que não é apenas por uma exibição radical ou mesmo deturpada que o gênero e a sexualidade assumem o lugar da crítica e da denúncia na esfera pública. Pelo contrário, repercussões eminentemente negativas se consolidam até mesmo frente a objetos simples, tais quais o documento de 1998, que sequer enuncia a diversidade em seu texto. Aqui, vemos que a mera proposta de abordar a sexualidade no campo educacional atua como um pressuposto para que um material ou uma ação sejam performados como perigosos para um ideal de infância.

Por essa via, parece ser simplesmente a existência de políticas públicas voltadas à diversidade sexual e de gênero um potencial para a emergência de querelas tais quais a controvérsia mapeada, dado que elas atuam uma contraposição aos ideais de ingenuidade e pureza atribuídos às crianças. Este ideal da infância, contudo, não deve ser suposto meramente como “assexual”, como se estivesse totalmente apartado do mundo da sexualidade. Pelo contrário, sob os signos da pureza e da ingenuidade, a criança é acionada como uma promessa para o futuro da nação¹⁹, carregando embrionariamente um pressuposto de heterossexualidade.

Tal assunção de uma heterossexualidade futura implicada no campo da infância, bem como a sua ameaça de não efetivação na adultez, é parte fundamental do êxito político e mobilizatório que a controvérsia assumiu ao longo dos anos. Assim, ao destacarmos apenas o seu caráter falso ou mentiroso, deixamos de lado a facilidade com que tais temáticas assumem a forma de uma repulsa pública, e a dificuldade em afirmar a sua relevância em termos de sociedade. Não quero dizer com isso que o Kit Gay não é composto também por falseamentos, apenas que os mesmos não são suficientes para explicar a sua força retórica e persuasiva.

Ao longo de seu desenvolvimento, essa capacidade de mobilização parece se alastrar e tomar proporções cada vez maiores, sendo o ano de 2014 fundamental para o entendimento

¹⁹ Para uma apreensão mais ampla da ideia de infância como salvaguarda do futuro da nação, ver Edelman (1998, 2004).

de tal processo. Naquele momento, vimos que a conexão com a “ideologia de gênero” amplia a controvérsia em termos espaciais e temporais, de modo que Kit Gay passa a ser um ponto específico de uma rede maior e mais drástica, que já havia surtido efeito em diversos locais do mundo, e se espalhado por todo o continente europeu.. Neste sentido, Kit Gay se consolida agora como uma ameaça à estabilidade da nação, dado que sua promessa de futuro - as crianças em sua heterossexualidade embrionária - se vê ameaçada pelos perigos da homossexualidade.

Acerca desse fenômeno, os trabalhos de Junqueira (2018) e Miskolci e Campana (2017) encontram-se na avaliação da “ideologia de gênero” enquanto um pânico moral. Esse conceito indica a situação pela qual uma pessoa ou grupo passa a ser produzido e entendido de forma coletiva como uma ameaça ao bom funcionamento da sociedade, sobretudo a partir de estereótipos e ridicularizações. O procedimento abriria espaço a uma “resposta” social, fundada especialmente nos sentimentos de medo e perigo, servindo de substrato para ações reativas e hostis contrárias aos sujeitos demarcados por esses signos de inteligibilidade.

O termo pânico poderia ser criticado por descrever um fenômeno social por meio de alusão a sentimentos ou atos irracionais, mas é plenamente justificado porque se refere a um temor coletivo bem diferente do causado, por exemplo, por uma crise econômica. O foco no “medo” enfatiza como as reações a comportamentos não-convencionais não surgem sempre por meio de julgamentos realistas e ponderados a respeito das conseqüências coletivas de estilos de vida particulares. [...] o pânico é moral porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um status valorizado como a família ou o casamento (Miskolci, 2007, p. 112).

Se os autores utilizam tal perspectiva para compreender a “ideologia de gênero” e seus efeitos, o mesmo procedimento pode ser travado para o entendimento do Kit Gay e suas repercussões na política, à medida que os dois entes são usualmente apresentados de forma correlata: Kit Gay como parte da “ideologia de gênero”, ou como um importante elemento na tentativa de sua implementação no contexto brasileiro. Por essa via, o mapeamento nos fornece muitas situações nas quais os sentimentos de perigo e risco são utilizados como forma de mobilização política por diversos atores institucionais do estado, apresentando significativa reverberação em suas bases de apoio popular.

Por exemplo, o deputado Jair Bolsonaro, quando reeleito no ano de 2014 - após a querela midiática pela qual emergiu enquanto figura pública de destaque - angariou o maior número de votos à Câmara Federal no estado do Rio de Janeiro. Quatro anos mais tarde, mobilizando novamente o Kit Gay enquanto elemento de persuasão, tornou-se presidente do Brasil, na mesma eleição em que seu filho, Eduardo, elegeu-se o deputado federal mais votado na história do país. Não poderíamos supor que a controvérsia mapeada explique sozinha esse sucesso de persuasão, mas, dado o seu uso recorrente em todos os anos citados - em especial no último, quando retomou a cena pública com ampla recorrência e destaque -, tampouco poderíamos excluí-la do quadro de atores engajados em tamanho êxito público.

Êxito esse que parece compor a história do Kit Gay, mesmo nos períodos em que a controvérsia não tomou grandes proporções na cena pública. Como acompanhamos no mapeamento, o objeto de análise conjuga diversas temporalidades, em uma sobreposição de momentos que exalta o seu sucesso político e mobilizatório. Por exemplo, já no ano de 2011, a querela surte o inegável efeito de cancelamento do projeto financiado pelo Ministério da Educação, que, depois de abandonado, nunca mais retorna às pautas do Governo Federal. Pelo contrário, como apontam Oliveira e Maio (2015), o efeito é justamente o oposto: a efetivação de um desagendamento Executivo em relação às pautas de Direitos Humanos e de minorias.

Situação semelhante parece ter ocorrido com a Portaria 415, relativa à sistematização dos procedimentos já legalizados para o aborto, vetada pela então Presidente da República após manifestações midiáticas de deputados contrários à sua implementação, entre os quais Eduardo Cunha. O ato jurídico é inclusive relacionado ao Kit Gay em publicação do ano de 2014, à medida que ambos se associariam como elementos comprobatórios do descompromisso de Dilma Rousseff com seus eleitores evangélicos - mesmo dizendo respeito a duas situações em que ela efetivamente levou a cabo os anseios e pressões dos representantes dessa população.

Em um caminho similar, encontramos o *tweet* publicado por Carlos Bolsonaro no ano de 2015, pelo qual dirigia-se ao então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, com os dizeres: “Estamos de olho”. Aqui, o Kit Gay opera da mesma forma como mobilizador de pressões contrárias a agentes públicos e suas ações na via dos Direitos Humanos e do combate ao preconceito; no entanto, difere-se significativamente quanto ao objeto da crítica. Se, nos exemplos de 2011 e 2014, existiam dois projetos em execução, cancelados como

decorrência de coerção parlamentar e sua base de apoio, no caso de 2015 não havia sequer um elemento contra o qual tais atores poderiam dirigir críticas e rechaço. Pelo contrário, a investida do vereador encaminha-se não a um projeto em andamento ou elaboração, mas sim à mera possibilidade de que o prefeito levasse a cabo algo que ainda sequer existia.

Assim, a controvérsia parece tomar uma proporção maior em seu caráter de ator político: não mais apenas efetivando recuos governamentais, alarga-se agora à própria delimitação prévia do Estado em relação às temáticas de gênero, sexualidade e Direitos Humanos em geral. Kit Gay, desse modo, passa a estabelecer limites para a ação estatal, circunscrevendo a elaboração de políticas públicas ao caráter moralmente adequado pressuposto por determinados atores institucionais. Com a mobilização dos sentimentos de ameaça e perigo, esses representantes da população parecem efetivar, justamente, uma ameaça ao poder público para que abandone sistematicamente o trabalho com pautas que não os contemplam.

Dessa forma, o pânico moral aqui situado parece indicar não apenas a apreensão social pejorativa e o rechaço a determinado grupo - demarcado por estereótipos, preconceito e ridicularização -, mas também uma política de governo, que limita suas ações frente ao sentimento de perigo e ameaça mobilizado por agentes públicos. Parece que estamos lidando com uma política de abjeção efetivada pelo Estado, conduzindo seus cidadãos à precariedade dada a ausência de políticas públicas que visam à redução dos estigmas e da violência dirigidos a populações vulnerabilizadas.

O termo abjeção é aqui utilizado em referência à obra de Judith Butler (1999, 2000), para quem o gênero é entendido como efeito performativo de um discurso, que atua no estabelecimento de limites para o sexo e para o corpo. Neste sentido, o modo como um sujeito produz a si mesmo diz respeito às suas possibilidades de resposta frente a interpelações prévias que o circunscrevem na cultura e na linguagem, em um sistema de reiterações da norma que incidem também nas suas falhas e fissuras - entendidas como premissa para uma capacidade de agência e subversão.

Sob tal perspectiva, Butler (1999) propõe que há performatividades de gênero inteligíveis, ou seja, que podem ser entendidas através dos discursos que as normatizam e regulam. Por outro lado, há também aquelas ininteligíveis, que desafiam as compreensões que fundamentam tal esquema de reconhecimento - como o binário homem e mulher, desestabilizando as expectativas que recaem sobre um ou sobre outro. Segundo a autora, tais

performatividades “descontínuas” em relação ao esquema sexo-gênero-desejo indicam o caráter ficcional e contingente de qualquer identidade sexual, desestabilizando o próprio entendimento do “sujeito” no qual se baseia a Modernidade. No entanto, a posição de abjeção a que são relegadas é constitutiva da norma, posto que expõe o seu limite, servindo assim como espaço necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. O sujeito, desse modo, constitui-se na força contrária a essa abjeção, situando-a em um exterior a si mesmo, que “está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (Butler, 2000, p. 112).

Se a autora propõe a abjeção como um esquema de entendimento para o poder em sua forma psíquica, podemos ampliar tal configuração em vias de compreender o arranjo de políticas de estado, tais quais efetivadas pelo Kit Gay e seu quadro mais amplo de performance, a “ideologia de gênero”. Nesses casos, a homossexualidade - e a diversidade em geral - permanece no centro da política, incluída na cena pública sob a forma da exclusão. Ou seja, em um mecanismo de exclusão-inclusiva, passa a performar o exterior constitutivo de ações governamentais, afirmado pela sua contraposição à imagem monstruosa e temível do “sujeito” da diversidade. Nesse procedimento, é notável a associação entre homossexualidade e temas moralmente repulsivos - como a pedofilia e a promiscuidade de crianças - confirmando o seu caráter de impossibilidade, mas que é sustentado pela eterna iminência de um perigoso retorno - o momento quando o Kit Gay sairia finalmente do armário onde se escondia.

Daí as investidas contrárias a coisas que sequer existem, tais como a ameaça percebida por Carlos Bolsonaro na ausência de projetos levados a cabo por Eduardo Paes. Sua mera possibilidade de existência, reiterada constantemente na forma da controvérsia, já figura um perigo a ser combatido, como o constante risco que exige resposta do vereador e mobilização coletiva de sua base eleitoral. Por essa via, a abjeção passa a constituir o próprio campo político na qual é performada, dado que a suposta ameaça do Kit Gay - que, como vimos, é um vetor para a ameaça mais ampla da homossexualidade - opera na aglutinação de pautas e equivalências que delimitam o exterior constitutivo para esse grupo de atores.

Assim, o Kit Gay toma a dimensão de um elo conectivo entre pautas diversas, que performam um entendimento comum para o perigo contra o qual se insurge uma série de reações, dentre as quais destacam-se os resultados eleitorais supracitados. É interessante,

assim, analisar como tal elo conectivo por vezes parece se distanciar do cunho moral com que é usualmente performedo, como em uma mobilização de críticas generalistas à esquerda. Essas, contudo, não abandonam o rechaço à diversidade sexual e de gênero, mas parecem se associar reativamente a tais pautas na composição de uma equivalência. É esse o movimento que analisaremos no subcapítulo a seguir.

4.2 A Resposta

Já na primeira publicação analisada, no ano de 2011, percebemos a efetivação de uma equivalência entre Kit Gay e outra pauta associada retoricamente à esquerda: o projeto da Comissão da Verdade, ainda em fase de planejamento. No discurso do parlamentar Jair Bolsonaro, essas duas linhas se encontravam na via de um argumento comum para sua candidatura à presidência da Câmara Federal, conjugando reativamente sua oposição aos materiais que abordariam a diversidade sexual e de gênero no âmbito das escolas e a iniciativa do estado em apurar crimes cometidos durante a Ditadura Militar. Por essa via, notamos uma tendência da controvérsia que se repete ao longo dos anos - a mobilização do Kit Gay como um objeto generalista de objeção a pautas inferidas à esquerda, sobretudo quando relacionadas ao Partido dos Trabalhadores.

No entanto, o mapeamento demonstra que essas críticas nem sempre convergem em um mesmo direcionamento ou modo de performance. Pelo contrário, podemos acompanhar que as contraposições a partidos de esquerda alteram-se significativamente ao longo dos anos, se associando contingentemente aos elementos disponíveis em cada um dos momentos mapeados. Por exemplo, no ano de 2018, a Revista Veja chega a alterar o título de uma matéria, após essa tornar-se popular na internet, adicionando o nome da então Presidente da República à polêmica vigente. De “‘Kit gay’ será reformulado e lançado até fim do ano”, o texto passa a nomear-se “Governo Dilma: ‘Kit gay’ será reformulado e lançado até fim do ano”, não deixando dúvidas quanto à participação de Rousseff na grande querela política e midiática travada naquele período.

Em 2012, por outro lado, o *blog* de Edir Macedo parece efetivar o caminho contrário na responsabilização do Executivo em respeito ao Kit Gay. Na coluna “Desabafo da Revolta”, Dilma Rousseff é apresentada como vítima de detratores internos a seu partido, que visavam a implementar a homossexualidade e o pecado para crianças através de materiais didáticos. Nesse sentido, a ação da bancada evangélica, bem como de sua base de apoio

popular, teria ajudado o Governo Federal, de modo que o cancelamento da cartilha Escola sem Homofobia seja apresentado no texto como um esforço conjunto entre evangélicos e a então Presidente da República.

As duas formas distintas de performance do Kit Gay nos auxiliam a evitar compreensões simplórias sobre a querela, afastando-a de uma mera disputa estabilizada entre atores de direita e esquerda. A controvérsia nos aponta, diferentemente, um campo de forte instabilidade na assunção dessas nomenclaturas, de modo que elas devam ser tomadas sempre sob um viés retórico e contingente²⁰, e não como categorias úteis de antemão. Se o campo da esquerda demonstrou-se plural e dinâmico, contemplando desde as ações do próprio Governo Federal até a sua ampla gama de crítica e oposição pelo cancelamento da cartilha, o mesmo pode ser dito sobre o “outro lado” - que, ao menos nesse momento inicial do mapeamento, não apresentava coerência cristalizada quanto ao lugar de Dilma Rousseff frente à polêmica em questão.

Aqui, vemos que não há estabilidade prévia dos atores políticos quanto ao Kit Gay, mesmo quando se referem a um campo comum de performance, como naquele em que o objeto é mobilizado enquanto crítica a componentes do Partido dos Trabalhadores. Em um dos casos, essa objeção contempla o governo de forma generalista, responsabilizando a sua figura de maior destaque; no outro, é referida apenas a alguns de seus membros, preservando - ainda, naquele agenciamento específico - a Presidente da República, que permanecia, afinal de contas, como uma aliada da bancada evangélica até o presente momento.

A mesma instabilidade pode ser percebida em 2012, quando acompanhamos uma articulação singular na composição do Kit Gay. No período em questão, o seu maior adversário demarcado no ano anterior parece ausentar-se da rede de controvérsias, dando espaço a outros agentes políticos, em especial José Serra, então candidato à prefeitura de São Paulo. Nesse período, notamos que o Kit Gay assume um diferente modo de anúncio, enfocando agora seu caráter administrativo.

As inferências de cunho moral não se ausentam da controvérsia - Fernando Haddad era acusado na campanha de fazer “apologia ao bissexualismo” -, mas parecem tomar um lugar secundário na sua rede de atuações. Agora, pelo discurso de seu rival, a polêmica

²⁰ Chamo de “esquerda” e “direita” o que foi nomeado ao longo do mapeamento como tal. Não pretendo assumir de antemão a nomenclatura como forma de entendimento prévio para atores políticos dado o reconhecimento das complexidades sempre atravessadas nessa categorização.

assume sobretudo o tom comprobatório da inaptidão governamental do antigo Ministro da Educação, visto que um projeto financiado sob sua gerência, custando altos valores aos cofres públicos, havia sido alvo de polêmicas e, por fim, rejeitado pela Presidente da República.

É notável, nesse arranjo circunstancial da controvérsia, que a resposta mobilizada às investidas de José Serra operaram de duas formas distintas: primeiramente, por uma tentativa de desassociar Fernando Haddad da elaboração do Escola sem Homofobia, assumindo que tal projeto havia sido composto apenas pelas ONGs responsáveis por seu desenvolvimento. Tal investida, como já visto, não se sustentou ao longo dos anos, à medida que a conexão entre Kit Gay e Partidos dos Trabalhadores parece ser uma constante em seus caminhos de performance. Em segundo lugar, acompanhamos a retomada de um programa desenvolvido pelo então candidato tucano, quando ele assumia o cargo de governador paulistano, que apresentava semelhanças ao material confeccionado pelo MEC e abandonado por Rousseff.

Aqui, é justamente o caráter moral dos projetos alavancado na via de uma resposta à oposição sofrida por Haddad - demonstrando que seu rival, afinal de contas, não era tão diferente dele assim. É importante notar que, nesse arranjo contingente, Kit Gay parece apresentar sua primeira e única derrota, dado que o alvo da polêmica acaba por ser eleito à prefeitura de São Paulo. Para compreender tal movimento, cabe lembrarmos da tendência apresentada desde o início da controvérsia: a maleabilidade do significante em relação aos conteúdos por ele agrupados. José Serra inicia sua campanha tomando como estável a associação entre Escola sem Homofobia e seu apelido pejorativo; no entanto, é surpreendido durante a corrida eleitoral por um movimento constitutivo da própria controvérsia. Kit Gay, agora, passa a contemplar um projeto de sua própria autoria, tomando o efeito de desmobilização para seu principal argumento de campanha.

O dinheiro ainda aparece outras vezes como ator da querela. Em 2012, por exemplo, vemos a associação do Kit Gay ao escândalo do Mensalão, articulando as duas polêmicas como vetor de oposição ao Partido dos Trabalhadores. No ano de 2014, temos uma mobilização do Partido Democratas para que a quantia gasta na elaboração dos cadernos Escola sem Homofobia fosse ressarcida ao estado, em um texto jornalístico que não assume perspectiva de rechaço aos conteúdos abordados no material, mas que tampouco deixa de nomeá-la como Kit Gay. Já nos discursos analisados de Jair Bolsonaro, é comum a associação da controvérsia a um “desperdício de verba pública”.

Sob tais performances, o fator administrativo pode se afastar da oposição de cunho moral, mas nunca a abandona por completo. O “rombo nos cofres público”, afinal, não é referido meramente a um projeto superfaturado ou qualquer outro escândalo de corrupção vigente, mas sim ao polêmico programa que visava a abordar o gênero e a sexualidade em escolas públicas - o que, para alguns dos atores envolvidos, significava literalmente impor o “homossexualismo” e a promiscuidade a crianças brasileiras.

Entretanto, podemos acompanhar, por outro lado, que o dinheiro se mobiliza também na via de criticar o estado pelo abandono do Escola sem Homofobia, e não somente por sua elaboração. É o que se percebe, por exemplo, na coluna do portal *HuffPost*, divulgada em 2014, na qual a renúncia do projeto (referido literalmente como Kit Gay) é apresentada como comprovação da má administração petista a partir de seu caráter monetário. No texto mapeado, o dinheiro gasto na confecção da cartilha se associa ao enriquecimento ilícito de Antonio Palocci, apontando que o cancelamento do programa - referido como importante e necessário para o combate ao preconceito - servia como salvaguarda de um membro do governo denunciado por corrupção.

Além disso, vemos, no ano de 2015, a retomada de mais críticas dirigidas à administração Rousseff em função de sua renúncia ao projeto custeado pelo MEC. Com a matéria da Revista Nova Escola, na qual os cadernos e os vídeos que compunham o Escola sem Homofobia são trazidos a público na íntegra, denuncia-se o recuo executivo para um projeto que teria gasto cerca de 1.9 milhão de reais. Dinheiro esse que, segundo a publicação, estaria inutilizado não fosse a sua decisão, em conjunto com a ONG ABGLT, de disponibilizar o *download* da cartilha, colocando-a, mais uma vez, como foco de debates na cena pública.

De fato, ao longo do mapeamento, pudemos percorrer inúmeras situações em que o Kit Gay serviu como ator de mobilização política contrária ao Partido dos Trabalhadores, mas não somente por sua associação corriqueira à pedofilia e à promiscuidade. Pelo contrário, refiro-me agora às críticas efetivadas pelo abandono do projeto, considerado por determinados veículos como uma importante estratégia de redução do preconceito - e que, portanto, não devia ter sido cedida frente a pressão de opositores em 2011. Podemos dizer que essas são críticas “à esquerda” do Governo Federal, que embasam suas objeções a partir do abandono de pautas como a diversidade sexual e de gênero por ele efetivado. Assim, denunciam a proximidade do Executivo com os atores que lhe forneciam oposição,

resultando no abandono de políticas públicas voltadas aos Direitos Humanos e à diversidade de modo geral.

Qual o lugar dessas críticas na cadeia de performances do Kit Gay? Acredito que o dado mais importante obtido pelo mapa de controvérsias efetuado seja o entendimento da lógica que conjuga tais vetores de oposição ao Governo Federal como partes constituintes do programa que o acusavam de abandonar. Ou seja: as críticas que o Partido dos Trabalhadores recebe por recuar na elaboração do programa Escola sem Homofobia sofrem um processo de coordenação e estabilização, a ponto de tornarem-se, elas próprias, parte do Kit Gay que afirmavam não existir.

É o que acontece com a Revista Nova Escola, pela edição rememorativa do Escola sem Homofobia, na qual, como visto, constavam inúmeras críticas ao Governo Federal pelo abandono da cartilha. A publicação afirmava veementemente que Kit Gay era uma mentira, um falseamento pejorativo do projeto sério e necessário renunciado por Dilma Rousseff. No ano seguinte, é essa matéria que Bolsonaro exhibe em vídeo, denunciando, mais uma vez, os perigos de imposição da homossexualidade a crianças veiculados pelo Kit Gay. De uma forte crítica à administração governamental que cancelara o programa, a publicação passa a ser performada como uma parte desse mesmo programa - ou seja, a denúncia do cancelamento e a afirmação de inexistência para o Kit Gay são retomadas no campo retórico como comprovação e parte constitutiva do Kit Gay.

O mesmo ocorre com a atuação do deputado Jean Wyllys e com os seminários realizados no Congresso Nacional em 2011 e 2012, nos quais constam manifestações de acadêmicos e militantes contrários à decisão de Rousseff em vetar os cadernos Escola sem Homofobia. Todos esses são, logo em seguida, reposicionados discursivamente no campo político como atores do Kit Gay, mesmo tendo como referência ações e pronunciamentos que se opunham às deliberações do Governo Federal. Desse modo, o significante vai ampliando os elementos que pode contemplar, consolidando-se como verdade em suas redes de performance, já que até mesmo as críticas ao cancelamento do programa são transformadas em comprovações da existência e permanência do Kit Gay.

O movimento de incorporação das críticas parece performar um crescimento substantivo da força da controvérsia, sobretudo quando entendida em seu caráter de pânico moral. Se tal conceito pressupõe a mobilização de sentimentos de medo e perigo, é notável que a amplificação comprobatória do Kit Gay mediada pela fagocitose de uma oposição

amplia o seu campo de ameaça, tornando-se, cada vez mais, um objeto de perigo contra o qual determinados agentes políticos manifestam sua repulsa. Ou seja: quanto mais se articulavam alguns atores na afirmação do caráter falso ou mentiroso da polêmica, mais esses eram coordenados na delimitação da própria polêmica, intensificando conseqüentemente o seu rechaço público e as mobilizações reativas.

Desse modo, a política de abjeção efetivada pelo Kit Gay amplia também a sua capacidade conectiva, à medida que demanda uma ação contrária de quadros políticos como controle da ameaça em expansão. Esse movimento, que acompanha a controvérsia desde seus primórdios, parece ter tido seu ponto de maior engajamento no último ano mapeado, quando a polêmica torna-se ponto nodular de uma campanha eleitoral. A partir de tal quadro de compreensões, como podemos analisar, finalmente, o que aconteceu em 2018?

4.3 A Articulação

O ano da eleição, como nos mostra o gráfico fornecido pelo *Google Trends*, foi o momento em que a temática do Kit Gay alcançou maior popularidade em pesquisas na internet, superando até mesmo as buscas de 2011, quando os cadernos Escola sem Homofobia foram apresentados e vetados logo em seguida. Entre esses dois picos de interesse, percebemos que a controvérsia seguiu sendo produzida e disputada em contextos particulares e páginas dirigidas a um público específico, retornando à cena pública, no período eleitoral, como um objeto já complexificado, ramificado e coordenado. Podemos dizer que o Kit Gay que reemerge nos grandes portais jornalísticos em 2018 apresenta muitas diferenças em relação àquele de 2011, tendo-se intensificado tanto o seu campo de significação quanto sua capacidade mobilizatória.

Se, no ano inicial, a polêmica orbitava o projeto referido ao Ministério da Educação, apresentando os primeiros alargamentos que nos levaram a supor o caráter contingente de sua proximidade, o Kit Gay de 2018 já adentra a cena pública em sua condição múltipla e dobrada. A referência ao Escola sem Homofobia não é desfeita, nunca se efetiva uma separação completa entre os dois entes; pelo contrário, esse parece ser tomado como um ponto fundacional, a que o Kit Gay é usualmente remetido. No entanto, tal ponto de referência é performado em relação a inúmeros outros fatos e eventos políticos, de modo que se efetive um reordenamento de situações vividas nas últimas décadas, supondo entre elas um vetor de continuidade, um elo conectivo que as torna parte de um mesmo processo.

Assim, o texto do MEC de 1998 se associa ao Projeto de Lei 122, que se associa à decisão do STF em reconhecer a união estável entre parceiros do mesmo sexo, que se associa ao Escola sem Homofobia, associado a livros didáticos e cadernos pedagógicos estaduais ou municipais, e assim por diante. Ao que o mapeamento nos indica, a ligação entre tais elementos os coloca também como parte de um projeto maior, a “ideologia de gênero”, que performa agregações entre atores de ordens distintas através do reconhecimento de um campo comum. Campo esse demarcado por uma política de abjeção, que coloca, conforme indicado anteriormente, o gênero e a sexualidade como limites constitutivos para o Estado e para a administração pública.

O Kit Gay de 2018, assim, já surge a partir da possível conexão a qualquer um desses elementos, se desdobrando facilmente através de cada um deles. Por essa via, é possível afirmar que questionar a veracidade de algum elo específico de sua cadeia não desmonta a estrutura já construída pela qual ele se edifica: uma estrutura coordenada, ampla e maleável, pela qual se reiteram os perigos da homossexualidade, da diversidade de gênero e dissolução da família.

Podemos perceber tal movimento em algumas manifestações mapeadas no ano eleitoral, pelas quais, frente à interpelação de que os cadernos Escola sem Homofobia haviam sido vetados - o que designaria a controvérsia enquanto mentira -, respondiam seguramente: “Se foram vetados, foi por causa da ação de Bolsonaro. Não fosse sua resposta, estaríamos hoje muito pior”. Com esse ato de fala, notamos que a contingência que liga Kit Gay ao projeto financiado pelo MEC é facilmente desfeita, mas isso não anula a capacidade conectiva e mobilizatória da controvérsia, visto que ela já se associa a elementos muito mais amplos que a simples referência de 2011.

O mesmo procedimento é efetuado no discurso de Jair Bolsonaro, que parodia as informações do jornal O Globo contrárias à sua ação de campanha. Esse veículo, a partir de um empreendimento de verificação para os discursos dos então candidatos à Presidência, afirma que o livro *Aparelho Sexual e Cia* não fazia parte da cartilha custeada pelo MEC em 2011, nomeada pejorativamente como Kit Gay. Tal argumento é reordenado na fala do ganhador das eleições, que profere: “O Globo, ao dizer que não fez parte do Kit Gay... Pelo menos o Globo já concorda que houve o tal do Kit Gay, com outro nome, ‘Escola sem Homofobia’”.

Em tal enunciação, Bolsonaro parece não se importar que o elo entre o livro que levava à fatídica entrevista ao *Jornal Nacional* fosse desfeito pelo periódico, à medida que abundavam conexões disponíveis para validar - e performar assim uma veracidade - para um de seus principais elementos de campanha. Por essa via, retoma-se a associação entre Kit Gay e *Escola sem Homofobia*, mesmo que isso contradiga a sua afirmação prévia. A contradição, aqui, nem mesmo é apontada como uma falha na campanha, já que sequer indica a falta de veracidade para o objeto. Afinal de contas, não faltavam elos conectivos para que fosse performado como tal.

Por esse entendimento, constatamos que a controvérsia do Kit Gay estabelece um esquema de inteligibilidade para a ameaça do gênero e da diversidade sexual em políticas de Estado, que podem ameaçar a própria estabilidade da nação. Tal esquema de inteligibilidade parte do reconhecimento de uma ameaça comum e da consequente mobilização para uma resposta que a suprima, tal qual acompanhamos ao longo do mapeamento em suas duas tendências mencionadas: a elevação das temáticas de gênero e sexualidade à categoria de perigo seguida de objeção a agentes políticos supostamente a elas associados. No ano de 2018, esses dois fluxos parecem ter sido performados de modo especialmente coordenado, considerando que as sensações de medo ou pânico tenham sido estimulantes para uma escolha eleitoral. Nessa coordenação tão bem sucedida de entes que indicam um mesmo investimento - contrário à família e perigoso à infância -, até mesmo o Kit Gay pode se ausentar, de modo que o esquema de compreensão permaneça intacto.

Assim, as delimitações entre verdade e mentira parecem perder sua importância no delineamento da controvérsia e na efetivação de sua força política. Alguns desses elos parecem encontrar compatibilidade em diferentes lados de produção da controvérsia, tais quais os vídeos e documentos oficiais compartilhados tanto por atores que os defendem quanto por aqueles que apontam seu caráter grave e maléfico. Nesses casos, o que designa a percebida ameaça não é simplesmente uma deturpação de seus conteúdos, mas sim a simples referência aos vetores de um perigo global. Gênero e sexualidade, sobretudo quando referidos à infância, tomam o lugar desse medo coletivo, do pânico moral que aglutina a aversão pública e práticas reativas contrárias à sua implementação - práticas essas encabeçadas, no ano de 2018, pela campanha presidencial de Jair Bolsonaro, e que parecem figurar como importantes elementos para compreender o seu êxito político e mobilizatório.

Soma-se a isso um intenso modo de divulgação e proliferação de tais ideais pela via da internet, em um campo conectivo muito superior ao que conseguimos mapear pelo presente investimento metodológico. Como já apontado, a rede social *Whatsapp*, que não entrou no mapeamento de controvérsias efetuado, é por muitas pessoas referida como a mais importante ferramenta para a viralização de conteúdos no período eleitoral, pelo fato de não dispor de uma regulamentação específica em nosso marco legal e por dificultar o acompanhamento das informações dada sua tecnologia criptografada (Borges, 2018).

No entanto, sabe-se que a divulgação de notícias em época de campanha - dentre as quais o Kit Gay era temática usual - se organizava em grupos disponíveis nessa ferramenta, organizados de antemão pela defesa de uma candidatura específica. Aponta-se, inclusive, a possível contribuição de empresas privadas no financiamento de tais grupos, prática considerada ilegal pela nossa legislação vigente, o que pode ser acompanhado por inúmeros veículos jornalísticos (Mello, 2018).

Se o Kit Gay se desenvolve ao longo desses anos a partir da articulação contingente a elementos da política, o mesmo se pode afirmar sobre sua produção enquanto objeto tecnológico; afinal, seus modos de performance se delimitam através de redes de produção e compartilhamento de informações. Nesse processo, podemos acompanhar uma importante mudança em nossos modos de acessar notícias e opiniões, que passa paulatinamente do domínio de grandes canais de comunicação a portais menores e dirigidos a públicos específicos. *Twitter* e *Youtube*, por exemplo, adentram amplamente as cenas de performance de Kit Gay e tornam-se importantes veículos para a efetivação de suas disputas.

A passagem de tais redes sociais para o *Whatsapp* exige novos empreendimentos metodológicos e técnicas de pesquisa, compondo um campo de investigação fundamental para o entendimento da política hoje. Tal introdução nessas redes mais “obscuras” de trânsito informativo não foi efetivado nesta investigação, porém acredito que conseguimos delimitar um entendimento importante para a controvérsia do Kit Gay, que pode auxiliar no adentramento futuro de tais fluxos. Entendimento esse mobilizado pela recusa de análises frequentemente efetuadas sobre tal polêmica, que a reconhecem de antemão enquanto verdadeira ou falsa, a fim de explicá-la em um ímpeto resolutivo.

Pelo contrário, abraçando o problema enquanto problema, pudemos apresentar um desenho da controvérsia tomada em sua complexidade e em seu movimento, sem nos fixarmos a apenas um de seus elos conectivos. Por essa via, compreendemos o Kit Gay de

forma mais ampla, compondo o que parece ser um empreendimento transnacional, que adentra a cena pública de inúmeros países e neles efetiva uma política de abjeção, travada em contingentes redes políticas e tecnológicas. O Kit Gay se efetiva, por fim, como veículo de uma ofensiva antigênero.

4.4 Da Verdade Operativa à Política Operativa

Por fim, cabe questionar o que o mapeamento de controvérsias nos informa sobre as disputas em torno da categoria verdade, tão comuns nos anos recentes. Inúmeras publicações atuais apostam na associação dessa controvérsia à ideia de pós-verdade - que, como já abordamos, não é assumida no presente trabalho, mas funciona como um ator na mobilização de reflexões sobre tal categoria supostamente em crise. Podemos acompanhar tal associação, por exemplo, no texto jornalístico “A eleição da pós verdade e o longo 28 de outubro”, publicado no portal Jornalistas Livres (2018), ou mesmo no artigo acadêmico “Fake News: Contra-ataque à pós-verdade”, escrito por Lorena Alves (2018). Em ambos materiais, Kit Gay é exposto como um espécime da crise contemporânea na ideia de verdade, materializada pela assunção da pós-verdade como espírito do nosso tempo.

As razões pelas quais o termo não é incorporado como pressuposto desta investigação - e sim como um balizador de críticas e reflexões - situam-se no entendimento de que ele atua na estabilização da categoria verdade, que aparece no debate já superada sob o uso do prefixo “pós”. Por essa razão, contraponho a pós-verdade, enunciada como um lamento pela perda da verdade, à verdade operativa, que, pelo contrário, busca retomar uma mobilização possível para esta categoria em disputa. É por esse motivo que recuso um entendimento prévio do Kit Gay como mentira ou falseamento, visto que me interessam, agora, justamente os modos como ele assume um caráter de veridicção a partir das redes e práticas que o compõem.

No entanto, temo que, em uma leitura apressada, tal empreendimento metodológico e o uso dos Estudos da Ciência e Tecnologia informem uma dissolução para as categorias “verdade” e “mentira”, de modo que venham a perder sua validade no debate público. Com a presente investigação, não busco assumir lógicas absurdas de que não existiriam mentiras, ou que a diferença entre essas e a verdade seria apenas uma distribuição desigual das relações de poder e saber.

É possível, sim, identificar mentiras na política, inclusive em momentos constitutivos do próprio Kit Gay. No entanto, apenas a mentira não contempla sua ampla dimensão e

rápido movimento, posto que, como já apontado, o caráter aglutinador e mobilizatório se efetiva através de redes densas, cuja aglutinação a elementos comuns entre qualquer lado do debate - o mesmo vídeo, por exemplo - consolida um status de veridicção. Por essa via, não é surpresa que elementos como mamadeira erótica - que apontam talvez a imagem mais caricata do Kit Gay - sequer apareçam no mapeamento aqui efetuado. O nível cômico a que tal objeto é atrelado o impede de criar redes densas de sustentação, da mesma forma que não se apresenta qualquer capacidade conectiva a outros elementos que lhe forneceriam estabilidade e factualidade.

Podemos, desse modo, afirmar tal objeto como mentira, dado que, frente a ele, a verdade operativa simplesmente *não opera* - não há redes a perseguir, não há conexões a serem buscadas. É algo que não se sustenta no campo da verdade. Portanto, suponho que o questionamento “é verdade ou mentira a mamadeira de piroca?” não leva em consideração o movimento de fácil e rápido descarte do campo constitutivo da controvérsia para elementos que não sustentam um caráter verdadeiro. A pergunta que devemos fazer é: por que, mesmo sendo mentira, a inexistência de tal mamadeira não altera em nada a verdade do Kit Gay? Ou, em um vocabulário mais apreensível aos Estudos da Ciência e Tecnologia: por que, mesmo sem se conectar a atores que lhe fornecem critérios de veridicção, tal elemento pouco afeta as redes conectivas e a força mobilizatória do Kit Gay?

É um procedimento interessante buscar nas ferramentas de pesquisa *online* informações acerca de tal eixo específico da polêmica. Em todos os materiais que encontrei, até mesmo no *site* O Antagonista, a mamadeira erótica é afirmada apenas como falsidade e mentira. No entanto, se a mesma facilmente se ausenta do campo performativo para o Kit Gay, o mesmo não ocorre com elementos que conseguem conectar-se em rede, adquirindo um respaldo factual, tais quais os cadernos Escola sem Homofobia, os vídeos, a revista Nova Escola, entre tantos outros. É apenas nesse complexo engajamento - cuja força motriz remete a uma política de abjeção e rechaço aos perigos da homossexualidade e da diversidade -, que podemos entender sua inegável consolidação no campo da política.

Dessa forma, ao operacionalizarmos um mapeamento para tal controvérsia, o movimento não se resume à recusa de seu caráter estável, mas estende-se também para uma análise equacionada conforme a verdade na qual está embasada a presente investigação: a verdade operativa. Nesse sentido, é o movimento de adentrar as controvérsias e perseguir os pontos contingentemente conectados efetuando o desenho de uma rede que pode ser, aqui,

tomado como verdade para a presente polêmica. Uma verdade que, enfim, não se encontra na resolução do problema, nem sequer em uma síntese que venha instaurar qualquer resposta. Pelo contrário, a verdade do problema é situada na sua operacionalização como problema (Haraway, 2016). Ou seja: não buscamos apaziguar um suposto contexto de “crise” na categoria verdade, mas sim promover reflexões *a partir* dessa crise constitutiva da categoria.

É por esse caminho de compreensões que buscamos dinamizar os Estudos da Ciência e Tecnologia como ferramentas para o entendimento de controvérsias políticas, como realizado na análise sobre o Kit Gay. Caminho esse que implica considerar, para além das delimitações conceituais e empíricas, as suas implicações como analisadores políticos - de modo a não haver cisões entre premissas de entendimento e sua aplicação no campo da prática. Com tal raciocínio, não se busca aqui conceituar o que seria uma “política operativa” - até porque tal aglutinação de termos indica um evidente pleonasma -, mas sim afirmar que esta já está pressuposta na mobilização da própria verdade operativa.

Assim, verdade e política parecem se colocar continuamente em engajamento e co-produção, de modo que toda política seja sempre uma política da verdade. Se pensávamos em uma verdade reiterada apenas nos campos de saber e poder, podemos complexificar tal entendimento a partir do caráter ontologicamente múltiplo com que mobilizamos e operacionalizamos uma ideia de verdade. Bem como aponta Mol (2007), tomamos a política como uma prática articulatória que coordena diferentes ontologias em estabilizações contingentes e possivelmente mutáveis, performando assim o seu possível compartilhamento em um mundo comum.

Qual seria a natureza de tal mundo compartilhado? Poderíamos afirmá-lo como espaço pré-político, apenas a conjunção de elementos materiais desarticulados, que emergem no curso da ação somente quando inseridos em uma ordem discursiva? Proponho que pensemos de outro modo. Como aponta Mol, é no processo articulatório que se estabelecem redes de tradução e adaptação, a fim de que as múltiplas ontologias instaurem na cena pública uma aglutinação coordenada, pela qual é possível falar e agir sobre um *mesmo* objeto. Em similar perspectiva, Latour (2004b) aponta que o caráter comum de um mundo compartilhado não se dá somente pela co-habitação do mesmo espaço: é necessário que haja algum nível de engajamento, de comunicação entre os participantes da mesma cena.

Tais autores rejeitam qualquer ideal de política baseado no consenso. Não se trata, aqui, de idealisticamente buscar soluções comuns para o mesmo problema, nem sequer

encontrar para ele a paz dos acordos e a harmonia do entendimento. O conflito, entretanto, não é premissa básica de desagregação. Nesse caráter incomensurável da política, supomos que processos de tradução, adaptação e mediação insurjam-se como movimentos éticos para a criação do mundo comum; mundo este que não está dado previamente, mas tomado em possíveis delimitação traçadas conforme as práticas que se acionam para tanto. Um mundo comum, dessa forma, que demanda o esforço de ser construído, inclusive quando isso implica reconhecer o desconforto da pluralidade e da diversidade como pré-condições para a ação política. Como aponta Tomaso Venturini: “a construção de um universo compartilhado é frequentemente acompanhada pela colisão entre mundos conflitivos” (2010, p. 262).

Seguindo com Latour (2004b), a política não é o terreno dos consensos e acordos, mas sim uma arena de debate onde a diversidade e a multiplicidade emergem como pontos fundantes da democracia e da possível construção desse mundo comum. Por essa via, o autor afasta-se de um ímpeto conciliatório e racionalista, afirmando as relações de disputa e co-produção entre diferentes pontos como premissa básica desse embate. Para ele, a “paz”, tomada como ideal harmônico e conciliatório, é também levada a cabo por meio de violências, tais quais a imposição colonial ou as guerras imperialistas. Assim o mundo comum a que se refere não pode ser tomado como anterior ao conflito, tal qual um pano de fundo para a interação humana, mas sim como aquilo que se *faz* a partir de disputas, rivalidades e também acordos circunstanciais.

Sob tais reflexões, podemos retomar as críticas dirigidas à suposição da pós-verdade enquanto espírito do tempo contemporâneo. Por essa perspectiva, a crença em objetos como o Kit Gay decorreria apenas de um desfalecimento da categoria verdade, que perdera seus critérios de edificação e sua força retórica no século XXI. Talvez uma das maiores contribuições do presente mapeamento seja demonstrar que essa perspectiva não se sustenta. Ao simplesmente negar a sua veracidade - utilizando um ideal estabilizado e neutro para a verdade -, deixamos de lado uma imensa rede de produção, estabilização e multiplicação da controvérsia, que toma contornos muito mais amplos que aqueles assumidos em investidas contrárias à sua proliferação. E assim a pós-verdade parece chegar em seu maior impasse: teria, em algum momento, a verdade sido outra coisa que não pós-verdade? Seria essa crise da verdade, tão amplamente denunciada nos últimos anos, um problema *na* verdade propriamente ou sim na sua rede de distribuição?

Ao que o estudo nos indica, a verdade, enquanto categoria de mobilização, persuasão e entendimento da realidade, nunca deixou de ser isso mesmo: uma crise. E talvez o nosso erro tenha sido justamente acreditar, em momentos de aparente calma, no caráter estável com que as instituições autorizadas a supunham performar. O que vemos, agora, é o deslocamento institucional de autoridades sobre a verdade, mediado sobretudo por uma crise política na qual a diversidade de opiniões é rapidamente elevada à incapacidade comunicacional.

Se a verdade é performada em articulações contingentes e específicas, o fenômeno por alguns nomeado pós-verdade pode nos auxiliar a compreender que o movimento de redistribuição não afirma, por si só, uma crise *na* verdade - já que essa é constitutiva da própria verdade. Pelo contrário, o problema se dá no campo da política, à medida que a cena pública perde suas condições de efetuar uma arena agonística, resumindo-se ao mero embate entre amigos e inimigos, cuja capacidade comunicacional abrevia-se à retroalimentação dos conteúdos que circulam internamente ao grupo de identificações. Ou seja, impede a criação e efetivação de um mundo comum.

E aqui parece residir uma grande potência das perspectivas afinadas aos Estudos da Ciência e Tecnologia para a análise de fenômenos políticos, como tentei realizar nesta investigação. Sob a ideia de verdade operativa, podemos adentrar as contingências, perseguir os conectores e compreender, sem síntese, o problema na sua forma de problema. A verdade em sua forma de crise. Como aponta Latour (2012b), o ideal racionalista nem sempre se efetiva enquanto força política, econômica ou religiosa. Pelo contrário, é comum haver cisões importantes entre perspectivas de acesso fidedigno à verdade, como aquelas preconizadas pela ciência moderna, e a mobilização de sua força política e retórica em meios públicos.

Assim, é necessário mobilizar outras ferramentas intelectuais para operar nessas disputas que inevitavelmente conjugam a ciência, a tecnologia e a sociedade. A metodologia de mapeamento seria uma forma de adentrar as controvérsias sem o ímpeto resolutivo de apaziguar qualquer disputa entre adversários - mas sim articular a sua condição desigual para que a multiplicidade não se transfigure na incapacidade de comunicação (Latour, 2012b). Por isso, mapear as controvérsias do Kit Gay serve não para performar uma verdade única para este objeto, mas sim para descrever e analisar como essa verdade apenas existe na própria disposição de uma controvérsia.

É por essa via que acredito na potência do mapeamento de controvérsias - não apenas como distribuição de práticas metodológicas a fim de desenvolver um problema de pesquisa, mas como ética em relação à verdade. Ética de mobilizar seu caráter operativo em vias de confrontar as narrativas estabilizadas - que, como no caso do Kit Gay, impunham à cena pública um binarismo inócuo cujo resultado era o próprio apagamento da política, dada a impossibilidade de comunicação performada pelo rígido antagonismo. Nessa perspectiva, perseguir controvérsias não implica destituir qualquer critério de entendimento para a verdade - tal qual pressuporia um ímpeto relativista -; pelo contrário, é a mobilização desta verdade frente aos princípios éticos de tradução, mediação e adaptação que possibilita, enfim, criarmos o caráter comum deste espaço que co-habitamos. Um espaço que não renuncia à crise, mas a mobiliza na composição de um terreno próprio para a política.

Considerações Finais

Acerca da complexa apreensão do Kit Gay no debate público brasileiro, no qual ele apresenta uma existência inegável - que pode se refletir inclusive em resultados eleitorais -, o presente trabalho iniciou-se com uma reflexão acerca da verdade. Se as disputas em torno desse estranho objeto usualmente se resumem à afirmação ou negação de seu caráter verdadeiro ou factual, me pareceu importante, em um primeiro momento, delimitar qual entendimento da verdade estaria pressuposto no desenvolvimento de minha investigação.

Por essa via, tratando-se de uma controvérsia que coloca em tensão as delimitações usuais de verdade e mentira, sendo utilizada muitas vezes como espécime de uma crise da categoria verdade, decidi inserir-me em publicações que afirmam a ideia de “pós-verdade” enquanto espírito do tempo contemporâneo. Para tanto, recorri a três livros populares que abordam tal entendimento, realizando uma análise do modo como performam uma estabilidade para a verdade. Em minha apreensão, as obras, ainda que de formas distintas, descrevem com precisão o momento de reconfiguração das autoridades sobre o verdadeiro e o falso, a partir do qual os veículos tradicionalmente responsáveis por afirmar tais categorias parecem perder sua capacidade de promovê-las como dados inquestionáveis.

No entanto, percebo também que, como resposta à crise percebida, as obras que assumem a pós-verdade como descrição do mundo atual pressupõem a retomada de um ideal estabilizado e seguro para essa categoria, inspirado em uma racionalidade científica. Tal prerrogativa me parece insuficiente para analisar polêmicas como o Kit Gay, à medida que

tendem a reduzi-lo em um binômio: a verdade inquestionável contra a mentira ou a deturpação dessa verdade.

Buscando lançar mão de uma proposta mais dinâmica para o entendimento da verdade, encontro nos Estudos de Ciência e Tecnologia um modo de apreensão para tal categoria que recusa seu suposto caráter estável, assumindo como verdade justamente o encontro entre distintos elementos, acoplados na performance de uma realidade específica. Assim, assumo a concepção da verdade operativa, referida justamente à capacidade de mobilizar e trabalhar com a realidade, sem que essa seja entendida como algo que já habita o mundo de antemão. Pelo contrário, é no encontro entre diferentes atores de uma cena que tal realidade emerge, podendo assim ser pensada e articulada.

Como forma de trabalhar na verdade operativa, encontro respaldo no mapeamento de controvérsias: uma metodologia que assume o conflito entre diferentes atores como ponto de entrada para perseguir as conexões de disputas que conjugam a política e a tecnologia. Por essa via, delimito os procedimentos para inserir-me nas redes do Kit Gay, buscando compreender como ele toma um estatuto de verdade na sua teia de produção e circulação pelo debate político.

Primeiramente, em uma revisão de literatura, demarco a forma como esse objeto é usualmente referido no âmbito acadêmico, e já encontro em tais produções a primeira pista para compreender suas redes de performance: a ideia de que Kit Gay seria um falseamento, um nome pejorativo para o projeto Escola sem Homofobia, apresentado e vetado em 2011, pelo Governo Federal. No entanto, ao colocar tal perspectiva paralelamente aos modos em que Kit Gay é assumido como verdade, noto uma incongruência: tais afirmativas não dizem respeito ao material de 2011, mas sim a outras coisas, como o livro *Aparelho Sexual e Cia*, que não constava nos cadernos referentes à antiga polêmica.

Essa reflexão me auxilia a construir bases metodológicas para adentrar e traçar as redes de tal controvérsia. Considerando que ela se desenvolve sobretudo no campo virtual, tomo como base de minha inserção metodológica materiais publicados na internet que, de algum modo, informam sobre o Kit Gay - sejam eles notícias, vídeos, colunas, entre outros. Para acompanhar a controvérsia em suas distintas delimitações temporais, escolho ao menos cinco postagens de cada um de seus anos - 2011 a 2018 - e traço entre elas uma teia de conexões, perseguindo as disputas conjugadas na afirmação e também na negação da existência deste objeto.

Com 61 publicações analisadas, percebo que o Kit Gay é performado de modos distintos ao longo dos anos, modificando-se substantivamente de acordo com os elementos a que se conecta. Nas redes em que é produzido indiscutivelmente como verdade, noto que prevalecem canais mais restritos de comunicação, dirigidos a um público alvo em específico, diferenciando-se dos grandes veículos de informação. Por essa via, o mapeamento já nos indica uma particularidade sobre o modo de entendimento para a verdade no período em que vivemos, no qual as instituições tradicionalmente responsáveis por sua afirmação parecem disputar espaço - e inclusive perder - para modos mais “pessoalizados” de propagar notícias, opiniões e informações.

Nesse sentido, cabe destacar que, nas redes em que a controvérsia é performada enquanto verdade, ela é usualmente associada a temas moralmente aversivos, como a pedofilia e a própria homossexualidade, tomada enquanto ameaçadora para a infância e para um ideal de família. Assim, a produção de uma verdade para o Kit Gay se direciona também a uma resposta, em um duplo movimento de perceber o perigo iminente e efetuar uma ação reativa, que o combata e derrote. Essa dinâmica parece se acentuar quando o Kit Gay passa a ser relacionado à “ideologia de gênero”, uma suposta investida internacional, com conotação marxista, que questionaria a autoridade familiar na criação de seus filhos.

Por essa via, Kit Gay estabelece-se como um ponto específico e localizado de uma rede maior, transnacional, cujos efeitos nefastos já poderiam ser percebidos em diversos países do mundo. Aumentando o tamanho do perigo, aumenta-se também a necessidade de reação - e, como visto, os atores empenhados em afirmar a ameaça do Kit Gay parecem intensificar suas manifestações progressivamente ao longo dos anos, de modo que a controvérsia encontre seu momento de maior destaque em 2018, quando da eleição presidencial brasileira.

Notamos que, em tais investidas, o Kit Gay não se restringe aos cadernos Escola sem Homofobia, a que foi inicialmente relacionado, porém estabelece com esse material uma relação de contiguidade e contingência. Alargando-se na via de contemplar outros elementos - como qualquer coisa que remeta à homossexualidade no campo da infância -, o projeto custeado pelo Ministério da Educação é tomado como ponto de referência, podendo ser sempre remetido nas vias de comprovar a veracidade da polêmica. Assim, a metáfora de Jair Bolsonaro sobre o armário descreve com precisão tal dinâmica, sobretudo quando a relacionamos com a ideia de “objeto dobrado”: em cada uma de suas performances, Kit Gay

evoca o perigo da homossexualidade, a ameaça a ele subjacente, e comprova sua veracidade pela força de abjeção que performa no campo público.

Nesse sentido, é interessante contrapormos as produções de verdade para o Kit Gay com as manifestações em que sua existência é contestada, assumida como falseamento ou mentira. Se, no primeiro caso, alarga-se significativamente os elementos que podem ser contemplados por tal nomenclatura, tomando como ponto de unidade seu caráter de ameaça, o campo de críticas resume-se em apenas negar tal existência, assumindo uma relação direta e linear com o Escola sem Homofobia. Ao que parece, as críticas ao Kit Gay enquanto elemento retórico e persuasivo pautaram-se por uma concepção estabilizada de verdade, não levando em consideração os complexos modos nos quais tal categoria é acionada. Não por acaso, tais críticas, ao longo do desenvolvimento da controvérsia, são deslocadas de um campo de oposição ao Governo Federal pela recusa do programa, passando a indicar justamente a veracidade da polêmica que afirmavam não existir.

Por essa via, aposto em perspectivas afinadas aos Estudos de Ciência e Tecnologia para abordar controvérsias políticas como esta, dado que, na recusa de uma concepção estabilizada para a verdade, tais propostas teóricas e metodológicas auxiliam no entendimento de como a verdade é, enfim, performada. E é neste movimento de perseguir redes e mergulhar nas controvérsias que podemos estabelecer critérios de veracidade para polêmicas como o Kit Gay: não pela via de assumir uma verdade *a priori*, mas sim pelo entendimento de quais conexões tal categoria é performada.

Com tal reflexão, não pretendo contestar a verdade como categoria de análise para fenômenos sociais, tais como o mapeado. Pelo contrário, o ímpeto metodológico e teórico aqui empreendido aponta não a recusa, mas sim a complexificação do entendimento da verdade, a fim de que possa ser mobilizada e operada no debate político. Por essa via, a verdade do Kit Gay não está exterior à controvérsia, mas sim na sua própria delimitação. A verdade não como resolução do conflito, mas sim como uma co-produção entre os diferentes e conflitivos lados dos embates.

É por esse entendimento que enfatizo a política operativa pressuposta na utilização da verdade operativa. Uma política que não está apartada da verdade, nem sequer tomada como o espaço próprio da mentira. Pelo contrário, a relação entre a política e a verdade aqui é tomada pelas acoplagens conflituosas e específicas nas quais a realidade se delimita, em

arranjos circunstanciais compostos por práticas, discursos, corpos, tecnologias, entre muitos outros elementos. Ou seja: uma mobilização da verdade em sua configuração de crise.

Sob tal conjunção de atores, acredito que possamos conceber a existência um mundo comum: não como se ele já estivesse lá, referido meramente ao espaço compartilhado por diversos agentes políticos. Mas sim como a possível criação de condições para que a multiplicidade se efetive na cena pública, de modo a sustentar um campo agonístico onde as divergências e as disputas não sejam tomadas apenas como elementos de inimizade e incomunicabilidade. Pelo contrário, esse seria um mundo comum que *suporta* o conflito, e que nele encontra as bases de sua efetivação política.

Assim, gostaria de terminar a presente dissertação afirmando a importância de pesquisas que se proponham a acompanhar e analisar as relações entre verdade, política e tecnologias, sobretudo ao considerar as formas específicas nas quais se estabelecem critérios de veracidade em redes *online* de comunicação. Mesmo sobre o Kit Gay, este trabalho não deu conta de esgotar suas redes de performance - afinal, as redes são potencialmente infinitas -, ainda restando inúmeros terrenos não mapeados, que podem fornecer informações relevantes para compreendermos estas importantes conexões.

Por exemplo, a rede social *Whatsapp* - como já dito, considerada por muitos autores como a maior importante ferramenta de mobilização e persuasão política - não participou do efetuado mapeamento, dada a ausência de recursos como tempo e condições tecnológicas específicas. Dessa forma, a presente dissertação é um convite para pesquisadores e pesquisadoras que se instiguem pelo tema, para que tais reflexões encontrem continuidade em trabalhos futuros, dinamizando as relações entre gênero, sexualidade, política, verdade e tecnologia, fundamentais para um entendimento complexo do mundo tal qual experimentamos.

Referências Bibliográficas

Alves, L. (2018). Fake News: contra-ataque à pós-verdade. Anais do 17º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia. [Disponível em: https://art.medialab.ufg.br/up/779/o/26-Lorena_Ferreira.pdf].

Baggini, J (2017). *A Short History of Truth: Consolations for a Post-Truth World*. Londres: Quercus.

Bastos, M.; Recuero, R.; Zago, G. (2014). Encontros e Desencontros entre TAR e ARS: O Laço Fraco entre Teoria e Método. *Contemporanea: Comunicação e Cultura*, v.12, n.03. pp.: 576 - 594 [Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/12294/9372>]

Butler, J (1999) *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Londres: Routledge.

Butler, J. (2000). Corpos que Pesam: Sobre os Limites Discursivos do Sexo. IN Louro, G. (ed.): *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

Blatt, R. (2018). *Historia reciente de la verdad*. Madrid: Turner Minor.

Borges, R. (2018). Whatsapp, uma arma eleitoral sem lei. *El País*. [Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/tecnologia/1539899403_489473.html]

Branco, S. (2017). Fake News e os Caminhos para Fora da Bolha. *Interesse Nacional*, n. 38. pp. 51-61. [Disponível em: <http://interessenacional.com.br/2017/09/20/fake-news-e-os-caminhos-para-fora-da-bolha/>]

Carvalho, A. & Bragança, E. (2016). Engajamento no Facebook: Uma Análise Exploratória em um Perfil Varejista. *Anais do XL Encontro da ANPAD*. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/311733567_ENGAJAMENTO_NO_FACEBOOK_Uma_Analise_Exploratoria_em_um_Perfil_Varejista]

Carrera, D. (2015). Igualdade e diferença nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma [Tese de Doutorado]. *Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*. [Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042016-101028/publico/DENISE_CARREIRA_rev.pdf]

Deleuze, G. & Guattari, F (1995). *Mil Platôs* (Vol. 1). São Paulo: Editora 34.

Diário do Centro do Mundo (2019). *Novo crowdfunding do DCM: vamos à Venezuela mostrar o que a Globo não mostra — e contamos com você*. [Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/novo-crowdfunding-do-dcm-vamos-a-venezuela-mostrar-o-que-a-globo-nao-mostra-e-contamos-com-voce>]

Edelman, L. (2004). *No Future: Queer Theory and The Death Drive*. Durham: Duke University Press.

Edelman, L. (1998). The Future Is Kid Stuff: Queer Theory, Disidentification, and the Death Drive. *Narrative*, Vol. 6, No. 1, pp. 18-30.

Fagnani, E. (2017) - O fim de um ciclo improvável (1988-2016): A política social dos governos petistas e a derrocada da cidadania pós-golpe. *Texto para Discussão - UNICAMP*, n. 300, pp. 1-19. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3529&tp=a>]

Ferreira, R. (2018). Rede de Mentiras: A propagação de fake news na pré-campanha presidencial brasileira. *Observatório*, pp.: 139-162. [Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1272/pdf>]

Google (2019). *Como funciona a pesquisa Google?* [Disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/search/howsearchworks/>]

Guareschi P.; Amon, D. & Guerra, A. (2018). *Psicologia, Comunicação e Pós-Verdade*. Porto Alegre: Editora ABRAPSO.

Hacking, I. (2012). *Representar e Intervir: Tópicos Introdutórios de Filosofia da Ciência Natural*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.

Haraway, D. (2016). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press.

Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, pp. 07-41. [Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>]

Jornalistas Livres (2018). *A eleição da pós-verdade e o longo 28 de outubro*. [Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/a-eleicao-da-pos-verdade-e-o-longo-28-de-outubro>].

Junqueira, R. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista de Psicologia Política*, v. 18, n. 43, pp.: 449-502. [Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>]

Kastrup, V. & Passos, E. (2013). Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal*, v. 25, n. 2, pp.: 263-280. [Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt]

Kakutani, M. (2018). *A Morte da Verdade*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

Koffman, A. (2018). *Bruno Latour, the Post-Truth Philosopher, Mounts a Defense of Science*. New York Times. [Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/25/magazine/bruno-latour-post-truth-philosopher-science.html>]

Lacerda, M. (2016). "Ideologia de Gênero na Câmara dos Deputados". *Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (Belo Horizonte)*. [Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/04/ideologia-genero-camara-dos-deputados-834.pdf>]

Latour, B. (2016). *Cogitamus: Seis cartas sobre as Humanidades Científicas*. São Paulo: Editora 34.

Latour, B. (2012a). *Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA.

Latour, B. (2012b). Para antropólogo, a ideia do "eu" precisa dar lugar à de rede. *Valor Econômico*. [Disponível em: <https://www.valor.com.br/cultura/2778026/para-antropologo-ideia-do-eu-precisa-dar-lugar-de-rede>]

Latour, B. (2004a). Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern. *Critical Inquiry*, n. 30, v. 2, pp.: 225-248. [Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/89-CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf>]

Latour, B. (2004b) 'Whose Cosmos, Which Cosmopolitics? Comments on the Peace Terms of Ulrich Beck', *Common Knowledge*, 10 (3) 450-462.

Latour, B. (1997) *Ciência em Ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.

Latour, B. (1994). *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo, Editora 34.

Latour, B. & Wolgar, W. (1997). *Vida de Laboratório: A Produção dos Fatos Científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Latour, B. (1984). *The Pasteurization of France*. Cambridge: Harvard University Press.

Lopes, G. (2018). É verdade que o PT de Haddad distribuiu mamadeira erótica nas escolas? *E-Farsas* [Disponível em: <http://www.e-farsas.com/e-verdade-que-o-pt-de-haddad-distribuiu-mamadeira-erotica-nas-escolas.html>]

M'Charek, A. (2014) Race, Time and Folded Objects: The HeLa Error. *Theory, Culture and Society*, v. 31, n. 6, pp.: 26 - 56. [Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0263276413501704?journalCode=tcsa>]

Marres, N. & Moats, D. (2015). Mapping Controversies with Social Media: The Case for Symmetry. *Social Media + Society*, p. 1-17. [Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2056305115604176>]

Mello, P. (2018) Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. *Folha de São Paulo*. [Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>]

Ministério da Saúde (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual*. [Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf]

Miskolci: R. & Campana, M. (2017): "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n.3, pp.725-748. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>]

Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay*. *Cadernos Pagu*, (28), pp.: 101-128. [Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644798>]

Mol, A. (2007). Política ontológica: Algumas ideias e várias perguntas. In: Arriscado, J. (org.) *Objectos Impuros: Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento.

Mol, A. (2002). *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press.

Mont’Alverne, C. & Mitozo, I. (2018). Muito Além da Mamadeira Erótica: As notícias compartilhadas nas redes de apoio a presidenciáveis em grupos de Whatsapp, nas eleições brasileiras de 2018. *Cosmopolítica*, pp.: 1 - 25. [Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4_Montalverne_Mitozo.pdf]

Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes.

Nardi, H.; Rios, R. & Machado, P. (2012). Diversidade Sexual: políticas públicas e igualdade de direitos. *Athenea Digital*, n. 12, v. 3, pp.: 255-266. [Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-nardi-raupp-machado/1111-pdf-pt>]

O Globo (2018). *Livro citado por Bolsonaro no Jornal Nacional não foi distribuído em escola*. [Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/livro-citado-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nao-foi-distribuido-em-escola-23021610>]

Oliveira Júnior, I. & Maio, E. (2017). “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: O discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. *E-Curriculum*, v. 15, n.01, p. 125 – 152. [Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/23427/22381>]

Oliveira Júnior, I. & Maio, E. (2016). Des/Re/Construindo In/Diferenças: A expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. *Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade*, v. 25, p. 159-172. [Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2292>]

Oliveira Júnior, I. & Maio, E. (2015). Diversidade Sexual e Homofobia: A Cultura do “Desagendamento” nas Políticas Educacionais. *Práxis*, v. 10, p. 33-52. [Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5560>]

Oxford English Dictionary (2016). *Word of the year 2016 is...* [Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>]

Passarinho, N. (2011). *Governo não fará ‘propaganda de opção sexual’, diz Dilma sobre kit. G1*. [Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>]

Prado, M. & Correia, S. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista de Psicologia Política*. v. 18, n. 43, pp.: 444-448. [Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a03.pdf>]

Rocha, I. (2015) Teoria Ator-Rede e Práticas de Pesquisa: Notas sobre alguns usos nas pesquisas em comunicação. *Verso e Reverso*, n. 71, pp. 115-122 [Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/download/ver.2015.29.71.07/4805>].

Rolnik, S. (1989). *Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.

Serres, M. (1989). *Statues: Le Second Livre des Fondations*. Champs: Flammarion.

Serres, M. & Latour, B. (1995). *Conversations on Science, Culture and Time*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Silva, R. (2015). Educação Audiovisual da Sexualidade: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia [Tese de Doutorado]. *Universidade Estadual Paulista*. [Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126523>]

Stengers, I. (2002). *A Invenção das Ciências Modernas*. São Paulo: Editora 34.

TeleSur (2019). *Las reacciones del mundo ante el intento del golpe en venezuela*. [Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-reacciones-internacionales-intento-golpe-estado--20190430-0011.html>]

Venturini, T. (2010) Diving in magma: how to explore controversies with actor network theory. *Public Understanding of Science*, v. 19, n. 3, p. 258-273. [Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0963662509102694>]

Vianna, M. L. (2017). Reforma da Previdência: Contexto atual, pós-verdade e catástrofe. *Textos para Debate (Fiocruz)*, n. 4, p. 1-19. [Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/28234/2/Maria_L_Werneck_V_reforma_da_previdencia.pdf].

Tabelas

Tabela 1: Notícias

Ano	Nome	Veículo	Link
2010	Edir Macedo defende Dilma sobre aborto	Folha de São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po3009201007.htm
2011	Bolsonaro critica 'kit gay' e diz querer 'mudar alguma coisa' na Câmara	G1	http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/bolsonaro-critica-kit-gay-e-diz-querer-mudar-alguma-coisa-na-camara.html
2011	Palocci amplia patrimônio 20 vezes, diz jornal; oposição pede explicação	G1	http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/palocci-tem-patrimonio-multiplicado-20-vezes-e-oposicao-quer-explicacao.html
2011	Após pressão contra Palocci, governo suspende kit anti-homofobia do MEC	UOL	https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/25/governo-recua-com-kit-anti-homofobia-por-pressao-da-frente-parlamentar-evangelica-e-catolica.htm
2011	Não faremos propaganda de opções sexuais, diz Dilma sobre kit polêmico	Estadão	https://www.estadao.com.br/noticias/geral,nao-faremos-propaganda-de-opcoes-sexuais-diz-dilma-sobre-kit-polemico-imp-,724546
2011	Haddad afirma que o 'Kit gay' será reformulado e lançado até fim do ano	Gospel Prime	https://www.gospelprime.com.br/haddad-afirma-que-o-kit-gay-sera-reformulado-e-lancado-ate-fim-do-ano/
2011	Governo Dilma: 'Kit gay' será reformulado e lançado até fim do ano	Veja	https://veja.abril.com.br/educacao/kit-gay-sera-reformulado-e-lancado-ate-fim-do-ano-diz-haddad/
2012	Materiais didáticos 'não vão resolver' homofobia, diz ministro da Educação	G1	http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/03/materiais-didaticos-nao-va-resolver-homofobia-diz-ministro-da-educacao.html
2012	“Serra afirma que 'kit gay' tinha aspectos 'ridículos'”	Participação em Foco	http://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/direitos-humanos/338-serra-afirma-que-kit-gay-tinha-aspectos-ridiculos
2012	“Serra afirma que 'kit gay' tinha aspectos 'ridículos'”	Estadão	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,serra-afirma-que-kit-gay-tinha-aspectos-ridiculos-imp-,917791

2012	Edir Macedo ataca Haddad com mensalão, 'kit gay' e Enem	IHU	http://www.ihu.unisinos.br/noticias/514259-edir-macedo-ataca-haddad-com-mensalao-kit-gay-e-enem
2012	Edir Macedo ataca Haddad com mensalão, 'kit gay' e Enem	Valor Econômico	https://www.valor.com.br/eleicoes2012/2854740/edir-macedo-ataca-haddad-com-mensalao-kit-gay-e-enem
2012	Kit Gay quer doutrinar em vez de educar', diz Serra	Carta Capital	https://www.cartacapital.com.br/politica/kit-gay-quer-doutrinar-em-vez-de-educar-diz-serra/
2012	Kit Gay quer doutrinar em vez de educar', diz Serra	Estadão	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,kit-gay-quer-doutrinar-em-vez-de-educar-imp-,945159
2012	Serra nega semelhança entre 'kit gay' e material produzido em sua gestão	G1	http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2012/noticia/2012/10/serra-preve-aumento-para-professor-e-manter-despoluicao-de-represas.html
2012	Serra distribuiu em SP kit com material contra homofobia	Folha de São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/72307-serra-distribuiu-em-sp-kit-com-material-contr-homofobia.shtml
2013	Prefeitura de SP estuda adotar 'kit gay' estadual	G1	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/03/prefeitura-de-sp-estuda-adotar-kit-gay-estadual.html
2013	Dois anos após veto, MEC diz que ainda 'analisa' kit anti-homofobia	Terra	https://www.terra.com.br/noticias/educacao/dois-anos-apos-veto-mec-diz-que-ainda-analisa-kit-anti-homofobia.62a3a67b302be310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html
2014	Para conservadores, ideologia de gênero é marxista e não cabe no Plano de Educação	GGN	https://jornalggn.com.br/congresso/para-conservadores-ideologia-de-genero-e-marxista-e-nao-entra-no-plano-de-educacao/
2014	DEM quer dinheiro gasto em Kit Gay de volta aos cofres públicos	Reporter MT	http://www.reportermt.com.br/politico/dem-quer-dinheiro-gasto-em-kit-gay-de-volta-aos-cofres-publicos/4910
2014	Ministério revoga portaria que incluiu aborto legal na tabela do SUS	G1	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/05/ministerio-revoga-portaria-que-incluiu-aborto-legal-na-tabela-do-sus.html
2015	Prefeito petista quer distribuir cartilha gay nas escolas de Guarulhos	Gospel Prime	https://www.gospelprime.com.br/guarulhos-cartilha-gay-escolas/
2016	Livros didáticos que falam sobre união entre gays geram polêmica no TO	G1	http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/livros-didaticos-que-falam-sobre-uniao-entre-gays-geram-polemica-no.html

2017	Fernando Haddad, o homem do 'kit gay', vira conselheiro da PUCSP	Sempre Família	https://www.semprefamilia.com.br/blog-da-vida/fernando-haddad-o-homem-do-kit-gay-vira-conselheiro-da-pucsp/
2017	A incrível tentativa de jogar o Kit Gay no colo de Serra e de igualar coisas desiguais. Ou: campanha eleitoral oblíqua. *Original de 2012	Veja	https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-incrivel-tentativa-de-jogar-o-kit-gay-no-colo-de-serra-e-de-igualar-coisas-desiguais-ou-campanha-eleitoral-obliqua/
2017	“Kit gay’ preparado pela gestão de Fernando Haddad na educação foi o primeiro a propor ‘transgêneras’ em banheiro feminino. Esse rapaz sempre dando boas idéias... *Original de 2012	Veja	https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/8220-kit-gay-8221-preparado-pela-gestao-de-fernando-haddad-na-educacao-foi-o-primeiro-a-propor-8220-transgeneras-8221-em-banheiro-feminino-esse-razap-sempre-dando-boas-ideias-8230/
2018	Kit Gay: Livro mostrado por Bolsonaro no Jornal Nacional nunca foi distribuído em escolas.	Fórum	https://www.revistaforum.com.br/kit-gay-livro-mostrado-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nunca-foi-distribuido-em-escolas/
2018	É #FAKE que Haddad criou 'kit gay' para crianças de seis anos	G1	https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml
2018	Facebook e Youtube têm 48h para retirar do ar vídeos com inverdades sobre livro de educação sexual.	TSE	http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/facebook-e-youtube-tem-48-horas-para-retirar-do-ar-videos-com-inverdades-sobre-livro-de-educacao-sexual
2018	Hoje aliado de Bolsonaro, Magno Malta já foi cabo eleitoral de Dilma	Folha de São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/hoje-aliado-de-bolsonaro-magno-malta-ja-foi-cabo-eleitoral-de-dilma.shtml

Tabela 2: Textos e colunas

Ano	Nome	Veículo	Link
2012	Desabafo da Revolta	Universal	https://blogs.universal.org/bispo-macedo/2012/10/03/desabafo-da-revolta/
2014	O governo do PT e o comércio da agenda LGBT	HuffPost	https://www.huffpostbrasil.com/fernando-nunes/o-governo-do-pt-e-o-comercio-da-agenda-lgbt-a-21668883/
2014	Governo Dilma tentou o kit gay e a formalização do aborto pelo SUS. Agora a petista tenta reconquistar o voto evangélico e derrubar Pastor Everaldo	Blog do Coronel	https://coturnonoturno.blogspot.com/2014/07/governo-dilma-tentou-o-kit-gay-e.html
2014	Kit Gay voltou ampliado e agora está espalhados pelas páginas do livro didático.	De Olho no Livro Didático	http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/2014/12/kit-gay-voltou-ampliado-e-espalhado.html
2015	Baixe o 'Escola sem Homofobia' - chamados por intolerantes de 'Kit Gay'	Blog do Sakamoto	https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/02/11/baixe-o-escola-sem-homofobia-chamado-por-intolerantes-de-kit-gay/
2015	Conheça o 'kit gay' vetado pelo governo federal em 2011	Nova Escola	https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011
2015	Lula e o PT: Educação sexual nas escolas?	Esquerda Diário	https://www.esquerdadiario.com.br/Lula-e-o-PT-educacao-sexual-nas-escolas
2016	MEC não distribuiu nas escolas livro de educação sexual citado em vídeo na internet	Ministério da Educação	http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2016/01/mec-nao-distribuiu-nas-escolas-livro-de-educacao-sexual-citado-em-video-na-internet
2016	A pedofilia vai à escola.	Blog Puggina	http://www.puggina.org/artigo/puggina/a-pedofilia-vai-a-escola/6657
2017	O que foi o 'kit gay', material escolar sobre homossexualidade criticado por Bolsonaro e Inês Brasil	HuffPost	https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/29/o-que-foi-o-kit-gay-material-escolar-sobre-homossexualidade-criticado-por-bolsonaro-e-ines-brasil-a-23188320/

2017	Pânicos Sexuais: do “Kit Gay” aos ataques à arte.	Fórum	https://www.revistaforum.com.br/panicos-sexuais-do-kit-gay-aos-ataques-arte/
2018	Qual a posição oficial de cada partido sobre ideologia de gênero e casamento gay?	Sempre Família	https://www.semprefamilia.com.br/qual-a-posicao-oficial-de-cada-partido-politico-sobre-ideologia-de-genero-e-casamento-gay/
2018	A ameaça é real.	Veja	https://veja.abril.com.br/brasil/a-ameaca-e-real-2/
2018	Kit Gay: A verdade sobre o programa alvo de críticas e fake news de Bolsonaro	HuffPost	https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/24/kit-gay-a-verdade-sobre-o-programa-alvo-de-criticas-e-fake-news-de-bolsonaro-a-23565210/

Tabela 3: Vídeos no *Youtube*

Ano	Nome	Canal	Link
2011	Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) - Kit Gay	ParlaTubeBrasil	https://www.youtube.com/watch?v=AVGtI2n69XM
2013	Conheçam o Kit-Gay do Ministério da Educação	Olavo de Carvalho	https://www.youtube.com/watch?v=vNONiL4tAQU
2013	Cartilha gay distribuída em escola pública	Pensando a Verdade	https://www.youtube.com/watch?v=PqTQ4naGvDY
2015	PT Impõe Kit Gay e Ideologia de Gênero nas Escolas	Blogdelinks	https://www.youtube.com/watch?v=AnJfT0Aged4
2016	NOVA ESCOLA checa discurso de Bolsonaro sobre “Kit Gay”	Nova Escola	https://www.youtube.com/watch?v=rpUnNyE8ztU
2016	Kit Gay pela Família Bolsonaro	Digital Fênix	https://www.youtube.com/watch?v=6Rsyqq8AaZA
2018	Veja o Kit Gay que o JN impediu Bolsonaro de mostrar! Bolsonaro não mentiu e tinha razão!	Rogério Betin	https://www.youtube.com/watch?v=kJB53Mw1Clk

Tabela 4: Documentos Oficiais

Ano	Nome	Órgão	Link
1998	Orientação Sexual	Ministério da Educação	http://portal.mec.gov.br/s eb/arquivos/pdf/livro102.pdf
2009	Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf
2014	Portaria 415	Ministério da Saúde	http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2014/prt0415_21_05_2014.html

Tabela 5: Tweets

Ano	Autor	Link
2015	Carlos Bolsonaro	https://twitter.com/carlosbolsonaro/status/607495538699837440
2017	Eduardo Bolsonaro	https://twitter.com/bolsonarosp/status/907814878806724608
2018	Felipe Moura Brasil	https://twitter.com/blogdopim/status/1022794233818828801

Tabela 6: Outros Materiais:

Ano	Nome	Tipo de Material	Link
2011	Segunda Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Anais de evento	https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2
2013	Kit Gay nas Escolas Públicas	SlideShare	https://pt.slideshare.net/Raphael_Souza/informativo-kit-gay-nas-escolas-pblicas

2016	LIVROS do PT ensinam SEXO para CRIANCINHAS nas ESCOLAS	Vídeo no Facebook de Jair Bolsonaro	https://www.facebook.com/watch/?v=576132129202444
2018	Jornal O Globo de hoje, 30/08/2018, diz que informação sobre livro de sexo para crianças nas escolas é FALSA. - Veja como fazem para, mais uma vez, tentar desqualificar quem não lhes interessa! Segue a VERDADE	Vídeo no Facebook de Jair Bolsonaro	https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/903442709866212/